

**Universidade Federal de Pelotas - UFPEL**  
**Instituto de Sociologia e Política - ISP**  
**Programa de Pós-Graduação em**  
**Ciências Sociais - PPGCS**



**DISSERTAÇÃO**

**HERANÇA INTER E INTRAGERACIONAL: o negro na cidade de Pelotas**

**Jocelem Mariza Soares Fernandes Ribeiro**

**Pelotas, 2010**

**Jocelem Mariza Soares Fernandes Ribeiro**

**HERANÇA INTER E INTRAGERACIONAL: o negro na cidade de Pelotas**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.**

**Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dra. Beatriz Loner**

**Pelotas, 2010**

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr<sup>a</sup>. Beatriz Loner**

**Prof. Dr<sup>a</sup>. Georgina Helena Lima Nunes**

**Prof. Dr. Karl Mosmann**

**Prof. Dr<sup>a</sup>. Lorena Gill**

**A Ivaema e Alberto, meus pais, (in memorian).  
Para meus filhos Thayse e Lucas, pelo carinho,  
incentivo e todo apoio necessário para a  
conclusão deste trabalho. Principalmente a  
DEUS, pela vida.**

**É melhor tentar e falhar, que preocupar-se e ver a vida  
passar.**

**É melhor tentar, ainda que em vão, que sentar-se,  
fazendo nada até o final.**

**Eu prefiro na chuva caminhar, que em dias frios em  
casa me esconder.**

**Prefiro ser feliz embora louco, que em conformidade  
viver**

Martin Luther King

## **AGRADECIMENTOS**

**À professora Beatriz Loner que com sua competência e capacidade acreditou e me orientou com a certeza da vitória. Bia valeu o carinho, a compreensão e o abraço de apoio nas horas de solidão e desalento que existiram na minha vida neste período. Foste mais que uma orientadora, amiga é a palavra que posso usar para me referir a ti. Valeu demais.**

**À minha filha Thayse, que me abraçou e secou minhas lágrimas nas horas difíceis, te amo demais e sei que o teu futuro será tão brilhante como é o teu presente. Beijos.**

**Ao meu filho Lucas, que mesmo sendo “desligado” sempre demonstrou o maior orgulho pela mãe, te amo.**

**Miriam, Pat, Tamy, tia Iná, tia Ines, Denise, Nádia, Luciane, Sergio, sem vocês eu não teria conseguido. Serei eternamente grata por tanto carinho.**

**Às minhas amigas Daiane, Marilda e Viviane, muito obrigada pela amizade, carinho e conforto. Na hora que mais precisei, vocês estavam lá, não tenho palavras para agradecer.**

**Às companheiras de mestrado Cintia, Cristina, Daiane e Laís pelos momentos de incentivo e a crença que no final tudo daria certo, mesmo que parecesse o contrário. Muito obrigada pela paciência de me ouvirem, vamos comemorar, nós merecemos.**

**Professores da COCIHTEC, IFSUL – Campus Pelotas não vou escrever nomes para não ser injusta, mas vocês são simplesmente demais, fantásticos. Para sempre estarão no meu coração.**

**As pessoas que participaram desta pesquisa, muito obrigada pela disponibilidade de seu tempo.**

## RESUMO

Investigar e analisar quais as estratégias e os recursos utilizados por indivíduos negros para sua inserção no mundo do trabalho e mobilidade social na cidade de Pelotas, no período pós-abolição e nos dias atuais é meta deste trabalho. Trata-se de um esforço para compreender quais os mecanismos e modalidades de reconversão de recursos sociais, educacionais e econômicos estes atores utilizaram visando a construção de uma carreira e os possíveis efeitos da discriminação racial ocorrida na trajetória deste grupo populacional. Entender de que forma a utilização de atributos socialmente adquiridos pela geração passada contribuiu para a ascensão das gerações atuais, através da herança inter e intrageracional. Como herança intergeracional, entendemos a ascensão ocorrida dentro do seio familiar e como herança intrageracional compreendemos o aproveitamento de oportunidades oferecidas pela sociedade através da expansão social e econômica do país. A medida básica e variáveis apresentadas para o entendimento da evolução na estrutura social e racial na sociedade pelotense é o status socioeconômico que combina educação, ocupação profissional e renda.

Palavras Chave: herança inter e intrageracional, mobilidade social, negro, identidade racial, estigma.

## **ABSTRACT**

Investigate and analyze the strategies and resources used by blacks for their insertion in the labor and social mobility in the city of Pelotas, in the post-Civil War and today is the goal of this work. This is an effort to understand the mechanisms and modalities for the conversion of social resources, education and economic actors they used for the construction of a career and the possible effects of racial discrimination that occurs in the trajectory of this population group. Understand how the use of socially acquired attributes the past generation has contributed to the rise of the current generation, through the inheritance between and within generations. As intergenerational inheritance understand the rise occurred within the family heritage and how we understand intra seizing opportunities offered by society through social and economic expansion of the country. The basic measure and variables presented in understanding the evolution in social structure and racial society in Pelotas is the socioeconomic status that combines education, occupation and income.

Keywords: inter and intra-generational inheritance, social mobility, black racial identity, stigma.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO 1 – O NEGRO NO BRASIL.....	29
1.1 A (des) construção do indivíduo negro no Brasil.....	29
1.2 A ressocialização do negro e sua inserção na estrutura de classes.....	41
CAPÍTULO II – O NEGRO NO RIO GRANDE DO SUL.....	60
2.1 O escravo no Rio Grande do Sul.....	60
2.2. Escravo urbano, escravo rural .....	64
2.1 Histórico e evolução no período pós-abolição .....	66
2.2. Os negros em Pelotas: ocupação, organização, oportunidades, discriminação: .....	71
CAPÍTULO 3 – A ÓTICA NEGRA .....	80
3.1 Características do grupo estudado .....	81
CONCLUSÃO .....	101
REFERÊNCIAS.....	104

## INTRODUÇÃO

As desigualdades produzidas através do chamado “ciclo de desvantagens acumulativas” em que a marca racial entra como processo de geração de desigualdades, são originadas, de acordo com Hasenbalg (2005), nas ligações problemáticas entre escravismo e relações raciais pós-emancipação.

É verdade que indivíduos negros estão expostos aos mesmos mecanismos de dominação de classe que afetam outros grupos subordinados, mas, além disso, destaca Hasenbalg (p.20), negros sofrem uma desqualificação maior em virtude de sua condição racial.

Para o autor, em função desta desqualificação racial, a mobilidade social experimentada por este segmento populacional no período pós-abolição foi tão restrita que desigualdades raciais têm sido perpetuadas até o presente. Estas desigualdades são constantemente renovadas, pois se manifestam através da mobilidade intergeracional e intrageracional de desvantagens acumuladas por avós e pais das gerações atuais.

Como herança inter geracional Pastore (1979) explica que as (des) vantagens acumuladas pelos pais irão refletir-se nos filhos, pois eles espelham as mudanças ocorridas na estrutura social das gerações passadas. Estas (des) vantagens estão diretamente associadas à classe e posição do indivíduo na estrutura social. Assim, quanto maior o capital investido para que o futuro da nova geração possa ser de sucesso, o êxito ocorrido na trajetória da geração passada é de fundamental importância.

A medida básica para o entendimento da evolução da estrutura social e racial na cidade de Pelotas apresentada neste trabalho é o status socioeconômico que combina educação, ocupação e renda e também entender qual a percepção que os atores sociais negros têm em relação às práticas discriminatórias existentes na sociedade.

De acordo com Pastore (1979) o comportamento de mobilidade social no Brasil está diretamente ligado ao estrato social. A dificuldade de ascensão assinala o autor, não é linear dentro de cada estrato, sendo dois processos de fundamental importância nesta dinâmica: a mobilidade intrageracional e a mobilidade intergeracional.

Como mobilidade intrageracional Pastore (1979, p.127) observa que é através da evolução política e estrutural da sociedade que se pode estudar o que acontece com os indivíduos ao longo da construção de sua carreira. Na mobilidade intrageracional, esclarece o autor, a escada social é a própria oportunidade de colocação no mercado de trabalho. Ao conquistar uma posição o indivíduo procura passar para outra sempre que perceber chances para progredir econômica e socialmente.

A disposição para correr riscos na consolidação de uma carreira pode estar relacionada ou até mesmo condicionada pelas próprias oportunidades obtidas pelo indivíduo para o desenvolvimento pleno da personalidade, encontrada no meio social, econômico e cultural onde nasceu, ou onde vivenciou sua socialização. Hasenbalg (2005) destaca que na sociedade brasileira a estrutura de classes faz com que as práticas racistas tendam a desqualificar os negros na disputa pelas melhores posições que resultam do desenvolvimento capitalista e da diferenciação da estrutura de classes.

O ciclo de desvantagens competitivas enfrentado pelos negros no mercado de trabalho mostra uma realidade mais precária quanto à posição ocupada dentro das empresas. Segundo Mércia Consolação Silva, socióloga e consultora do Centro de Estudos das relações do Trabalho e Desigualdade (CEERT, 2010)<sup>1</sup> “o aspecto mais perverso da discriminação no espaço do trabalho se dá nos processos de promoção

---

<sup>1</sup> Citado em [www.comciencia.br/reportagens/negros/05.shtml](http://www.comciencia.br/reportagens/negros/05.shtml)

ou mobilidade para cargos de chefia, lideranças ou comando, que têm maiores responsabilidades, visibilidade e remuneração”.

Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE)<sup>2</sup> e pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)<sup>3</sup> constatam que as ocupações de direção e chefia apresenta níveis de desigualdades de oportunidades e de variações regionais. Por exemplo, na comparação entre a região de Salvador e de São Paulo se sobressaem os seguintes dados. Na região de Salvador 10,3% dos negros ocupam cargos de chefia e a porcentagem entre brancos, na mesma posição é de 29,6%. Na região metropolitana de São Paulo, essas proporções são de 4,4% e 15,7% respectivamente. A proporção da população negra é maior em Salvador (81,8%) do que em São Paulo (33,0%). “Quanto mais nobre o trabalho, menor a representação de negros e negras” afirma Neide Aparecida Fonseca (2008), presidente do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (INSPIR)<sup>4</sup>.

Conforme levantamento voluntário, denominado “Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas” (2000) do total de 1.162 diretores encontrados na pesquisa, 119 eram mulheres executivas, o que corresponde a 13,7% do número de executivos encontrados. Quando se trata de executivos e executivas negras a situação é mais precária. Neste total de diretores apresentados 5,3% são executivos negros e somente seis, isto é, 0,5% de mulheres negras ocupam cargo de direção dentro das empresas.

A baixa representação negra nos cargos em diretorias é vista como consequência da falta de qualificação, ausência de interesse e falta de experiência profissional declararam 85% dos presidentes de grandes empresas. A alegação de que a falta de qualificação é responsável pela exclusão do negro nas melhores posições no mercado de trabalho é uma justificativa para a manutenção de uma sociedade que produz a exclusão e mantém a desigualdade social e racial.

As evidências empíricas de desigualdade, no mercado de trabalho e no campo educacional, parecem encaixar-se como uma luva no discurso de que, se mais qualificados, os negros poderiam pleitear melhores trabalhos e rendimentos. Discurso falacioso, na medida em que a simplificação do trabalho sob o capitalismo dispensa a qualificação, promovendo a

---

<sup>2</sup> [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

<sup>3</sup> [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)

<sup>4</sup> Citado em [www.comciencia.br/reportagens/negros/05.shtml](http://www.comciencia.br/reportagens/negros/05.shtml)

especialização e, com ela, a perda da compreensão do processo de produção da existência. [...] No caso dos negros brasileiros, assim como de outros grupos marcados pela diferença, as justificativas do capital para a não absorção do trabalhador são inúmeras. Efetivamente, a única resposta plausível é que são desnecessários. [...] não há emprego para todos e é crível que as leis que protegem as pessoas com marcas diferenciais se efetivem a medida que estas se tornam atrativas para o mercado, e o poder de atração reside nas vantagens econômicas (VALENTI, 2002, p.83/84).

As reiteradas declarações de igualdades que perpassam as relações sociais não têm sido suficientes para estancar a dinâmica da reprodução de práticas discriminatórias na sociedade brasileira. Se pensarmos que a mobilidade intrageracional está diretamente ligada ao processo de crescimento econômico e de oportunidades profissionais, oferecidas pela sociedade, o trabalhador negro continuará a fazer parte da base da pirâmide social, pois seu crescimento é individual e, portanto muito lento.

É possível perceber que a discriminação racial no mercado de trabalho tem diminuído ao longo do tempo porque os negros têm tido mais acesso à escola ou mesmo à universidade, mas ainda assim, conforme os dados abaixo continuam em grande desvantagem em relação ao trabalhador branco nas mesmas condições de disputa das oportunidades da sociedade capitalista.

<b>Tabela 1</b>					
<b>Estimativas da População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa, Ocupados, Desempregados e Inativos, por Raça/Cor</b>					
<b>Região Metropolitana de Porto Alegre</b>					
<b>2004 e 2008</b>					
Indicadores	Números Absolutos (Em 1.000 pessoas)			Participação (Em%)	
	Total	Negros	Não Negros	Negros	Não Negros
<b>2004</b>					
PIA	3 123	350	2 773	11,2	88,8
PEA	1 807	205	1 602	11,4	88,6
Ocupados	1 520	158	1 362	10,4	89,6
Desempregados	287	48	239	16,6	83,4
Inativos (10 Anos e Mais)	1 316	144	1 172	11,0	89,0
<b>2008</b>					
PIA	3 393	533	2 860	15,7	84,3
PEA	1 992	309	1 683	15,5	84,5
Ocupados	1 769	260	1 509	14,7	85,3
Desempregados	223	49	174	22,0	78,0
Inativos (10 Anos e Mais)	1 401	224	1 177	16,0	84,0

Fonte: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA, 2009

De acordo com a tabela acima podemos perceber que embora alguns números tenham se alterado em relação à entrada e a permanência do negro no mercado de trabalho eles são sempre inferiores às médias alcançados por pessoas brancas. Além dos efeitos históricos, através da adscrição racial há uma diferenciação nas possibilidades entre brancos e negros no Brasil, que mantém a desigualdade de oportunidades entre os grupos étnicos de forma que a perpetuação das diferenças se reproduz por meio da introjeção de inferioridade ideologicamente criada em relação à população negra no país.

A prática da discriminação racial, de acordo com Hasenbalg (2005), alijou a maioria da população negra do crescimento econômico ocorrido a partir da segunda metade do século XX, prática esta aliada ao fato de que este grupo estaria dentro do segmento populacional mais pobre do país. Dessa forma, a herança inter e intrageracional não resultou em vantagens para a maioria negra no país, uma vez que não houve condições de melhorias na vida do negro no período pós-abolição.

A mobilidade intrageracional explicada por Pastore significa que as oportunidades que surgem com a evolução socioeconômica da sociedade são o trampolim para a ascensão do indivíduo. Mas este crescimento está diretamente ligado a atributos socialmente adquiridos, como a educação. Embora Valente (2002) conteste a qualificação escolar como uma trajetória da escala social, ela percebe que nos dias atuais esta educação é imprescindível, pois os diplomas transformaram-se na chave para abrir portas no mercado de trabalho. Porém, como observa Bourdieu (1992<sup>a</sup>) o valor do diploma vale o mesmo de quem o ostenta e este fato vai facilitar ou dificultar a vida do diplomado. A disposição para enfrentar os estudos para quem não carrega consigo este capital social herdado da família torna-se mais penoso, principalmente como declaram Pastore (1979) e Hasenbalg (2005) para as famílias negras que advém em sua maioria de origem pobre.

Sendo a educação formal um dos principais atributos para a ascensão social, temos uma parcela considerável da população negra neste país fora da competição por melhores condições de trabalho e conseqüentemente longe de melhores condições de vida. Conforme os dados do IBGE/2006 é possível perceber que as diferenças em anos de escolaridade entre brancos e negros, refletem-se automaticamente no mercado de trabalho. A tabela abaixo apresenta dados relativos aos anos de escolaridade de brancos e negros e as disparidades entre as raças/etnias.

## **Tabela 2**

### **Escolaridade média segundo a cor ou raça - setembro de 2006**

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
<b>Total</b>	8,0	7,5	8,1	7,9	8,1	8,1	8,0
Preta/Parda	7,1	6,9	7,7	7,0	7,0	7,0	6,8
Branca	8,7	8,6	10,1	9,0	9,0	8,6	8,2

FONTE: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego, 2006

Além dos dados acima divulgados constatou-se que em relação à educação, 20,1% dos *pretos* e *pardos* com 10 anos ou mais de idade tinham algum curso de qualificação profissional, enquanto na população branca este percentual subia para 25,3%. As diferenças regionais mais evidentes foram em São Paulo (onde 28,5% das pessoas brancas tinham curso de qualificação profissional, contra 20,0% dos pretos e pardos) e em Belo Horizonte (35,8% e 28,2%, respectivamente).

Levando em consideração a tabela I (p.13) que apresenta a população em idade ativa, a tabela II (p.14) com os dados diferenciais sobre a escolaridade entre brancos e negros e a tabela III (p.43) que mostra as atividades exercidas pelos grupos raciais é possível perceber as conseqüências da falta de mobilidade intergeracional nas gerações atuais negras da sociedade brasileira, esta mobilidade que acontece dentro do núcleo familiar. Pastore (1979) explica que as possibilidades das gerações mais jovens estão ligadas ao aproveitamento das oportunidades de melhoria de vida das gerações passadas.

O acúmulo de vantagens adquiridas quase sempre se espelha nos filhos que têm o incentivo necessário para buscar mais e melhores condições sociais. Caso não haja no seio familiar, a tradição de uma trajetória escolar, a busca por ascensão das novas gerações torna-se quase que uma luta individual. Azevedo declara que o despertar de parte da população negra no Brasil está sendo individual “a ascensão social dos escuros como indivíduos é frequente e fácil de verificar. Como grupo, no entanto, as pessoas de cor vêm ascendendo mais dificultosamente” (FIGUEIREDO, 2004 p. 207)<sup>5</sup>.

Se considerarmos a análise sobre o universo das empresas, realizada por Fridenson (2005) baseada em textos de Bourdieu podemos ajustá-la e perceber as práticas individuais ou grupais para inserção no mercado de trabalho. Três elementos essenciais referentes aos diferentes agentes presentes na empresa fazem parte da luta dos atores sociais: a ação, o tempo e a estratégia.

Na dimensão do tempo chamada de espaço de possíveis, Fridenson observa que cada indivíduo encontra-se diante desse espaço dos possíveis, isto é, de oportunidades que são descobertas pelo fato de estarmos no campo social. As

---

<sup>5</sup> Azevedo, Thales. *Classes Sociais e grupos de Prestígio. Cultura e Situação Racial no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.

práticas concernem à decisão, um fluxo de múltiplos atos onde a vida social é vista como um espaço de conflito e de lutas. Tempo, é o provável devir da estrutura, onde as possibilidades podem surgir sem serem pré-determinadas. Estratégia, uma ação que pode ser orientada para a satisfação de interesse material ou simbólico. Entendemos que a luta para inserção de indivíduos no mercado de trabalho requer juntos ação, tempo e estratégia que podem levar ao sucesso e na ausência destes o fracasso pode tornar-se uma realidade.

Na mobilidade intrageracional, de acordo com Pastore, o tempo é necessário para que a estratégia de ação possa reverter-se em ascensão de acordo com as oportunidades socioeconômicas oferecidas pela sociedade capitalista. Dentro da análise de Fridenson sobre o universo empresarial em que a influência das relações econômicas originadas atinge o processo de desenvolvimento social, cabe ao empresário/indivíduo estar disposto para enfrentar o desconhecido em busca de satisfações e necessidades materiais e simbólicas.

Lahire (2004) aposta na Sociologia Disposicionalista que tenta levar em consideração, na análise das práticas ou comportamentos sociais, o passado incorporado dos atores individuais, o grau de homogeneidade ou heterogeneidade das disposições, das quais os indivíduos são portadores em função de seu percurso biográfico e de suas experiências socializadoras. É necessário perceber a exposição que o pesquisado sofreu em contato com instituições ou contatos individualizantes, as crises, as tensões, os confrontos frente a determinadas situações. Segundo o autor uma disposição é uma realidade reconstruída que, como tal, nunca é observada diretamente e é preciso levantar a hipótese dos princípios que o indivíduo incorporou, ou seja, propensões, inclinações, hábitos, tendências e persistentes maneiras de ser. A noção de disposição contém a ideia de recorrência, de repetição relativa, de série ou de classe de acontecimentos e de práticas. Sendo a disposição o produto incorporado de uma socialização passada ela é reforçada por solicitação contínua ou se diluí quando não é utilizada.

Uma disposição não é uma resposta simples e mecânica a um estímulo, mas sim maneiras de ver, sentir ou agir que se ajustam com flexibilidade às diferentes situações encontradas. Ao ser submetido a outras forças sociais, o indivíduo pode considerar suas ações e seus sentimentos passados a partir de outras disposições, percebendo que não as tinha produzido e sim sofrido influências sobre si. A

possibilidade de romper com hábitos e estruturas pré-estabelecidas, embora pouco comuns, torna-se possível, admite Durkheim (Lahire 2004, p.30).

Como o indivíduo está envolvido com eles, pode deixá-los de lado para adquirir outros. Também pode despertar faculdades entorpecidas por um sono prolongado, reanimar sua vitalidade e colocá-los em primeiro plano, ainda que na verdade essa espécie de ressurreição seja mais difícil.

Ao buscarmos as disposições passadas em indivíduos negros na sociedade brasileira, será possível perceber que a ação, o tempo e as estratégias de ascensão e de inserção no mercado de trabalho são processos lentos e graduais em função da negatividade e da baixa classificação social deste grupo populacional. Cada indivíduo constrói estratégias de luta de maneira que as habilidades para a mobilização e uso das diferentes formas dos atributos socialmente adquiridos são determinantes para as novas posições de destaque que estes podem passar a ocupar.

Os atributos socialmente adquiridos são de extrema necessidade principalmente para os não nascidos com o peso do bom nome da família, assim as estratégias e os recursos utilizados pelos indivíduos na busca de ascensão social requerem em alguns casos, mais do que um diploma, exigem também a ruptura com um passado na aquisição de uma nova identidade.

Este trabalho tem como objetivo principal investigar quais os recursos e as estratégias utilizados por indivíduos negros para sua mobilidade social. Trata-se de um esforço para compreender quais mecanismos e modalidades de reconversão de recursos sociais, culturais e econômicos estes atores utilizaram, visando sua inserção no mercado de trabalho em uma cidade que ainda é marcada por um forte preconceito racial.

Embora oficialmente estejam instituídas cinco denominações raciais para referir-se à população dentro do país - que são: branco, preto, pardo, amarelo e indígena - nesta pesquisa usaremos a expressão **negro** para abranger os que se declaram **pretos e pardos**. A justificativa para o uso do termo tem como base o estudo realizado por Figueiredo (2000) intitulado "São quase todos brancos de tão ricos". De acordo com a autora, mesmo com acentuada ascensão social, algumas pessoas que se auto declararam pardas, com o mínimo de traços negróides como o cabelo crespo e/ou pixaim, nariz largo ou lábios grossos, ainda assim foram tratadas com discriminação racial em algum momento de suas vidas.

Segundo a autora, a maioria destes indivíduos, em função do nível social que ostentam, desculpou o incidente justificando serem os protagonistas do fato pessoas sem educação ou por não saberem com quem estavam falando. Levando em consideração estes dados pensamos que o termo **negro** abrange a situação do preconceito racial, mesmo por quem pensa que outros atributos, fora o racial, pudessem afastá-lo da estigmatização de inferioridade que os negros sofrem no Brasil.

Na sociedade brasileira o racismo é frequentemente implícito nas relações sociais e seus protagonistas não se percebem racistas. Como facilmente acreditamos naquilo que vemos e somos bastante resistentes em crer no que não vemos, não é percebido que o racismo, no mundo atual, persiste, sendo uma forma de escravidão moderna que fere as pessoas na essência de sua dignidade, impedindo-as de compartilhar dos bens sociais para o desenvolvimento pessoal e coletivo. A situação do negro no Brasil é marcada pela discriminação e um dos efeitos mais marcantes dessa ideologia racial é a pouca ou nenhuma percepção deste racismo por parte de suas vítimas: os próprios negros.

Investigar de que forma o processo de herança negra influenciou no acúmulo de (des) vantagens para mobilidade inter e intrageracional desta população é meta deste trabalho. Para o estudo da temática, houve a definição dos caminhos a serem percorridos como forma de facilitar a análise da estrutura racial no Brasil. Primeiramente, desenvolveu-se uma investigação bibliográfica, buscando apoio em autores como Hasenbalg (2005) e Andrews (1988), que fazem uma análise da vida do negro no Brasil desde o início da escravidão no país e também no período pós-abolição. Hasenbalg enfatiza que o legado do cativo não mais explica as causas da desigualdade entre negros e não-negros na sociedade brasileira.

O foco desta pesquisa concentra-se na estratificação racial e nos mecanismos societários que reproduzem as desigualdades raciais. Um ponto central da análise consiste em desenfaturar o legado do escravismo como explicação das relações contemporâneas e, ao invés disso, acentuar o racismo e a discriminação depois da abolição como as principais causas da subordinação social dos não-brancos e seu recrutamento a posições sociais inferiores (HASENBALG, 2005, p. 20).

Seguindo a mesma linha de pensamento Andrews apresenta as metamorfoses do racismo brasileiro e os caminhos percorridos pela população negra em busca da inserção no mercado de trabalho. Andrews e Hasenbalg apresentam

as dificuldades, ressaltando que a ascensão negra acontece, mas é tão lenta que não permite que os dados estatísticos alterem ou igualem as condições de vida e principalmente as oportunidades de trabalho com os brancos necessário não só para a sobrevivência, mas para a dignificação do homem. Na sociedade capitalista o trabalho é valorizado criando nichos específicos que aceitam somente determinados tipos de trabalhadores, sendo que a cor da pele parece continuar a ser uma barreira intransponível para muitos negros deste país.

Na busca por um embasamento crítico e problematizador sobre o conceito de “raça”, racismo, preconceito, e discriminação, Guimarães (2002) e Moura (1988) foram de fundamental importância para o estudo, pois abordam a questão de forma direta, enfrentando eles próprios preconceitos pela defesa do uso da palavra “raça”, que, segundo alguns sociólogos, não cabe mais na história do país.

A discussão sobre desigualdades raciais no Brasil ultimamente ganhou importância em razão das cotas para negros em universidades públicas e das políticas compensatórias utilizadas como forma de combater o racismo nesta sociedade. Ao estudar as questões sobre discriminação e desigualdades sociais no Brasil, Hasenbalg (2005) enfoca as causas e as formas da não incorporação do negro na sociedade de classes, pois além dos efeitos históricos da herança da escravidão na conformação da trajetória de vida dos negros, haveria também a adscrição racial que interfere na possibilidade de mobilidade social entre brancos e não-brancos.

O ponto de partida deste estudo consiste no entendimento de que a cor da pele é de fundamental importância para a identidade e posição social que um indivíduo pode ocupar legitimamente na estrutura de classes da sociedade brasileira, sobretudo nos postos de trabalho, e pode ser analisada enquanto um instrumento na busca de mobilidade social entre os diferentes grupos étnicos. Embora o negro não tenha sido “impedido” de “disputar” as oportunidades de ascensão, as imagens sociais e profissionais estereotipadas não colaboraram para uma melhoria na vida da maior parte deste grupo populacional.

De acordo com Hasenbalg (2005), o crescimento econômico, a partir da segunda metade do século XX, não resultou na diminuição das desigualdades

sociais no Brasil, sendo que a população negra é a que sofre maior impacto, pois estaria dentro da população mais pobre do país.

As variáveis que podem favorecer ou dificultar para que pessoas ou grupos de pessoas possam inserir-se como profissionais encontra-se tanto no macro ambiente da sociedade como nos indivíduos que introjetaram o fracasso ou o sucesso que a sociedade lhes impôs através da interação constante, num processo dinâmico e incessante.

Nossa pesquisa foi realizada na cidade de Pelotas por conter, como demonstra o quadro abaixo, uma das maiores populações negras do Estado. O elevado número de residentes negros deve-se ao fato da cidade ter sido um forte pólo charqueador que utilizou muito a mão-de-obra negra. Após a abolição o ex cativo continuou na região e tentou inserir-se como trabalhador livre no mercado de trabalho da cidade, o que foi muito difícil em função do forte e resistente preconceito racial existente.

### **Tabela 3**

População Negra, desagregada por Gênero

Estado do Rio Grande do Sul

Listagem dos 25 maiores municípios.

<b>Posição</b>	<b>Município</b>	<b>Negros</b>	<b>Negras</b>	<b>Total</b>
<b>1</b>	Porto Alegre	107.344	118.011	225.355
<b>2</b>	Pelotas	24.798	26.769	51.567
<b>3</b>	Viamão	21.539	21.526	43.065
<b>4</b>	Alvorada	19.586	20.147	39.734
<b>5</b>	Caxias do Sul	20.120	17.246	37.366
<b>6</b>	Canoas	17.780	17.729	35.509
<b>7</b>	Santa Maria	15.391	16.157	31.548
<b>8</b>	Rio Grande	14.631	15.945	30.576
<b>9</b>	Uruguaiana	15.148	14.568	29.717
<b>10</b>	Gravataí	13.034	12.878	25.912
<b>11</b>	Bagé	11.488	11.294	22.782
<b>12</b>	Passo fundo	8.828	9.101	17.929
<b>13</b>	Novo Hamburgo	9.078	8.817	17.896
<b>14</b>	São Leopoldo	9.056	8.203	17.259
<b>15</b>	Alegrete	8.870	8.118	16.988
<b>16</b>	Santana do Livramento	6.912	6.698	13.610
<b>17</b>	Guaíba	6.761	6.781	13.542
<b>18</b>	Santa Cruz do Sul	6.346	6.225	12.571
<b>19</b>	Vacaria	6.360	5.900	12.260
<b>20</b>	Erechim	6.429	5.582	12.011
<b>21</b>	Cachoeira do Sul	5.494	5.691	11.185
<b>22</b>	Cachoeirinha	5.513	5.643	11.156
<b>23</b>	Sapucaia do Sul	5.543	5.159	10.701
<b>24</b>	São Gabriel	5.240	5.231	10.471
<b>25</b>	Ijuí	5.184	4.855	10.040
	<b>Total</b>	<b>657.780</b>	<b>631.653</b>	<b>1.289.433</b>

População Negra é formada pela soma dos que se declararam pretos e pardos  
 Fonte: Micro dados da amostra de 10% do Censo Demográfico, 2003

A tabela acima demonstra a presença do negro em grandes municípios com destaque para a capital dos gaúchos. Por concentrar o segundo maior pólo de população negra no Estado, Pelotas é alvo de nossos estudos na ânsia de compreender de que forma este grupo populacional vive em uma cidade em que é constatado o forte preconceito racial como explicam Loner e Gill (2009).

Pelotas, cidade que enriqueceu com os produtos da charqueada, teve uma expressiva presença negra em seu povoamento, pois eles formavam um terço da população urbana em 1890. Contudo, se consolidou na cidade uma ideologia conservadora e elitista, fazendo com que a discriminação racial, após o final da escravidão (Loner, 2001), fosse muito forte [...] Em algumas de suas praças, negros não podiam sentar, assim como não tinham ingresso em cafés, cinemas, teatros e outros estabelecimentos públicos. Em 1927, as principais associações negras vieram a público denunciar esta e outras formas de discriminação vigentes na cidade (LONER e GILL, 2009, p. 147).

As primeiras entrevistas foram realizadas entre julho e setembro de 2009 sendo finalizadas as demais, no total de vinte, entre outubro de 2009 e janeiro de 2010. Buscamos entrevistar pessoas que se declarassem negras, ricas ou pobres. Infelizmente os poucos negros constatados na cidade que têm maior poder aquisitivo não quiseram participar desta pesquisa, pois alegaram “que não gostam de se envolver nestes assuntos” Isso está relacionado com a trajetória que haviam percorrido para chegar ao patamar em que estão, visto que a maioria da população negra da cidade é oriunda de famílias pobres. Em função deste fato procuramos entrevistar pessoas que, além de se declararem negras, eram de famílias de baixa classe social, para entender quais recursos utilizam ou utilizaram para que a mobilidade inter e intrageracional aconteça dentro do seio familiar.

A maioria dos entrevistados nasceu e cresceu no centro urbano, poucos são oriundos do interior e estes vieram para a cidade em busca de melhores condições de vida para os filhos, principalmente na área da educação.

De acordo com Lakatos e Marconi (1985) a pesquisa de campo pode fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis que define e identifica o estudo. A delimitação da amostra se faz necessária devido ao fato de que a situação vivenciada pela maioria da população negra da cidade se repete em várias regiões, e pensamos que, em função desta repetição, seria possível uma generalização das causas de forma a explicar o porquê das diferenças e da permanência destas desigualdades no mercado de trabalho e no mercado educacional.

A coleta dos dados exige do pesquisador paciência, perseverança e esforço pessoal, além do cuidadoso registro de dados e de um bom preparo anterior, declaram os autores (p.157). A aplicação dos instrumentos de pesquisa requer controle rigoroso para evitar erros ou informações tendenciosas.

A pesquisa de campo é realizada, conforme Lakatos e Marconi (1985) com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um determinado problema ou questão social do qual se procura resposta ou hipótese e está voltada a indivíduos, grupos de indivíduos, comunidades e instituições visando à compreensão de vários aspectos da sociedade. Para alcançar os objetivos propostos, utilizamos para a coleta de dados entrevista semi-estruturada em que o encontro entre duas pessoas, na observação dos autores acima citados, tem por finalidade obter informações por uma das partes de modo a determinar e especificar um assunto de interesse se não de toda, mas de uma parcela significativa da sociedade.

A utilização de entrevista semi estruturada aconteceu em virtude do tempo disponível para a busca de dados que o pesquisador dispunha. O motivo da padronização de um roteiro previamente determinado também é obter,

[...] dos entrevistados, respostas as mesmas perguntas permitindo que todas elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas, e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não diferenças nas perguntas (LAKATOS e MARCONI 1985, p. 174).

As variáveis consideradas na coleta de dados foram às seguintes: escolaridade dos avós e pais, nível escolar do entrevistado, ocupação sócio-profissional dos pais e dos entrevistados, origem (urbana ou rural) e renda. Embora não pertencentes à amostra, outras fontes orais foram consultadas, na tentativa de apreender a evolução das condições de vida dos negros na cidade: primeiramente o trabalho de Dalla Vecchia (1994), que realizou entrevistas com indivíduos negros, tentando perceber o que sabiam, através de seus pais ou avós, da vida dos cativos na cidade de Pelotas. Publicadas em dois volumes, sob o título “Vozes do Silêncio”, estas entrevistas são muito reveladoras das trajetórias e das condições de vida dos entrevistados, permitindo traçar uma comparação com o momento atual.

A pesquisa realizada por Loner (2001) também é de suma importância neste trabalho, pois sua análise está baseada na vida dos negros no período pós-abolição na cidade de Rio Grande e em Pelotas, local onde aconteceram nossas entrevistas.

A autora buscou entender quais as estratégias utilizadas por este grupo, através do associativismo, para inserirem-se no mercado de trabalho e qualificarem-se como cidadãos, além de estabelecer o papel por eles desempenhado na formação da classe operária no sul do país.

Se, segundo Hasenbalg (2005), o escravismo não mais justifica as condições vivenciadas pelo negro na sociedade brasileira, as questões que nos levaram a esta investigação foram: como será que o negro, na cidade de Pelotas, percebe a si e a seus pares? De que forma a herança inter e intrageracional atua sobre os indivíduos negros na cidade? O racismo camuflado e dissimulado na sociedade responde a esta questão ou a percepção dos atores nos levará a outros questionamentos?

Considera-se como hipótese o fato de que no Brasil, assim como na cidade de Pelotas, os negros encontram dificuldades em sua ascensão profissional, devido às desvantagens acumuladas, a falta de atributos socialmente adquiridos, que perpassa geração à geração, fazendo com que as histórias de vida se repitam. Dessa forma, a herança inter e intrageracional apresenta-se como um forte obstáculo para que a efetiva condição de cidadão seja restituída ou conquistada pelo negro. Juntamente com isso, a variação da cor da pele pode ser um fator determinante para que ele não consiga oportunizar os poucos capitais culturais e sociais que possui, no sentido de impulsioná-lo em sua trajetória profissional.

Para esta análise sobre as desvantagens intergeracionais utiliza-se o conceito de *habitus* de Bourdieu (1997). Para o autor, o *habitus* produz agentes tão homogêneos quanto possível, “não apenas do ponto de vista de suas condições de existência, mas também do ponto de vista de suas práticas culturais, de consumo, e de suas opiniões políticas” (p. 30). Essa homogeneidade citada por Bourdieu é o que Hasenbalg (2005) define como herança inter e intrageracional, isto é, o acúmulo de desvantagens de atributos socialmente adquiridos reduz as possibilidades e as poucas oportunidades em que brancos e negros podem disputar as vagas existentes, principalmente no conturbado mercado de trabalho atual.

Antunes e Alves (2004) destacam que se “a classe trabalhadora não é idêntica àquela existente em meados do século passado, ela também não está em vias de desaparecimento, nem ontologicamente perdeu seu sentido estruturante” (p.336). Essa classe, hoje, compreende a classe que vive do trabalho e que enfrenta as

mutações organizacionais, tecnológicas e de gestão e que se submete cada vez mais à racionalidade do capital e à lógica dos mercados. Os trabalhadores da cultura fordista, altamente especializados em uma única tarefa, de acordo com os autores, são substituídos pelo trabalhador “polivalente e multifuncional” da era toyotista. Este novo trabalhador precisa ter/ser qualificado de forma a disputar uma vaga neste concorrido mercado.

O principal atributo socialmente adquirido por este novo trabalhador está na educação formal que fornece diplomas que serão validados de acordo com a instituição que o aluno frequentou e, nas palavras de Bourdieu (1998), estes certificados terão o mesmo peso que os seus detentores têm na escala social, isto é, quanto maior o prestígio maior as possibilidades que este diploma trará.

Conforme o Sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), no período de 2004-2008, (pesquisa realizada em conjunto com o Dieese, Fee, e Fat)<sup>6</sup> o nível escolar dos negros, em que pese a grande disparidade entre os grupos negros e brancos, aumentou no RS. No ensino fundamental incompleto, houve redução de 41,6% para 31,2% para os negros e o percentual de 28,6% para 23,0% para os não-negros. No ensino médio, a elevação do percentual foi de 29,2% para 36,9% para os indivíduos negros e de 37,2% para 41,3% para os não-negros. No ensino superior, o percentual de negros que adquiriram o diploma aumentou de 3,4% para 6,0%, já a ampliação dos não-negros saiu de 12,8% para 19,6%.

As mudanças são significativas em se tratando do crescimento na posse do capital cultural de uma parcela da população negra no Estado, no entanto, ressalva o próprio instituto de pesquisa que este aumento não eliminou as grandes diferenças educacionais, de renda e de inserção no mundo do trabalho entre negros e não-negros no RS. Segundo a PED, no período estudado houve uma diminuição do tempo médio dispensado na procura por trabalho por negros e não-negros, mas este tempo ainda é maior entre os desempregados negros, 33 semanas em média, no ano de 2008, para negros e 32 semanas para os não-negros.

Conforme os estudos realizados a renda mensal do grupo negro apresentou um aumento de 13,1%, comparativamente aos não-negros que foi de 8,7%. O aumento apresentado na renda de parte da população negra infelizmente não é

---

<sup>6</sup> Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) Os negros no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre. A Desigualdade entre negros e não negros no mercado de trabalho, no período 2004 – 2008.

suficiente para uma igualdade nos valores auferidos entre brancos e negros na mesma categoria de empregos. De modo geral, as melhorias em educação e em níveis de renda do indivíduo negro no RS ainda não foram significativas do ponto de vista relacional com o grupo não-negro. As mudanças são paulatinas, importantes no processo de redução de diferenças tão profundas, que refletem as condições extremamente desfavoráveis aos negros na sociedade, e mais especificamente, no mercado de trabalho.

Antunes e Alves (2004) destacam que, em função do desemprego estrutural vigente nas sociedades (p.339), a exclusão dos jovens do mundo do trabalho é crescente e sem perspectivas, e estes acabam engrossando as fileiras do desemprego, do trabalho precário. Pastore (1979) salienta que a dificuldade de ascensão também está diretamente ligada à entrada precoce no mundo do trabalho, mas admite em seus estudos que a proporção dos indivíduos oriundos de baixa origem que vão mais longe na escala social são os que nasceram na zona urbana, embora reconheça que quanto mais alto o nível das posições consideradas, maior os recursos exigidos para o acesso.

Nesse sentido, é preciso investigar nas trajetórias de indivíduos negros na cidade de Pelotas se houve relações estratégicas que pais e filhos utilizaram nas suas possibilidades de reconversão de capitais, para garantir uma mobilidade ascendente em ocupações na vida profissional.

A presente dissertação contém três capítulos que pretendem entender de que forma as desigualdades sociais entre brancos e negros se mantêm na sociedade brasileira mesmo após 122 anos da abolição da escravidão no país.

No primeiro capítulo, a leitura teórica é sobre a desconstrução do indivíduo negro dentro do Brasil, levando em consideração o tom da sua pele na manutenção da estrutura das classes sociais, sua “socialização” como escravo, sua ressocialização como indivíduo livre, e a luta para inserção no mercado de trabalho.

No segundo capítulo, apresentamos a luta do negro no período pós-abolição, na cidade de Pelotas para inserir-se como trabalhador assalariado, dentro do continuísmo da situação anterior, ou seja, de trabalhador desqualificado, capaz de exercer, segundo os senhores, somente atividades que o mantinham na base da

pirâmide social. Embora com algumas mudanças, este segmento populacional mantém-se na mesma posição na estrutura de classes.

No terceiro e último capítulo ao fazermos a análise das entrevistas realizadas procuramos entender a percepção que este indivíduo tem da situação de racismo vivenciada na cidade de Pelotas. Buscamos compreender se as (des) vantagens acumuladas interferem na inserção das novas gerações no mercado de trabalho e se a educação formal como atributo socialmente adquirido e necessário para entrada de todos os indivíduos na esfera profissional fez diferença para estes atores sociais.

## **CAPÍTULO 1 – O NEGRO NO BRASIL**

### **1.1 A (des) construção do indivíduo negro no Brasil**

Partindo da premissa que o indivíduo não nasce membro da sociedade, mas com predisposição para a sociabilidade, a interiorização, ou seja, a interpretação da realidade começa quando este assume o sentido dos acontecimentos já vivenciados por outros. Para Berger e Luckmann (1985, p.228), a identidade é formada através de processos sociais e é objetivamente definida como localização em certo “mundo” e só dentro deste mundo é apropriada. Assim, a sociedade, a identidade e a realidade cristalizam-se subjetivamente em um mesmo processo de interiorização (p.179). Porém, torna-se necessário levar em consideração que as histórias que emergem no interior das diferentes sociedades são feitas por homens que detêm características específicas, que podem funcionar como marcadores ou sinalizadores para o restante da sociedade.

A dialética existente entre identidade e sociedade dentro de estruturas sociais históricas gera tipos de identidades que, de acordo com os autores (p. 229) “são reconhecíveis em casos individuais”, fazendo com que o comportamento na vida cotidiana dependa destas tipificações. Tendo nascido em uma estrutura e mundo social objetivo, o indivíduo “escolhe” os significados do mundo de acordo com sua própria localização na estrutura social (p.176), sendo identificado e auto identificando-se entre a identidade objetivamente atribuída e a identidade subjetivamente apropriada. Assim receber uma identidade implica na atribuição de estar em um lugar determinado no mundo.

Os autores observam que para haver a interiorização de significados há um “aparelho legitimador” que apresenta ao candidato à socialização um conjunto definido de significados já estabelecidos, que este tem que aceitar sem possibilidade de optar por outro arranjo. Por ser mais valorizado e carregado de emoções, o mundo interiorizado na socialização primária, que acontece na infância, fixa-se mais facilmente na consciência do indivíduo. Assim como o crescimento biológico, a socialização do indivíduo nunca está acabada. Como vive em sociedades onde a ordem vigente estabelecida é a divisão do trabalho e a distribuição social do conhecimento, a socialização secundária se faz necessária. Da mesma forma que na socialização primária, o aparelho legitimador está presente na secundária, e apresenta-se acompanhado de símbolos ou materiais específicos para a ressocialização do indivíduo.

O relacionamento do socializado com o socializador torna-se particularmente carregado de significação, pois conforme Berger e Luckmann são necessários graves choques no curso da vida para desintegrar uma realidade apreendida e interiorizada. Na socialização primária esta interiorização acontece quase que automaticamente, já na socialização secundária tem que ser reforçada por técnicas específicas que levam o indivíduo a criar distância entre seu “eu total e sua realidade, de um lado, e o eu parcial funcionalmente específico e a realidade deste, de outro lado” (p. 190). A ressocialização que o indivíduo sofre necessita de métodos relativos ao novo aprendizado, mas também pode ser estabelecida de acordo com os interesses do socializador. Este processo pode levar o indivíduo a “entregar-se” à nova realidade ou usar de subterfúgios para salvaguardar certo grau de simetria entre a realidade objetiva e a subjetiva.

Berger e Luckmann (p.175) definem socialização secundária como “qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade”. É de suma importância que o socializado seja deslocado do seu meio natural, pois a separação corporal e mental é indispensável nas etapas iniciais desta alteração. Berger e Luckmann (1985, p.211) sintetizam a idéia de socialização secundária da seguinte maneira:

A mais importante exigência conceitual da alteração é a disponibilidade de um aparelho legitimador para a série completa da transformação. O que tem de ser legitimado não é somente a nova realidade, mas as etapas pelas quais é apropriada e mantida, e o abandono ou repúdio de todas as outras

realidades [...] a velha realidade, assim como as coletividades e os outros significados que anteriormente a mediatizavam para o indivíduo, devem ser reinterpretadas dentro do aparelho legitimador da nova realidade. Esta reinterpretação produz uma ruptura na biografia subjetiva do indivíduo [...].

Segundo a observação dos autores, essa antiga identidade é mais facilmente aniquilada quando o socializado é submetido aos ritos religiosos do socializador, que o “convence” da necessidade de “sair das trevas e entrar na luz”. Este processo acontece em sociedades com divisão simples de trabalho e mínima distribuição de conhecimento. Nessas condições, a socialização produz identidades delineadas de forma que todos são facilmente reconhecíveis objetiva e subjetivamente.

Corroborando a teoria das identidades construídas por Berger e Luckmann, Goffman (1980, p.12) afirma que como os tipos de identidades são produtos sociais, a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e quais atributos são necessários para que possam ser aceitos ou não em determinados ambientes sociais. Baseados em pré-concepções é possível que “um” determinado atributo, que torna o indivíduo diferente dos demais, possa ser usado de maneira a julgá-lo alguém pouco desejável, reduzindo-o, nas palavras de Goffman, a uma “pessoa estragada e diminuída”. Essa característica atribuída denomina-se estigma, sendo este um rótulo social negativo, ou seja, as pessoas estigmatizadas são reconhecíveis não por agirem fora dos padrões normais impostos pela sociedade, mas por possuírem uma característica que faz com que os outros passem a excluí-las de seu convívio social.

Os considerados grupos minoritários como de judeus, homossexuais, negros, são estigmatizados simplesmente por fazerem parte de categorias socialmente consideradas diferentes. Assim o estereótipo criado é, conforme Goffman, um atributo profundamente depreciativo. Esse fenômeno de origem social, isto é, essa “imperfeição original” transforma-se de tal forma em animosidade que impossibilita que outras qualidades do indivíduo discriminado possam ser percebidas na relação social cotidiana (GOFFMAN, 1980, p. 14/15).

Levando em consideração as análises realizadas por Berger e Luckmann (1985) e Goffman (1980), é possível perceber, dentro de cada argumentação, a situação do negro na sociedade brasileira. Goffman observa que através da construção do estigma, surge uma ideologia para explicar a suposta inferioridade do

outro e dar conta do perigo que este pode representar à sociedade. Dessa forma um indivíduo que poderia facilmente se interar nas relações sociais não consegue fazê-lo em virtude de um traço corporal aparente, como o tom da pele no caso do negro, que chama a atenção e afasta aqueles que ele encontra, impossibilitando que outros atributos seus sejam percebidos.

Na visão do autor, a característica central na vida do estigmatizado acontece quando ele próprio faz eco ao estigma que lhe é atribuído. Ao descobrir-se portador de atributos que garantem uma visão negativa sobre ele, o indivíduo introjeta uma ideia de inferioridade imposta pela sociedade. Essa introjeção pode levá-lo, conforme Goffman, a três pontos distintos: primeiro, a vitimização, através da qual os padrões incorporados da sociedade maior o tornam susceptível ao que os outros veem como seu “defeito”, o que o leva a acreditar que está fora do que é considerado “normal”, assim a vergonha e o medo de expor-se se torna uma possibilidade dessa identidade negativa.

Segundo, o estigmatizado pode tentar corrigir a sua condição, o seu “defeito” dedicando um grande esforço individual e provocando uma ruptura que implica uma negação de sua identidade de origem, levando-o a buscar outra identidade de referência. A terceira opção, apresentada por Goffman, é de que o indivíduo pode recorrer a não aceitação de ser um estigmatizado de forma a permanecer indiferente a diferença que lhe atribuem, buscando viver de acordo com a identidade de pessoa “normal” que acredita possuir. O autor explica que a ideia de superação do estigmatizado perante a normalidade, frequentemente não ocorre através da aquisição de um *status*, mas da transformação do próprio ego. Como exemplo Goffman (1980, p. 19) aponta para:

Alguém que tinha um defeito particular e se transforma em alguém que tem provas de tê-lo corrigido [...] quer se trate de uma técnica prática ou de uma fraude, a pesquisa [...] revela de maneira específica os extremos a que os estigmatizados estão dispostos a chegar e, portanto, a angústia da situação que os leva a tais extremos.

Um dos momentos de maior tensão ressalta o autor, acontece quando estigmatizados e tipos normais encontram-se na mesma situação social. É possível que haja rejeição com maiores consequências para o estigmatizado, podendo levá-lo ao isolamento e usar o medo de expor-se, como defesa. A informação a seu respeito que se encontra disponível na sociedade faz com que este indivíduo seja

um desacreditado antes mesmo que ele chegue a qualquer ambiente. A discrepância socialmente construída entre a identidade social real e a identidade virtual é apontada por Goffman como a causa desta situação. A atitude cuidadosa ou de indiferença perante este indivíduo é desenvolvida em função do aparente “problema”. Para o autor, a visibilidade do estigma leva o indivíduo a traçar estratégias para manipular a informação que por ventura tenham a seu respeito, de forma que possa superar as expectativas em relação a sua conduta e ao seu caráter.

Levando em consideração a análise que Goffman faz sobre o que é ser estigmatizado na sociedade, é possível compreender os processos sociais que transformaram pessoas negras em indivíduos desacreditáveis e desacreditados na sociedade brasileira desde a colonização aos dias atuais.

A análise de Berger e Luckmann sobre os processos de socialização dos indivíduos na sociedade, citada anteriormente, também nos dá motivo para entender a situação do negro no Brasil. A vinda do negro para este país se processa dentro dos dois métodos de adequação social descrita pelos autores, ou seja, a construção da realidade na vida dos indivíduos pela socialização primária e/ou secundária.

Na infância ainda na África, o negro introjetou conceitos e significados de acordo com a sociedade da qual fazia parte. Os valores e normas apreendidos na primeira socialização foram apagados quando esses indivíduos foram retirados do seu meio natural brutalmente. Nesse momento ocorreu o primeiro e mais importante choque no processo de sua re-socialização: ele perdeu a fala, ou seja, não houve mais comunicação com seus pares, já que os negros de uma mesma origem tribal eram geralmente separados ao chegarem ao seu destino. Berger e Luckmann consideram a fala e a conversação o veículo de maior importância na interação social, pois é através dela que se mantém e se modifica a realidade continuamente. Na conversa, as objetivações da linguagem tornam-se objetos da consciência individual, a realidade subjetiva depende (p.205) da “base social específica e dos processos sociais exigidos para sua conservação. Só é possível o indivíduo manter sua auto-identificação como pessoa de importância em um meio que confirma esta identidade”. (BERGER e LUCKMANN, 1985, p.205).

Destituído do principal meio de comunicação, o negro africano perdeu inicialmente as condições de rebeldia, pois foram apresentados ao novo mundo como povos “sem cultura, sem história, sem identidade e mergulhados na bestialidade” (MUNANGA e GOMES, 2006, p.33), enfim, a infância inocente foi substituída pela imagem de subumanos para justificar a invasão, a manutenção dos processos de colonização e a exploração econômica no continente e para facilitar a operação de sujeição.

Embora ressocializado a força, o negro não perdeu seus referenciais. Simão (2002) observa que a resistência do trabalhador escravizado foi, por muito tempo, negada na história do Brasil. Apontado simplesmente como um ser passivo foi mais fácil inculcar a idéia de inferiorização do negro criando uma imagem estereotipada e estigmatizada destes indivíduos. De acordo com Simão, a nova historiografia procura recuperar a subjetividade do escravo, apresentando as formas de resistência ao sistema escravista. Os modos que o escravizado utilizou para burlar a vigilância foram além da resistência no campo do trabalho servil.

[...] a luta e organização negra existente desde a época da escravidão, podemos chamar de resistência negra. [...] insubmissão as regras do trabalho nas roças ou plantações onde trabalhavam – os movimentos espontâneos de ocupação das terras disponíveis, revoltas, fugas, abandono das fazendas pelos escravos, assassinatos de senhores e de suas famílias, abortos, quilombos, organizações religiosas, entre outras foram algumas estratégias utilizadas pelos negros na sua luta contra a escravidão (MUNANGA e GOMES, 2006, p. 69).

A história do negro no Brasil, não significou passividade e apatia, mas sim luta e organização. A reelaboração dos valores africanos anteriores fez com que os escravizados se organizassem formando grupos específicos (Munanga e Gomes, 2006), sendo a religiosidade um dos mais fortes esquemas de resistência. Impedido pelos senhores de cultivar seus santos e praticar seus cultos de matriz africana, a solução foi a acomodação, a mescla dos orixás africanos com os santos católicos. Na tentativa de despistar senhores e capatazes foram criados mecanismos de resistência e preservação de uma história.

Loner (2001) destaca que esta capacidade de organização e agrupamento do negro escravo para resistir ao processo de exploração no período de escravidão teve continuidade no pós abolição. A autora observa que a resistência em ser considerado um pária na sociedade fez com que o associativismo em sindicatos com trabalhadores brancos fosse a busca da porta de entrada para o mercado de

trabalho de melhores condições de vida. A força e a durabilidade organizacional do negro na cidade de Pelotas fizeram-se presente em clubes, entidades carnavalescas e futebolísticas, ressalta Loner. Estes mecanismos de resistência e de ressocialização do negro, agora livre, foram os meios encontrados para sua entrada no mercado de trabalho e sua inserção na estrutura de classes, e a busca da igualdade entre brancos e negros.

A crença de que o africano escravizado sofreu de maneira inerte todos os maus tratos praticados pelos senhores, interfere, ainda hoje, no imaginário da população no país. De acordo com Hasenbalg (2005), “quanto maior a ênfase dada ao comportamento heterônomo dos escravos e à adaptação anormal ou patológica à servidão, mais as relações raciais pós-abolição tendem a ser explicadas em termos da herança escravista” (p. 36). O autor cita a teoria apresentada por Stanley M. Elkins<sup>7</sup> em que o poder absoluto do senhor significou para o negro escravo a “perpetuação da criança” que tem no seu senhor o “único outro significante”, (HASENBALG, 2005, p. 41). A dinâmica das relações no dia-a-dia nos plantéis escravocratas não foi considerada como unidades culturais operantes nas formas de adaptação que se baseavam em valores tradicionais e a ideia de estrutura familiar. O negro denominado “Zambo” foi apresentado e descrito por Elkins, da seguinte maneira,

O zambo, escravo típico da plantação, era dócil porém irresponsável, leal porém preguiçoso, humilde mas sempre dado a mentir e roubar; seu comportamento era tolo e infantil e sua tagarelice cheia de exageros de criança. Sua relação com seu senhor era de total dependência e ligação infantil: era de fato essa qualidade infantil que constituía a verdadeira chave do seu ser. ( HASENBALG, 2005, p. 41).

Hasenbalg enfatiza que esta idéia de aceitação passiva de suas condições leva a crença de que não é a discriminação racial existente na sociedade brasileira que mantém o negro na atual situação na base da pirâmide social, mas que esta posição advém da opressão do passado escravista, relegando a um segundo plano a complexa rede de relações sociais em que as trocas assimétricas entre escravos e senhores contribuíram para a reprodução da plantação escravista como empresa econômica e comunidade social (p 47).

---

<sup>7</sup> Elkins. *Slavery, a problem in American institutional and intellectual life*, 1968, p. 49 – 82 – 128.

A aceitação pelos escravos de pequenas recompensas materiais e certas oportunidades sociais – incluindo uma vida familiar significativa e alguma mobilidade social – abriu as possibilidades para a realização individual que, embora limitada, ajuda a explicar a natureza não-patológica da adaptação à escravidão (HASENBALG 2005, p. 48).

Munanga e Gomes (2006, p. 67/68) destacam como equívoco histórico o fato de o negro ser visto como passivo e indolente e ressaltam quatro pontos referentes a esta distorção: **a)** a existência do racismo produzindo e disseminando uma visão negativa sobre o negro, apresentando-o como propenso à criminalidade, à pobreza, à sujeira, dentre outros; **b)** a falta de conhecimento, inclusive por intelectuais, sobre as ações positivas dos negros, tanto no passado como no presente e sobre os processos de luta e organização negra **c)** a divulgação do negro em livros didáticos, em que é sempre apresentado como vítima da escravidão e do passado escravista e jamais como um sujeito, ativo e batalhador; **d)** a crença de que não há racismo no Brasil e de que o processo de escravidão aqui foi mais brando se comparado com outras realidades históricas.

A perpetuação da posição social inferior dos negros frequentemente é explicada em termos do legado escravista. Esse discurso que apresenta o negro de forma estereotipada e estigmatizada na sociedade brasileira tem por finalidade, de acordo com Hasenbalg, reforçar o mito da “incompetência” natural dos negros e desviar o foco da principal causa deste problema que é o preconceito e o racismo. A busca da combinação de *status* adquirido, ou seja, a capacidade de buscar atributos capazes de elevar a condição social torna-se uma condição cíclica e negativa para a maioria da população negra que advém de baixa origem social e esta situação se auto-perpetua na sociedade.

Para Hasenbalg, as perspectivas teóricas que estabelecem uma ligação causal direta entre o passado escravista e a situação social pós-abolição do negro na sociedade brasileira não podem ser descartadas, mas torna-se necessário discutir de que forma a discriminação e o preconceito racial adquiriram novos significados e funções dentro das novas estruturas e de como as práticas racistas do grupo dominante não são meros arcaísmos do passado, e sim práticas ideológicas relacionadas aos benefícios materiais e simbólicos que o grupo branco obtém da desqualificação competitiva do grupo negro.

A resistência negra persiste mesmo 122 anos após a abolição da escravidão no país, e a re-socialização dos descendentes de africanos é apenas uma luta inicial. A contribuição do negro ao Brasil é destacada por Munanga e Gomes (2006) em três ordens: econômica, demográfica e cultural. Como forças de trabalho forneceram mão-de-obra necessária às lavouras de cana-de-açúcar, algodão, café e a mineração. Graças a esse trabalho, foi construída a base econômica do país.

No plano demográfico, embora rejeitados, ajudaram no povoamento das diversas regiões, tão grande era o tráfico negreiro. O sensível decréscimo desta população, após a abolição em 1888 nas várias regiões, aconteceu devido às más condições de vida (p.20) em que se encontravam e da mestiçagem com brancos e índios.

De acordo com Hasenbalg (2005), ao analisar o regime escravista no Brasil como um mecanismo de distribuição geográfica, é possível perceber que os sucessivos ciclos econômicos regionais, baseados em uma intensa utilização de trabalho escravo, não só criaram uma classe de pessoas de cor livres, como também influenciaram permanentemente a distribuição geográfica dessa população. Apesar do contínuo afluxo de escravos importados através do tráfico africano, a população escrava brasileira foi submetida, durante o período colonial e imperial, a um processo forçado de migração interna, condicionado pela demanda regional de trabalho escravo.

A população não-branca, livre e escrava, conforme Hasenbalg, estava geograficamente concentrada em regiões caracterizadas por intensa atividade econômica. A cultura do café produziu a maior concentração regional de escravos no Brasil, expandindo-se em áreas esparsamente povoadas, onde a força de trabalho disponível não supria a necessidade do novo empreendimento. As províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo constituíram os pontos centrais de convergência do tráfico interno de escravos. A taxa de expansão da cultura do café alcançou seu ápice durante as décadas de 1850 e 1860 quando o Nordeste tornou-se o principal fornecedor de escravos para o Rio de Janeiro.

[...] enquanto o trabalho escravo era disponível, os donos de terras estavam pouco inclinados a contratar homens e mulheres livres e os brasileiros pobres muitos deles antigos escravos, relutavam em aceitar as durezas e mesmo a degradação associadas à vida na plantação (HASENBALG, 2005, p. 150).

Grande parte da população livre estava, segundo Hasenbalg, imobilizada em regiões longínquas, das plantações de café. O camponês da economia de subsistência, embora não vinculado pela propriedade da terra, estava ligado por cadeias sociais a um grupo em que a regra de lealdade ao patrão era mantida como norma de preservação do grupo social.

A dinâmica demográfica após a abolição reforçou o padrão já estabelecido de distribuição racial, onde a tendência para a polarização geográfica ou segregacional dos dois grupos raciais – brancos e negros – relacionava-se às características dos movimentos de migração internacional e interna, que tiveram lugar a partir do fim da escravidão. Esses movimentos não eram espontâneos, mas condicionados por políticas específicas.

Após a ocorrência da abolição no Brasil, salienta Andrews (1998, p.84), o grande perigo não era a violência física que todos esperam acontecer por parte dos ex-cativos, mas o poder de negociar a venda de sua mão-de-obra com os fazendeiros e a maneira como ambas as partes poderiam viver e trabalhar em uma sociedade capitalista emergente.

Hasenbalg ressalta que em regiões de maior dinamismo econômico, embora o grupo negro tivesse que competir em desvantagem com o imigrante europeu, os ex-escravos e seus descendentes puderam experimentar ganhos socioeconômicos consideráveis em poucas décadas, mas que em regiões como o Nordeste, onde a abolição resultou em reajustamentos menos drásticos, os ex-escravos permaneceram imobilizados em um contexto agrário de estagnação.

Para Chalhoub (2001) “o escravismo era um sistema de castas cuja desagregação – coincidindo com a formação das classes – não se refletiu numa mudança substancial da posição social do negro” (p. 82). A subordinação do negro resultou em rivalidades nacionais e raciais, principalmente no mercado de trabalho, com o imigrante europeu, pois a busca de resultados concretos pela sobrevivência e pela ascensão social, na transição para a ordem capitalista era meta dos dois grupos que disputavam as vagas de trabalho.

A recriação ou a continuação da subordinação do negro ganhou como aliado o fato de o empregador, em alguns momentos, ser estrangeiro e optar diretamente pela mão-de-obra também estrangeira, e também com a predisposição dos empresários brasileiros de considerarem o negro um mau trabalhador e o imigrante

um agente capaz de acelerar o progresso do país, além de “livrá-lo” da incomoda presença de uma raça degenerada como o negro, o ex-escravo. O forte preconceito contra o negro estava aliado à obsessão das elites em promover o progresso (CHALHOUB, 2001). Para tal era necessário “branquear” o Brasil.

Na análise de Hasenbalg (2005, p.175/176), um complexo de circunstâncias históricas atuou no sentido de limitar as oportunidades socioeconômicas da população negra no país, dentre estas a mais importante foi a política de imigração. Embora no Brasil o imigrante europeu tenha sido assimilado através dos degraus inferiores da hierarquia social, sua integração na sociedade de classes ocorreu por meio do trabalho assalariado, assim, as causas históricas das desigualdades raciais contemporâneas têm como um dos principais pontos de partida as desigualdades de oportunidades de entrada no mercado de trabalho.

Ao analisar empresas específicas no período pós-abolição em São Paulo e no Rio de Janeiro, Andrews (1998) destaca que os trabalhadores nas duas empresas eram diferenciados em função da cor de suas peles. O grupo branco também era contratado para serviços braçais, mas o percentual de negros nestas funções era infinitamente maior. A probabilidade de promoção era ínfima para o grupo negro, mas o autor destaca que em uma das empresas analisadas o percentual de negros que receberam promoção não difere do grupo branco, e que estes trabalhadores haviam atuado em outros empregos em funções um pouco melhores que a tarefa braçal que ali realizavam, e que mais da metade dos que tiveram paciência para esperar uma promoção (cerca de 3,5 anos para negros e média de um ano para brancos) obtiveram sucesso em progredir até o nível de trabalhador especializado dentro da firma.

Entretanto, havia, de acordo com Andrews, um limite para a ascensão dos trabalhadores dentro das empresas, e esta limitação era irrestritamente aplicada aos trabalhadores negros tanto na firma como na sociedade como um todo. As oportunidades sempre foram mais restritas em São Paulo do que no Rio de Janeiro, para os negros, ressalta o autor, pois no estado paulista havia mais brancos em função do grande fluxo de imigrantes estrangeiros direcionarem-se para lá em busca de trabalho.

Em relação à cultura, Munanga e Gomez (2006) destacam os feitos relativos ao uso da língua, em que muitas palavras hoje usadas são de origem africana e que

foram “aportuguesadas”. Além das várias expressões utilizadas na língua portuguesa, os negros contribuíram nas religiões que fazem parte do patrimônio religioso brasileiro. Nas artes temos instrumentos musicais como a cuíca e os tambores, na música e na dança a força da luta e da alegria de um povo ressaltado pela expressão corporal da capoeira e do samba entre outras várias manifestações.

Moura (1988) parte da posição de que é necessário distinguir entre cultura como soma dos recursos materiais e morais de qualquer população e os sistemas sociais. O autor conclui que os mecanismos – econômicos, sociais e políticos - que produzem a mudança cultural têm pouca relação com aqueles que produzem a mudança social. Dentro da sociedade brasileira Moura observa que no seu relacionamento interétnico é possível dizer que há um processo constante daquilo que se poderá chamar aculturação, mas que a circulação de traços das culturas africanas e o seu contato com a cultura ocidental cristã – dominante no plano cultural, quase nada influiu para mudanças substantivas da sociedade no país.

Em outras palavras: os negros brasileiros podem continuar se aculturando constantemente influenciando na religião, na cozinha, na indumentária, na música, na língua, nas festas populares, mas, no fundamental, esse processo não influirá nas modificações da sua situação na estrutura econômica e social brasileira, a não ser em proporções não significativas, ou individuais. (MOURA, 1988, p. 46/47)

A cultura popular é o terreno onde as transformações são operadas, destaca Hall (2006), mas essa “transformação é a chave de um longo processo de ‘moralização’ das classes trabalhadoras, de ‘desmoralização’ dos pobres e de ‘reeducação’ do povo”, (p. 232). Não existe, de acordo com o autor, uma cultura popular pura, íntegra, autêntica ou autônoma fora das relações de poder e de dominação na sociedade. A concentração desse poder nas mãos de poucos, isto é, os meios de fazer cultura centralizada invadem e retrabalham as contradições internas dos sentimentos e percepções das classes dominadas. Há uma luta contínua, irregular e desigual por parte da cultura dominante “no sentido de desorganizar e reorganizar constantemente a cultura popular para cercá-la e confinar suas definições e formas dentro de uma gama mais abrangente de formas dominantes. Há pontos de resistência e também momentos de superação. Essa é a dialética da luta cultural” (HALL, 2006, p. 239).

A ideia da aculturação popular faz com que a população “adquira” a cultura dominante como verdadeira em suas vidas, de forma que a superação de problemas

através da cultura torna-se quase impossível, pois as forças e relações que sustentam a distinção e a diferença são construídas como princípio estruturador da sociedade de forma que a eficácia do sistema consegue que as pessoas reproduzam o que as oprime.

O que vale, ressalta Hall, é a luta de classes travada na cultura ou em torno dela, o importante é observar o processo histórico e usar as instituições escolares para disciplinar e policiar a fronteira entre aquilo que deve ser incorporado e a reorganização dos novos significados culturais. Dessa forma, a cultura como meio de resistência e mudança na sociedade acaba por ser quase uma utopia, pois o processo sofre mudanças constantes e aquilo que era cultura popular vira cultura erudita e perde a força como produto de luta de determinado grupo na sociedade. A cultura negra não está isenta deste processo dialético, portanto, de acordo com o autor, é necessário desconstruir o popular de forma a perceber que as “narrativas e representações passa[m] para as mãos das burocracias culturais estabelecidas às vezes até sem resistência” (p. 323).

Os meios utilizados através dos movimentos negros na busca de oportunidades e de mudanças na estrutura de classes fazem com que a análise de Hasenbalg (2005) sobre a desigualdade racial e a estratificação social do negro defina que a mobilidade social ascendente experimentada pelos brasileiros negros depois da abolição foi tão restrita que desigualdades raciais acentuadas têm sido perpetuadas até o presente. Embora se reconheça que a grande maioria negra deste país está exposta aos mesmos mecanismos de dominação de classe que afetam outros grupos subordinados, os indivíduos negros sofrem uma desqualificação peculiar e desvantagens competitivas que provêm de sua condição racial.

## **1.2 A ressocialização do negro e sua inserção na estrutura de classes**

O processo de luta e resistência negra, após a abolição, ganhou novos contornos. A nova situação dos negros não foi aceita imediatamente pela sociedade brasileira. Libertos por força de lei, não tiveram garantia dos mesmos direitos de fato, e todas as oportunidades foram dadas aos brancos, sobretudo aos das camadas mais ricas do país. (MUNANGA e GOMES, 2006).

Na infância, os negros receberam a socialização primária, tomando como significativo os valores que os adultos lhes apresentavam como o certo e o errado da sociedade a que pertenciam. Escravizados no Brasil, a re-socialização se fez necessária, pois a violência e a brutalidade apresentaram-lhes o significado da sua condição de objeto que tem um determinado dono. Liberto, começou novamente a luta para ter uma identidade e ser re-socializado na terra que agora pode chamar de sua, já que foram seus antepassados que a construíram.

Segundo Hasenbalg (2005, p. 208, 209), o poder explicativo da escravidão, com referência à posição social dos negros, decresce com o decorrer do tempo, isto é, quanto mais longe se está do fim do sistema escravista menos se pode invocar o escravismo como causa da subordinação social atual dos negros. Pelo contrário, a ênfase na explicação deve ser dada às relações estruturais e ao intercâmbio desigual entre negros e não-negros.

De acordo com o sociólogo, a alocação às posições sociais e de oportunidades diferenciais de mobilidade social está diretamente relacionada ao papel da raça e a distinção entre a transmissão intergeracional e a produção intrageracional de desigualdades sociais. O acúmulo de vantagens que um jovem terá é condicionado pela posição que sua família ocupa na estrutura social. Em termos de oportunidades de mobilidade social ascendente, o grupo negro experimenta uma dupla desvantagem, pois como resultado da discriminação racial no passado, cada nova geração de negros está em posição de desvantagem porque se origina, de forma relativamente desproporcional, de famílias de baixa posição social, e a filiação racial irá interferir tanto nos processos de acumulação de (des) vantagens pelos filhos como em suas subseqüentes carreiras quando adultos.

Como vantagens acumuladas, o autor aponta para níveis de habilidades a educação e a própria adscrição racial. A continuidade da desvantagem acontece porque a cada nova geração ou coorte de idade inicia-se o ciclo de vida adulta, e o racismo e a discriminação racial continuam a interferir no processo de mobilidade intrageracional, de forma a restringir as realizações dos negros, relativamente comparados com os não-negros. Além dos efeitos diretos do comportamento discriminatório, o autor ressalta que uma organização social racista também limita a motivação e as aspirações dos negros.

Goffman (1980) explica essa limitação como uma defesa em que o medo não deixa o indivíduo enfrentar situações desagradáveis. Conforme o autor, o indivíduo constrói uma imagem do seu percurso que lhe permite se apresentar de maneira útil nas situações presentes. Assim, o investigado sempre apresentará uma história coerente com a atualidade, como se a vida fosse planejada e vivida linear e corretamente. Os erros do passado podem ser justificados no presente, mas se os fatos do agora são de fracasso, é possível que o ator social se justifique através de uma história em que é vítima e na qual não é culpa sua este aparente fracasso. Dessa forma não é preciso, nem aceitável, receber cobranças aos seus desenvolvimentos atuais na vida.

A posição em que o indivíduo se encontra na estrutura social faz com que a ascensão ou queda tenham como consequência uma alteração fundamental no nível de vida e nos materiais disponíveis para construir uma rotina de atividades. O fato de subir ou descer no sistema de classificação da sociedade significa mais do que uma mudança no cálculo de riscos do ator social. Goffman (1996, p. 142) observa que;

Cada carreira moral e, atrás desta cada eu, se desenvolvem dentro dos limites de um sistema institucional, seja um estabelecimento social, [...] seja um complexo de relações pessoais e profissionais. Portanto, o eu pode ser visto como algo que se insere nas disposições que um sistema social estabelece para seus participantes. Neste sentido, o eu não é uma propriedade da pessoa a que é atribuído, mas reside no padrão de controle social que é exercido pela pessoa e por aqueles que o cercam. Pode-se dizer que esse tipo de disposição social não apenas apóia, mas constitui o seu eu.

A análise de Goffman vai ao encontro do que pensa Hasenbalg quanto às práticas discriminatórias dos não-negros – sejam elas abertas ou polidamente sutis – em que o efeito de bloqueios resultantes da internalização da ideia de inferioridade por grande parte da população negra leva a uma auto-imagem desfavorável. Assim, as aspirações dos negros na sociedade acabam impostas e definidas ainda em função de um passado que, como ressalta Hasenbalg, não mais justifica essas práticas, como se cada grupo tivesse um lugar pré-determinado e estabelecido na ordem social. Os estereótipos culturais se auto-confirmam a cada nova pesquisa realizada por institutos oficiais que apresentam a maioria da população negra sempre na base da pirâmide social.

A tabela abaixo estampa de modo claro a posição do negro no mercado de trabalho. Em todas as profissões não consideradas como de prestígio na sociedade brasileira o percentual de trabalhadores negros é maior.

**Tabela 4 - População ocupada, segundo ramo de atividade, por cor em (%)  
Brasil - 2001**

Ramos de Atividade	Branca	Preta	Parda
Agrícola	16,1	17,5	27,5
Indústria de transformação	14,1	11,2	10,1
<b>Indústria da construção</b>	5,3	10,0	7,7
<b>Outras atividades industriais</b>	1,0	1,3	1,3
<b>Comércio de mercadorias</b>	15,6	11,4	12,7
<b>Prestação de serviços</b>	18,9	27,2	20,9
<b>Serviços auxiliares da atividade econômica</b>	5,6	3,2	2,7
<b>Transporte e comunicação</b>	4,4	4,0	3,9
<b>Social</b>	11,5	8,4	7,7
<b>Administração pública</b>	5,2	4,4	4,3
<b>Outras atividades, mal definidas ou não declaradas</b>	2,3	1,3	1,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE. PNAD 2001 <http://www.comciencia.br/> acessado em 27/07/2010.

Sendo a dinâmica do processo produtivo que estabelece o complexo de posições ou lugares a serem ocupados na estrutura de classes, a raça é, de acordo com Hasenbalg, um dos critérios mais relevantes na regulação dos mecanismos de recrutamento para ocupar posições na estrutura de classes. A raça como atributo individual é uma característica permanente, visto que não pode ser modificada. Apenas os efeitos da adscrição racial podem ser mudados.

Conforme Hasenbalg (2005, p. 107), as relações entre a produção e a distribuição do produto social e a distribuição de produtos simbólicos ou de prestígio formam grupos de *status* pelos quais a honra se distribui numa comunidade e pertence à ordem social. A distribuição do produto social não é estritamente determinada pelas posições nas relações de produção, mas é também permeada

pela lógica da dominação, pelo conjunto de processos essenciais destinados a manter a estrutura interna do processo produtivo. As recompensas materiais correspondem às diversas posições na estrutura social de forma que mantenham a sobrevivência de um sistema concebido na preservação das relações de exploração econômica e dominação política. Como recompensas materiais, o autor refere-se principalmente aos salários recebidos pelo trabalhador e salienta que a diferenciação destes em qualquer momento corresponde à hierarquia do trabalho instituído na sociedade.

<b>Tabela 5 - Rendimento Médio Mensal dos Ocupados por Sexo segundo Raça Brasil - Regiões Metropolitanas 1998 (em reais de dezembro de 1998)</b>						
<b>Regiões Metropolitanas</b>	<b>Negros</b>			<b>Não-negros</b>		
	<b>Total</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Total</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>
<b>São Paulo</b>	<b>512</b>	<b>399</b>	<b>601</b>	<b>1.005</b>	<b>750</b>	<b>1.188</b>
<b>Salvador</b>	<b>403</b>	<b>297</b>	<b>498</b>	<b>859</b>	<b>647</b>	<b>1.051</b>
<b>Recife</b>	<b>363</b>	<b>272</b>	<b>427</b>	<b>619</b>	<b>462</b>	<b>739</b>
<b>Distrito Federal</b>	<b>765</b>	<b>614</b>	<b>898</b>	<b>1.122</b>	<b>923</b>	<b>1.306</b>
<b>Belo Horizonte</b>	<b>444</b>	<b>319</b>	<b>670</b>	<b>735</b>	<b>548</b>	<b>883</b>
<b>Porto Alegre</b>	<b>409</b>	<b>334</b>	<b>472</b>	<b>628</b>	<b>504</b>	<b>715</b>

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais. PED Pesquisa de Emprego e

Desemprego Elaboração: DIEESE – 1999

A tabela acima confirma a análise de Hasenbalg, pois mostra de maneira clara que as recompensas pelo trabalho não atingem de maneira equitativa negros e não-negros, mesmo que muitas vezes desempenhem as mesmas funções.

[...] o abismo racial brasileiro existe de fato, [...] no emprego, na escolaridade entre negros e não-negros e esta desigualdade é fruto da estrutura racista, somada a exclusão social e a desigualdade socioeconômica que atinge toda a população brasileira e de modo particular os negros. (MUNANGA E GOMES, 2005, p.172).

Para Hasenbalg o tipo sutil e disfarçado, porém eficaz, da discriminação está intimamente ligado ao baixo nível de mobilização política dos negros brasileiros. A ideologia racial no Brasil baseia-se nas relações cordiais e na miscigenação. Outro argumento para afirmar a existência da democracia racial pauta-se na inexistência de conflitos raciais explícitos. Por haver a consensual percepção de que alguns

espaços do mercado de trabalho constituem áreas mais fáceis de ascensão dos negros, como os esportes e a música e que esses poucos indivíduos, que tem visibilidade na grande mídia, fazem com que continue a crença de que a estrutura da sociedade brasileira permite a mobilidade ascendente dos negros, bastando apenas que eles se esforcem.

A herança de desvantagens intergeracional e intrageracional negra tem reproduzido o quadro da estrutura social através do mito da democracia racial que é um produto criado pelas elites que se destina a “socializar” a população como um todo e assim evitar áreas potenciais de conflito social (p. 247). O próprio negro, diz o autor, compartilha a versão idealizada da ordem racial e sua aceitação pragmática ou ambivalente da ideologia racial dominante pode proporcionar uma forma de lidar, de maneira menos penosa com o estigma associado à cor da pele (p. 211). O efeito agregado dos atos discriminatórios que os atinge reproduz uma estrutura desigual de oportunidades, limitando severamente a mobilidade ascendente do estigmatizado, ou seja, no caso, o negro no Brasil.

A existência de diferentes espécies de capital social, econômico e cultural define campos estruturados de redes ou configurações de interdependência entre os indivíduos (BOURDIEU, 2008) que determinam comportamentos e decisões. Esses vínculos delineados ao longo da trajetória dos indivíduos, do passado ao presente, convertem-se em maneiras duradouras de ver, sentir e agir na sociedade, incorporar princípios de afirmação ou negação em sua própria existência. Freidson (1988) defende que as forças de organização social são inseparáveis da divisão empírica do trabalho. Essas forças influenciam o número de papéis ocupacionais, a seleção e a distribuição de indivíduos por meio deles e mesmo o conteúdo desses. Desta forma, a diferenciação de papéis ocupacionais em uma sociedade é estabelecida e torna-se altamente resistente a mudanças. Os fatores e valores econômicos, políticos, tecnológicos e sócio-culturais dominantes no Brasil desde a escravidão negra no país, atuaram desfavoravelmente em relação ao trabalhador negro livre, excluindo-o das oportunidades e desenvolvimento nacional.

A posição do indivíduo ou de um grupo na estrutura social proporciona a valorização ou desvalorização ideologicamente reconhecida por possuir ou não qualidades específicas que lhe permitem legitimar seu capital social. Assim, a consolidação e extensão da classe intensificam-se a cada nova geração, pois ela

carrega inculcida no seu ser o *habitus* de origem. Capital social é definido por Bourdieu como um ganho simbólico de relações que permite ao indivíduo outras percepções e maneiras de legitimar e valorizar sua trajetória, alterando seu percurso, questionando os esquemas de produção e de avaliação social. Capital social é um mecanismo estratégico para difusão de relações em um determinado sistema social, e determinam a rede de relações que o indivíduo pode mobilizar.

A existência de uma rede de relações não é um dado natural, necessita de tempo para instauração e manutenção de forma que possa produzir e reproduzir relações duráveis e úteis. Bourdieu ressalta que o limite que pode haver na acumulação e manutenção do capital social são tanto maior quanto mais importante for esse capital. Esse limite pode ser apresentado pelos detentores de um capital social herdado, em que o nome da família constitui capital social próprio. O autor destaca que:

O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva da cada um daqueles a quem está ligado (BOURDIEU, 1998, p.67).

A ruptura com o *habitus* de origem torna-se possível através do capital de relações adquiridas, enfatizando uma nova forma de pensar, modificando o campo das possibilidades. *Habitus* para o autor é a maneira como os indivíduos absorvem a cultura que vivenciam, apreendida através de processos de socialização e comunicação das inserções e papéis sociais, isto é, *habitus* é o produto de uma condição social de origem, sendo um tipo de tendência do grupo para persistir no seu ser. Uma classe social torna-se assim a classe dos indivíduos dotados do mesmo *habitus*, providos das mesmas trajetórias típicas.

Os grupos identitários apresentam aspectos imediatamente perceptíveis, de forma que é possível reconhecê-los, pois os esquemas geradores do *habitus* aplicam-se aos estilos de vida. As práticas e as propriedades constituem uma expressão sistemática das condições de existência. Bourdieu defende que a divisão da sociedade em classes classifica os agentes e os julga de acordo com suas práticas, sendo o *habitus* uma estrutura estruturante, isto é, o grupo identitário é condicionado:

[...] por suas propriedades intrínsecas e pelas propriedades relacionais inerentes à sua posição no sistema das condições que é, também, um sistema de diferenças, de posições diferenciais, ou seja, por tudo o que a distingue de tudo o que ela não é e, em particular, de tudo o que lhe é oposto: a identidade social define-se e afirma-se na diferença (BOURDIEU, 2008, p. 164).

Para Hasenbalg, uma classe social não se define somente pela sua situação e posição em uma estrutura social, mas também e principalmente pelas relações objetivas que mantêm com outras classes. Assim, os interesses dos agentes são moldados por condições sociais independentes do indivíduo, conseqüentemente, “as pessoas nas diferentes posições de classe desenvolvem um *habitus* de classes ou sistema de disposições inconscientes, que tende a ajustar as aspirações subjetivas às oportunidades objetivas” (HASENBALG, 2005, p.112).

Dentro de uma sociedade de classes fortemente hierarquizada desde a colonização, torna-se necessário entender as etapas da marginalização social vivenciada pelos negros. A desigual situação existente entre os grupos raciais no Brasil, em termos de acesso à educação, ao mercado de trabalho e de melhoria das condições de vida em geral, ressalta a necessidade do exame das trajetórias para compreender sua dinâmica. Embora muitos cientistas afirmem não existir raças biológicas, o certo é que de acordo com Guimarães (2002) socialmente continuamos a nos classificar em “raças” que organizam a experiência humana e que (ao que parece) não têm chances de desaparecer. Trata-se de uma posição pragmática. O tom da pele na sociedade brasileira continua a orientar a ação dos agentes sociais.

Analiticamente, observa Guimarães (2002, p.47) o conceito de “raças” é descartado como imprestável para pensar as normas que orientam a ação social concreta, ainda que as discriminações a que estão sujeitos os negros sejam de fato orientadas por crenças raciais. Embora o autor tenha declarado que não temos “raças” biológicas, ele confirma que o certo é que socialmente a classificação na estrutura social acontece em termos de “raças” sociais, o que o faz defender o uso do conceito sobre raça.

A sobreposição existente entre a linha de cor e a linha de classe faz, como aponta Guimarães, que muitos acreditem que apenas exista o preconceito social, no entanto, em todo lugar e a todos os momentos, se sucedem atitudes de preconceito e discriminação contra o negro, que são formas de expressão do racismo. O significado destes conceitos reflete-se na confusão brasileira tradicional entre

discriminação de classe e discriminação racial devido à postura ideológica e o constante deslizamento semântico entre esses significados.

Dizer que não é racial a discriminação que, no Brasil, sofrem os negros, equivale a silenciar o que deveria ser dito: que se encontra ativo, na nossa ordem de classes, o princípio de desigualdade de direitos individuais (GUIMARÃES, 2002, p.44).

Nas palavras do autor, o que torna legítimo o reconhecimento da falta de oportunidade dos pobres, o preconceito e a discriminação de que são vítimas decorre justamente do fato de que os pobres, em sua maioria, são negros. O fator racial está geralmente, diluído numa série de características pessoais, todas de ordem atribuída. A invisibilidade da discriminação racial está baseada na destituição material (GUIMARÃES, 2002, p.47) a que são relegados os negros, justificando que a discriminação no Brasil é de classe e não de cor. Assim, classe passa a significar, ao mesmo tempo, condição social e forma de identidade social.

Hasenbalg (2005) explica que o antagonismo racial, interpretado como conflito de classes refere-se às formas, funções e consequências de sistemas de desigualdade social estruturada. As recompensas e privilégios distribuídos na obtenção de *status*, necessário para a mobilidade social, em função da desvantagem cumulativa que os negros carregam, não só no início, mas ao longo de todas as etapas de competição social, é reafirmada nas estatísticas que demonstram que esta desvantagem não decorre apenas no passado, ela é ampliada através da ideia errônea de que no Brasil todos os atores sociais são cidadãos livres e iguais (p.100) que fazem suas escolhas numa estrutura aberta de oportunidades.

Ao serem ignoradas as origens estruturais da desigualdade social pela sociedade civil em geral, Hasenbalg alerta para o fato de que o “sistema de estratificação é interpretado como o resultado de capacidades diferenciais dos indivíduos de obterem recompensas por quaisquer habilidades e serviços negociáveis no mercado que estejam à disposição” (p. 101). Conforme o autor, a tradição marxista sempre enfatizou que o processo produtivo condiciona o funcionamento do sistema distributivo (p. 102) sendo que esta distribuição não é determinada pelas posições de relações de produção, mas entrelaça-se com a ideologia da dominação e, conseqüentemente, com a permanência da estrutura social. Sendo a dinâmica do processo produtivo que estabelece o complexo de posições ou lugares a serem ocupados na estrutura de classes, a raça é, de acordo

com o autor, um dos critérios mais relevantes na regulação dos mecanismos do preenchimento de ocupações nas posições na estrutura de classes.

Seguindo a mesma linha de reflexão, Guimarães vai ao encontro da análise de Hasenbag quando explica que classe como condição e identidade no Brasil está diretamente relacionada à ideia de 'raça', ou seja, a hierarquia social existente faz com que a condição negra permaneça estabilizada. A persistência na sociedade de classes de relações servis, preconceitos e ritos permanecem razoavelmente intactos. Assim, a ordem das diferenças estabelece que não haja uma igualdade de direitos e privilégios na distribuição de honra e prestígios na sociedade brasileira.

Pensar classe nos remete ao conceito defendido por Bourdieu (2008). Para ele, classe social é o conjunto de indivíduos dotados de um mesmo *habitus*. O autor defende (p.164) que a divisão das sociedades em classes classifica os agentes e os julga de acordo com suas práticas, sendo o *habitus* o conjunto das disposições adquiridas, propiciadas pelo meio social em determinado momento e lugar. Dessa forma é possível, de acordo com Bourdieu, reconhecer os indivíduos dotados deste ou daquele *habitus*, já que este é uma espécie de identidade social, como também é um processo de socialização. A maneira de adquirir o *habitus* sobrevive na maneira de utilizar essas aquisições. Assim, *habitus* é o produto de condições subjetivas e objetivas interiorizadas via o grupo social de origem, como também se torna o produto de práticas que irão reproduzir a estrutura social.

Bourdieu ressalta que a posição de um indivíduo na estrutura de classes depende da trajetória percorrida, pois a cada posição corresponde um grau de propriedade ou de poder. Em outras palavras, o papel decisivo de um estilo de vida significa que certas convenções identificam um grupo e não outro. Dessa forma, classe social não é um elemento autônomo, mas se incorpora em uma dada estrutura que a cria e que ela mesma reproduz. Classe seria o espaço ocupado dentro da estrutura social e este se situa em uma posição, ou seja, em um ambiente hierarquizado por critérios que ultrapassam os de natureza puramente econômica.

Guimarães aponta a França de Bourdieu como o berço dos estudos brasileiros sobre classes, pois "lá estaria à sociedade típica de classes: a um só tempo modelo explicativo e ideal de república" (p.38). O gosto pela hierarquia social e pelo monopólio de saberes, ainda tão em voga naquele país, na opinião de

Guimarães, faz com que a ideologia de afirmar uma igualdade entre todos os cidadãos reconheça sua condição de classe, mas regula a distribuição de bens, serviços e honrarias. O autor ressalta que a chamada sociedade de classes no Brasil não pressupõe uma ordem social igualitária e de relações sociais abertas. As construções de estratégias na busca de oportunidades para inserção do negro na estrutura de classes estão intimamente ligadas no circuito de agentes e agências que participam de maneira decisiva em sua mudança de *status*.

Pelo que já foi exposto é possível perceber que tendo como principal interesse o estudo institucional do 'eu', a sociologia de Goffman (1985) refere-se aos aspectos morais e a sequência regular de mudanças que esta provoca no 'eu' da pessoa e em seu esquema de imagens para julgar a si mesma e aos outros.

[...] independente do objetivo particular que o indivíduo tenha em mente e da razão desse objetivo, será do interesse dele regular a conduta dos outros, principalmente a maneira como o tratam [...] expressando-se de tal modo que dê aos outros a espécie de impressão que os levará a agir voluntariamente de acordo com o plano que havia formulado. (GOFFMAN, 1985, p. 13).

Entretanto autores como Figueiredo (2005) discordam da análise feita por Goffman. Para a autora, independente da estratégia utilizada pelo negro em busca de mobilidade ascendente na sociedade brasileira, este continuará não aceito de forma 'natural' na maioria dos espaços sociais. Nas palavras da autora:

[...] são olhados com curiosidade quando participam de atividades sociais relacionadas à classe média e com desconfiança quando querem adquirir ou desfrutar dos bens sociais e simbólicos associados a pessoas de poder aquisitivo mais elevado. E mesmo quando em posse desses bens, há o constrangimento provocado pelas diversas perguntas acerca da efetiva possibilidade [...] que tenham suficientes recursos financeiros [...] ou que possam frequentar espaços sociais identificados com a classe média (FIGUEIREDO, 2005, p.201).

Na análise de Figueiredo, a tensão social que vivenciam os negros com poder aquisitivo mais elevado é o "preço por estar fora do lugar sociologicamente construído e simbolicamente determinado" para o negro no Brasil (FIGUEIREDO, 2002 p.201/202). A autora afirma que apesar da percepção que estes indivíduos têm do preconceito racial que são vítimas, isto não se traduz na tomada de atitudes no combate ao racismo existente.

Andrews (1998) corrobora a posição de Figueiredo. O receio, o medo de agravarem uma situação já desagradável faz com que a maioria dos negros que conseguiram galgar alguns degraus na estrutura social, não queira enfrentar um

antagonismo que segundo os próprios (p.273) não vai ajudar a mudar o clima racial no Brasil. Outro fato importante na pesquisa realizada por Andrews, em São Paulo, com indivíduos negros instituídos como classe média, foi o reconhecimento do racismo, que Figueiredo havia citado, como uma força que atua e limita a ascensão negra na sociedade. Ao mesmo tempo esses próprios indivíduos afirmam não terem sofrido preconceito ou discriminação racial em suas trajetórias, e o que por ventura tenham sentido não os prejudicou ou afetou.

A justificativa apresentada pelo autor a essa reação de “acomodação” pela classe média negra paulista, deve-se ao fato de que é necessário ser um “super negro” em relação ao não-negro nas mesmas condições em qualquer arena social. Na tentativa de estabelecer uma igualdade racial, a negação do racismo por parte desses indivíduos confirma as hipóteses citadas por Goffman em que a transformação ou negação de sua condição levam o estigmatizado a atitudes extremas para ser aceito como um “normal”.

Para Sansone (2003) a classe média negra no Brasil sobrevive basicamente de seus salários. Trata-se, portanto, na opinião de FIGUEIREDO (2005, p. 204), de “um grupo subalternizado, instável, incipiente e que encontra muitas dificuldades para manter-se na posição de classe”.

A maior diferença nas estratégias de mobilidade social entre as gerações encontra-se no fato de que os filhos desta geração considerada de classe média (Sansone, 2003) são mais escolarizados e que suas posturas frente ao mercado de trabalho alteraram-se. Através dessa maior escolarização, assumem uma negritude que nem sempre ocorria com seus pais. O autor relata que a tomada de consciência de ser negro em uma sociedade que convive com a discriminação racial, mesmo que de forma dissimulada, não levou estes jovens, assim como seus pais, a atitudes políticas de combate ao preconceito racial.

A postura assumida de ser negro por esses jovens depende do contexto social onde estejam ou que desejam inserir-se. Sansone conclui que chamar a si e aos outros de negro não depende somente da cor da pele, mas da idade, do nível de instrução e do local de residência. O autor destaca dois momentos distintos na vida dos jovens entrevistados, em que ser negro faz a diferença. No primeiro momento, (p.80) denominado de ‘áreas leves’, ser negro não constitui empecilho e, em certas

ocasiões, pode até trazer prestígio. Isso acontece em relação à classe, à idade, à vizinhança e ao sexo. Levar vantagem ocorre dentro dos espaços rotulados como espaços da cultura negra, que é muito forte na Bahia, local dos estudos realizados por Sansone (2003) e Figueiredo (2000).

Os locais denominados de 'áreas pesadas' são apontados pelos jovens, como o mercado de trabalho em que o racismo é extremamente acentuado, no contato com a polícia e no casamento. Para compensar o ser negro, ou preto na sociedade, Sansone (2003) observa que outras qualidades como elegância, cortesia, simpatia, bondade, uma conversa interessante ou símbolos de *status* como roupas de marca, são ressaltados, na tentativa de igualar-se ao não-negro na mesma posição.

Conforme a concepção de Hasenbalg, o problema maior no campo das relações raciais constatadas dentro da sociedade refere-se às ligações problemáticas entre escravismo e relações raciais pós-emancipação.

Castell (2001) aponta o mercado de trabalho como o principal fundamento da cidadania, pois este tomou uma dimensão social caracterizando o *status* que situa e classifica um indivíduo na sociedade. O trabalho continua, conforme as palavras do autor, a ser uma referência não só econômica, mas psicológica, cultural e simbolicamente dominante e não tê-lo significa estar excluído socialmente.

Dubar (1997) apresenta a escola e o confronto com o mercado de trabalho como domínios pertinentes para as identificações dos indivíduos. Embora não se devam reduzir as identidades sociais a esses dois estatutos, o autor ressalta o emprego como sendo cada vez mais central para os processos identitários juntamente com a formação escolar. A identidade no trabalho baseia-se em representações coletivas diferentes, sendo o local onde se experimenta o confronto do desejo de reconhecimento em um contexto, de acordo com o autor, de "acesso desigual, movediço e complexo" (DUBAR, 2005, p.151). A construção das identidades para si e para o outro constitui um processo complexo e implica fazer da qualidade das relações com o outro um critério e um desafio importante da dinâmica das identidades. As categorias particulares que servem para identificar a si mesmo são variáveis de acordo com os espaços sociais em que se desenvolvem as trajetórias.

Assim como Sansone, (2003), Dubar (1997) destaca a importância das diferenças geracionais nas estratégias de mobilidade desenvolvidas nas instituições que os indivíduos percorrem e para cuja transformação real eles contribuem, o que faz com que as novas gerações mais escolarizadas não aceitem determinados trabalhos manuais através dos quais seus pais tinham sido inseridos no mercado de trabalho.

Esta construção identitária adquire uma importância particular no campo do trabalho, do emprego e da formação que conquistou uma grande legitimidade para o reconhecimento da identidade social e para a atribuição dos status sociais (DUBAR, 1997, p.156).

Através do processo identitário individual, os atores tentam dar conta de suas trajetórias objetivas visando à construção ou reconstrução de trajetórias subjetivas, ou seja, de uma definição de si no processo de socialização. Dubar adverte que o acesso ao espaço dos empregos é estruturado pelas mesmas características de estratificação do sistema social em que se formam as hierarquias, levando em consideração a posição social de origem e o nível de diploma como base de estratificação. Dessa forma, o mercado de trabalho torna-se duplamente estratificado, pois os privilegiados ligados a certas categorias socialmente valorizadas organizam o acesso aos empregos criando uma ligação rígida entre formação, qualificação e salário (DUBAR, 1997, p.169).

Se os modos de produção das categorias sociais a partir dos campos escolar e profissional constituem domínios pertinentes das identidades dos indivíduos, historicamente, estas ligações têm contribuído de modo extraordinário para a exclusão profissional, escolar e social como também para a fragilidade da construção da identidade de grande parte dos indivíduos negros na sociedade brasileira. Essas identidades sociais e profissionais (DUBAR, 1997) associadas às configurações específicas de saberes práticos, de organização e teorias são construídas através de processos de socialização cada vez mais diversificados.

O movimento das identidades através dos processos de socialização primária e a ressocialização secundária que o indivíduo pode sofrer na sociedade, essa dinâmica de desestruturação/reestruturação toma, por vezes, a forma de crise de identidades. De acordo com Dubar, a interação entre trajetórias individuais e sistemas de emprego, de trabalho e de formação é construída no processo de

socialização e constitui formas sociais de construção das individualidades em cada geração, em cada sociedade.

Os atributos socialmente adquiridos são de extrema necessidade para a construção da carreira dos indivíduos, principalmente para os não nascidos com o peso do bom nome de uma família. As estratificações e os recursos utilizados pelos indivíduos sociais na construção de suas carreiras e a busca de reconhecimento profissional legítimo requerem de alguns atores bem mais do que um diploma, exigem também a ruptura com um passado que pode implicar um fracasso ou o não reconhecimento de uma nova identidade socialmente adquirida.

Tomando a estratégia no mercado de trabalho como ponto fundamental para a mobilidade do negro na sociedade, Figueiredo alerta para o fato de que as pesquisas realizadas a partir dos anos de 1930, embora com algumas divergências, apontavam uma quase unanimidade em afirmar que a ascensão dos descendentes dos ex-cativos acontecia somente pelo apadrinhamento dos não-negros, isto é, pelas relações sociais e clientelistas mantidas entre negros e brancos.

A mudança no uso (Figueiredo, 2000) de mecanismos de mobilidade que não envolvam uma relação de subordinação influenciou a percepção sobre o significado da mobilidade social, do preconceito e da discriminação racial. Mesmo com a relevância destes dados, em que a sensação de ter uma dívida para com alguém – possa ter diminuído e até cessado em alguns casos – pertencer à classe média negra, longe de diminuir ou acabar com o preconceito racial, expõe estes indivíduos a uma situação de maior vulnerabilidade, pois como ressalta a autora “os espaços sociais que convivem são majoritariamente frequentados por brancos”(FIGUEIREDO, 2000, P.209).

Bourdieu (2008) observou que a opinião do indivíduo quanto à sua posição na hierarquia social é uma função de sua própria posição nesta hierarquia como também alerta que uma classe não se define apenas pela sua situação e posição em uma estrutura social, mas também pelas relações objetivas que mantém com outras classes. É legítimo supor não apenas a existência simultânea dos aspectos econômicos ou instrumentais e os aspectos simbólicos das ações, mas também o valor de uso e simbólico dos objetos.

Dubar reforça a idéia do trabalho como instrumento de uso simbólico e estratégico para a consolidação da identidade individual e profissional na sociedade, assim, para que uma identidade de ofício exista e se reproduza, é necessário que um grupo profissional exista na sociedade e seja reconhecido concretamente.

As diferentes construções identitárias são resultantes das relações sociais que ocorrem no cotidiano dos indivíduos, sempre pensado em uma perspectiva relacional. Castell (1999, p.23) destaca que as identidades “constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e constituídas por meio de um processo de individuação”, assim identidade é o resultado de uma construção cujo objetivo principal é organizar significados que se mantenham ao longo do tempo, em determinado espaço e em um contexto social e político marcado por relações de poder. Castell propõe três tipos de identidades em que apresenta a distinção entre os processos de construção da mesma.

**Identidade legitimadora:** introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores; **identidade de resistência,** criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostas a estes últimos; **identidade de projeto,** quanto os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social (CASTELL, 1999, p. 24/25).

Ao buscar a explicação sobre as diversas composições das identidades, Castell explicita de certa forma a teoria de Goffman em que se pode ler que a superação dos estereótipos vinculados à cor, constitui-se em um problema que podemos associar a uma redefinição da própria identidade negra. Como os indivíduos estão sendo “construídos” cotidianamente por um conjunto de significados, o processo de identificações não pode ser tomado como uma via de mão única. As relações entre os indivíduos expressam mutuamente um conteúdo simbólico no espaço social, dessa forma, o empenho em conquistar posições sócio-ocupacionais e políticas na estrutura social que levem a uma redefinição de sua relação com os demais segmentos raciais presentes na população brasileira, deve ser o desejo de todo indivíduo negro que almeja ser reconhecido por seus congêneres.

Conforme pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) é declarado que, embora a classe média tenha crescido no país, entre a população negra esse crescimento foi significativamente menor. A mobilidade social ascendente para a maioria da população negra continua limitada, e dentre os fatores considerados negativos está à dificuldade de converter a educação formal em posições ocupacionais compatíveis. A ascensão social da maioria da população negra esbarra nos atributos socialmente adquiridos como a educação, e para aqueles que ultrapassam essa barreira, o maior obstáculo é a discriminação racial que impede que o negro chegue a ocupar cargos de gerência ou presidência de empresas, confirmando que não é a classe, mas o preconceito que limita seu crescimento.

**Tabela 6 – Taxas de desemprego total, por cor e escolaridade (em %)**  
**Regiões metropolitanas do Brasil – 2001**

Regiões Metropolitanas	Cor	Analfabeto	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior
Belo Horizonte	Negra	(1)	24,2	23,2	33,8	19,2	(1)
	Não-Negra	17,9	15,6	16,3	22,3	12,6	4,8
Distrito Federal	Negra	23,1	27,2	25,5	33,8	19,7	7,3
	Não-Negra	15,9	22,0	23,0	30,3	18,3	7,3
Recife	Negra	17,0	22,0	23,3	30,9	22,4	(1)
	Não-Negra	(1)	20,5	21,9	29,7	22,5	(1)
Porto Alegre	Negra	(1)	24,2	23,2	33,8	19,2	(1)
	Não-Negra	17,9	15,6	16,3	22,3	12,6	4,8
Salvador	Negra	(1)	31,5	29,3	42,1	25,3	(1)
	Não-Negra	(1)	26,5	27,3	(1)	19,7	(1)
São Paulo	Negra	16,4	21,4	25,9	32,7	18,1	6,9
	Não-Negra	16,2	16,7	17,8	26,4	14,3	6

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego Elaboração: DIEESE

Nota (1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria

Obs.: (a) Dados com base na média do período de janeiro a junho de 2001;

(b) Negros inclui pretos e pardos. Não-Negros inclui brancos e amarelos

De acordo com Hasenbalg (2005, p.189), embora a educação seja o principal meio de ascensão social do negro na sociedade brasileira, em termos de ganhos ocupacionais e de renda, tende a ser proporcionalmente menor para os não-brancos. Dentro de cada região, a população negra experimenta a desigualdade educacional que influencia diretamente na ocupação profissional, sendo que a baixa

representatividade de negros nas escolas e universidades brasileiras evidencia a dificuldade de acesso e de permanência dessa população nos bancos escolares.

De acordo com o pensamento de Bourdieu, o saber institucionalizado nas sociedades modernas, faz com que as frações mais ricas em capital cultural invistam, e muito, na educação de seus filhos, garantindo o sucesso da carreira profissional ao mesmo tempo em que mantém e aumenta a raridade deste saber.

Os limites da autonomia escolar na produção de suas hierarquias coincidem rigorosamente com os limites objetivamente atribuídos a seu poder de garantir fora do mercado escolar o valor econômico dos títulos que outorga. [...] o diploma vale fora do mercado escolar o que seu detentor vale econômica e socialmente (BOURDIEU, 1992, p.332/333).

A estrutura social entendida como ordem social torna-se natural, legítima e adequada na sociedade, de forma que os processos que impõem o “lugar” em que os indivíduos devem se situar socialmente passam despercebidos em sua reprodução. Bourdieu (2006) observa que “as diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses” (p. 11). Assim, para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra, a produção ideológica do poder estrutura-se no espaço social, principalmente através do capital econômico e do capital cultural.

Bourdieu (1998) ressalta que há três etapas essenciais na aquisição do capital cultural e que estas estão intrinsecamente ligadas ao capital econômico, sendo que uma etapa é necessária à reprodução da outra. Os três estados do capital cultural estão estruturados na seguinte maneira, *capital cultural incorporado*, o autor afirma que a assimilação, enraizamento, incorporação e durabilidade do capital cultural em um determinado sistema demanda tempo e somente pode ocorrer de forma pessoal, e depende principalmente do capital cultural incorporado pela família, pois a condição de acumulação cultural – começa desde a origem – sem atraso, sem perda de tempo e naturalmente sem interrupções.

O *capital cultural objetivado* aparece no momento da aquisição de bens culturais (pinturas, artes, livros), através do capital econômico, sendo indispensável a posse do capital cultural incorporado por possuir os mecanismos de apropriação e símbolos necessários a sua identificação. A concretização do *capital cultural institucionalizado*, de acordo com Bourdieu, ocorre na propriedade cultural dos diplomas, ou seja, o diploma é a “certidão de competência cultural” que representa

seu portador. “As estratégias de reconversão do capital econômico em capital cultural, [...] são comandadas pelas transformações da estrutura das oportunidades de lucro asseguradas pelas diferentes espécies de capital” (BOURDIEU, 1998, p. 78/79).

O autor explicitou a conexão direta existente entre o êxito escolar e a posição de suas famílias para a aquisição do diploma escolar e a forma como este pode ser reconvertido em capital econômico. Os diplomas, vistos através da perspectiva de Bourdieu, funcionam como a “porta de entrada” nas posições de trabalho na sociedade. O sistema de ensino produz a cultura legítima de acordo com o público que atende. A relação entre cultura e desigualdade estão associadas à maneira como o indivíduo olha o mundo e de como se percebe neste espaço que produz consequências diretas nas classificações sociais.

Em relação aos usos da educação no Brasil, Almeida (2001) ressalta que a escolarização dos pais está diretamente relacionada ao desempenho escolar dos filhos e associada à desigualdade educacional no país.

A segmentação do sistema de ensino [...] gerou espaços de escolarização que se diferenciam, ao mesmo tempo em termos do currículo e em termos de origem social dos alunos que estão encarregados de formar, como resultado, temos um segmento considerado como de alta qualidade incrustado no interior do setor privado e um sistema considerado de baixa qualidade que compreende à quase totalidade do setor público e parte importante daquele mesmo setor privado [...] as dimensões econômicas da origem social do aluno tem peso espacial na determinação da sua trajetória escolar (ALMEIDA, 2001, p. 9/10).

Sendo a escolaridade um atributo socialmente adquirido e que juntamente com a posição social - isto é, todo o prestígio associado ao nome da família - constitui inestimável capital simbólico, o negro no Brasil, como vimos pelo exposto acima, em sua grande maioria já nasce em desvantagem.

## **CAPÍTULO II – O NEGRO NO RIO GRANDE DO SUL**

### **2.1 O escravo no Rio Grande do Sul**

“O escravo africano inexistiu durante décadas para a historiografia gaúcha. Um quase consenso fez-se entre os historiadores sulinos em afirmar que se aqui houve escravismo, ele foi paternal, benigno”. Esta afirmação é de Maestri (1979, p. 9). De acordo com o autor, a verdadeira história do Rio Grande do Sul em relação ao período escravagista ainda está por ser escrita. Ainda não o foi, pois a verdade poderia “manchar” o heroísmo de alguns personagens considerados desbravadores dos pampas, enquanto que não passavam de meros senhores de escravos. Maestri denunciou que por todo o lado havia grossa escravaria no sul do país. Aos portugueses interessava muito o comércio com a rica região do Prata e sua principal mercadoria neste comércio era o escravo africano. Até 1640, este comércio foi feito de forma legal, graças a União Ibérica. Posteriormente, foi fundada a Colônia de Sacramento, para continuar a troca de mercadorias com as colônias espanholas, agora se baseando no contrabando.

O povoamento da Colônia de Sacramento localizada na margem do Rio da Prata tornou-se o local em que o comércio de escravos era uma realidade cotidiana. Os escravos introduzidos dessa forma, em sua grande maioria, iam para o Peru, Buenos Aires, Chile, Paraguai, e os que permaneciam atuavam nas mais diversas atividades, como agricultores, artífices, carregadores e, nos momentos de crise, até como soldados.

Uma das primeiras atividades econômicas da Colônia foi o contrabando associado à caça ao gado, pois a preocupação da coroa portuguesa era a de manter

a primazia no comércio de couro, tornando essa atividade permanentemente um dos pilares econômicos da Colônia.

Segundo Gutierrez (2001), o povoamento das terras do rincão de Pelotas, lugar em que se localizava o maior centro charqueador sulino da Colônia e do Império, foi implantado a partir de 1780, com a instalação da Comandância Militar do Rio Grande de São Pedro, atual cidade de Rio Grande, período em que se iniciaram os processos de doação de terras.

Para Maestri, este povoamento teve início com os tropeiros vicentinos que desciam em direção ao sul, vindos de Minas, Goiás e Mato Grosso, em busca do valorizado e abundante gado, o que possibilitou a fixação do homem na terra, surgindo assim as primeiras estâncias. “[...] o homem negro entrou no sul nas bagagens dos primeiros soldados, aventureiros e povoadores, melhor dizer que entrou carregando suas bagagens” (MAESTRI, 1979, p.36).

De acordo com Gutierrez (2001, p.211), “a implantação, situação, localização e organização espacial do núcleo charqueador pelotense foram determinadas por inúmeras questões”, destacando como principais as expansões desenvolvidas pelas coroas ibéricas, o regime de doações de terras na sesmaria do Monte Bonito e as especificidades da escravidão nas charqueadas.

A produção do charque como alimento básico do escravo para o mercado nacional e internacional tem começo no sul do país após a crise da carne seca produzida no Ceará. As sucessivas secas ocorridas nos anos de 1777/78/92 lançaram o Rio Grande do Sul como fornecedor desse produto. Conforme Maestri, com a migração para a cidade de Pelotas do português José Pinto Martins é fundada a primeira grande charqueada que conta com a tecnologia que veio junto do estado do Ceará. A exportação do charque e outros produtos da indústria saladeiril transformam-se no centro da vida econômica do sul do Brasil. O ciclo das charqueadas inaugura, afirma o autor, a definitiva estruturação do escravismo como modo de produção dominante, trazendo consigo uma opulenta classe de senhores-de-escravos.

Por mais de cem anos essa classe viveu exclusivamente da exploração direta do trabalho escravo. Gutierrez corrobora com a opinião de Maestri ao escrever que

[...] a produção saladeril foi determinante em várias atividades alternativas ou decorrentes do comércio, de serviços e da construção, todos os espaços que abrigariam estas funções. Até hoje, no centro urbano de Pelotas, resiste um casco histórico, que representa a vida econômica, social e cultural dos senhores daqueles tempos. Ao contrário, nas faixas ribeirinhas quase nada restou das construções escrava da charqueada (GUTIERREZ, 2001, p. 99/100).

O limite do escravo negro para trabalhar na produção do charque era a sua resistência física. A violência que ocorria nas charqueadas chegava aos requintes da crueldade fazendo com que o eterno medo da insurreição servil colocasse frente a frente senhor e escravo. Maria Carolina Duarte Lobo, entrevistada por Della Vecchia confirma através de seu depoimento o quadro de violência física sobre os escravos:

“Ah! Judiavo. Qualquera coisa que eles fizesse... Batiam assim com um porrete ou com uns rebenque que tinham trançado. Eles usavam uns rebenque trançado, com uma argola na ponta. Com uns nó, uns nó na ponta. Era! aquilo cortava a criatura. A carne da criatura ficava correndo sangue! Enquanto não corria sangue eles não soltavo! [...] abri um buraco e sortá eles. Sortá eles, porque eles não tinham mais força, né? Não podiam resistir mais (DELLA VECCHIA, 1994, p. 380)<sup>8</sup>.

Maestri escreve que Nicolau Dreys, cidadão francês que viajou ao estado, pouco simpático à causa dos escravos, disse que “uma charqueada bem administrada era um estabelecimento penitenciário” (MAESTRI, 1979 p.42). O autor descreve a vida do negro em Pelotas como sendo de extremo sofrimento pela maldade dos senhores e feitores na ânsia de fazerem valer seu direito de lucro sobre a mercadoria adquirida. O frio do rigoroso inverno do sul do país colaborou para que o sofrimento do negro africano aqui fosse maior.

Conforme Gutierrez, o cerne do núcleo charqueador pelotense, constituído ao longo do século XIX, estruturou-se em mais de trinta fábricas contíguas situadas nas margens direita do Arroio Pelotas e norte do canal São Gonçalo. Esses estabelecimentos saladeiris fixaram-se nas várzeas alagadiças em que abundavam materiais argilosos, areia e cascalho. Possivelmente, de acordo com a análise da autora, os cativos trabalhassem na construção civil no período entre safras, erguendo, ampliando e conservando toda sorte de prédios urbanos, que o desenvolvimento fabril charqueador impulsionava.

A constatação de olarias ao mesmo tempo a verificação que nenhum escravo possuía a profissão de oleiro reforçou a probabilidade da

<sup>8</sup> Manteve-se nas entrevistas de Della Vecchia, a transcrição literal, tal como o autor procedeu.

construção civil como uma atividade alternativa à produção da carne salgada. A inexistência de oleiros e a presença de olarias instaladas na metade das fabricas de salga possibilitaria o aproveitamento ininterrupto da mão-de-obra cativa da fabricação sazonal do charque e como consequência alargaria o tempo de permanência da escravidão por ser um regime rentável (GUTIERREZ, 2001, p.177).

Para a manutenção do plantel, Gutierrez destaca a especialização dos cativos em diversas atividades. Sendo as unidades compostas de estância, charqueada e olaria que mantinham de trinta a cento e cinquenta escravos, mais da metade trabalhava no espaço fabril, os demais trabalhavam para a manutenção desta estrutura escravagista. Como profissões, a maioria trabalhava na produção e no transporte da carne salgada, sendo os demais classificados na seguinte ordem: cozinheiros, carpinteiros e pedreiros, tanoeiros (fabricantes de tonéis para as salmouras), engomadores, poteiros e, por último, as profissões essencialmente femininas que eram as costureiras e as mucamas.

A presença quase inexistente de crianças nas propriedades saladeiris reforça, conforme a autora, a hipótese de que os senhores preferiam investir em novas “peças” do que permitir a reprodução da mão-de-obra africana e, da mesma forma, a ausência de contratos matrimoniais entre os cativos são sinais de que foram poucas as possibilidades da constituição de família entre os escravos nesses estabelecimentos.

Com o fim do tráfico negreiro em 1850, começou a ser estabelecida uma reestruturação interna, com o intuito de manter o trabalho escravo no Brasil. Os envelhecimentos, a pressão de grupos que apoiavam o fim da escravidão e as diferentes formas de rebeldias negras, fizeram com que em 1888 fosse declarada a abolição da escravidão negra no país. Mas a tendência de continuar a exploração leva, nas palavras de Maestri, ao “apodrecimento, pois o imperador, a família real e a corte apoiaram sem reservas qualquer manobra para manter o escravismo” (MAESTRI, 1979, p.54).

O escravo – agora homem livre – irá engrossar as já significativas camadas de livres pobres, dos sem-terra, sem trabalho ou dos que viveriam de miseráveis salários, porém um passo importante havia sido dado na história do Brasil.

## **2.2. Escravo urbano, escravo rural**

A importância das charqueadas obscureceu a presença dos escravos em outros lugares e atividades no sul do país. Embora a forte presença dos cativos nas atividades agropecuárias, Costa alerta que nas cidades por toda parte encontrava-se o escravo exercendo ofícios diversos como: “pedreiro, carpinteiro, sapateiro, funileiro a trabalharem por conta do senhor, a quem entregavam o que ganhavam” (COSTA, 1998, p.256). Denominados negros de ganho, eram taxados tanto por dia como por semana, dependendo de sua força, atividade e inteligência do cativo.

A repugnância do branco pelo trabalho manual e a falta de poder aquisitivo para comprar negros escravos, fazia do aluguel a solução ideal para seus problemas. Em função deste fato encontravam-se cativos alugados não só em serviços caseiros, como também no artesanato e nas pequenas indústrias (Costa, 1998, p.256). Na opinião da autora estes negros tinham melhor “sorte” que os criados domésticos, pois as possibilidades de conquistar sua liberdade, através da compra de sua carta de alforria eram maiores. Difícil, mas com pequenos subterfúgios, o negro conseguia, de acordo com Costa, juntar dinheiro suficiente para alforriar-se. Contrário a esta opinião Ribeiro (2009) acredita que os negros de ganho, abundantes nos centros urbanos, não desfrutavam de melhor sorte que os negros domésticos, a vantagem era sempre do senhor, pois o escravo de ganho tinha que arcar com as despesas de sua sobrevivência e dar lucro a qualquer custo para seu senhor.

Na cidade de porto Alegre do ano de 1840 até 1860, destaca Ribeiro, a média do valor arrecadado diariamente pelo escravo para seu sustento era de 211 réis. O cativo comprava meio litro de aguardente e escolhia entre uma réstia de cebola, três línguas secas, meia mão de milho ou um quilo de charque. O escravo deveria escolher entre uma ou outra dessas mercadorias, devido ao pouco poder de compra de sua fêria diária, e ainda ficava em dívida com o dono do estabelecimento comercial. Também totalmente severa era a vigilância sobre os trabalhadores de ganho, pois as leis provinciais e as posturas municipais procuravam cercear as possibilidades de roubo, possíveis insurreições e vadiagem. A qualquer cidadão livre

era dada autorização para prender o escravo, desde que acompanhados de duas testemunhas.

Uma “vantagem”, destacada por Costa, dos negros de ganho refere-se a práticas religiosas, pois de acordo com a autora, os senhores temerosos por levantes, tinham o cuidado de evitar grupos advindos da mesma nação dentro das senzalas, embora nas cidades não houvesse esse rígido controle. Nas cidades, esses encontros tornavam-se mais fáceis, pois os negros de ganho (p.261) perambulavam, em lugares determinados, em busca de trabalho, podendo encontrar e marcar a realização de cultos, dada a concentração de escravos da mesma nação. Um dos recursos utilizados pelos senhores para conter a população escrava era a religião católica, esta era o “freio” que sustentava o cativo. A religião aparecia como mediadora entre senhor e escravo, “a entrada do negro para o catolicismo era uma imposição de sua situação de escravo” (p. 274).

Segundo Costa, ao escravo de ganho era mais fácil burlar a vigilância e cobrança dessa religiosidade, coisa praticamente impossível ao escravo rural. Outra diferença apresentada pela autora em relação à escravidão rural e urbana refere-se ao tratamento dispensado ao cativo. Embora reconheça que a proteção da justiça nas cidades fosse mais teórica do que prática (p. 306), ainda assim, havia o “aconselhamento” para que os senhores poupassem seus escravos no castigo físico, pois, caso se excedessem, estariam deteriorando o próprio capital investido.

No isolamento das fazendas, as decisões do senhor não eram suscetíveis a qualquer apelo, podendo este exercer sem controle o poder ilimitado sobre tudo o que era de sua propriedade. Costa destaca que “senhores houve que preocupados em manter o bom rendimento do trabalho escravo, procuravam conferir aos seus negros um regime alimentar e uma assistência sanitária razoável” (p. 266). As atividades da fazenda ditavam o ritmo de trabalho, em média o trabalho durava doze horas diárias. O escravismo urbano nasce da necessidade de mão-de-obra em função do crescimento das cidades, ou seja, de trabalhadores para atuarem nas casas e nas ruas em serviços braçais. O autor destaca que as cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande eram as cidades gaúchas que mais se destacavam como grandes corpos administrativos em meio à sociedade pastoril e que eram necessários trabalhadores que se ocupassem do dia-a-dia dessas localidades, que

se formavam como corpos administrativos e econômicos de importantes regiões rurais (RIBEIRO, 2009 p.2)<sup>9</sup>.

Escravo de ganho, escravo de aluguel, o fato era que o negro no Brasil era escravo de fato e, se por acaso o castigo físico fosse um pouco mais brando em alguns momentos, a condição de cativo atingia moral e psicologicamente homens e mulheres forçados à condição desumana de coisa, de mercadoria. Mas o controle para a realização do trabalho, a exploração, as condições de sobrevivência, os castigos, a opressão sofrida não faz do cativo urbano menos escravo e propriedade do seu senhor. Talvez a real diferença entre um e outro modo de produzir lucro seja encontrada no escravo de ganho que por realizar todo tipo de trabalho aprendeu ou aperfeiçoou um ofício que depois de liberto ajudou-o em sua sobrevivência.

Além disso, temos que considerar que existia uma ampla gama de trabalhadores domésticos, necessários para a realização de serviços nas casas, nos arroios, nos jardins e quintais e também nas fazendas e chácaras existentes. Estes, embora não realizassem trabalho produtivo, já que não rendiam lucros para seus patrões, rendiam-lhes, entretanto, comodidades e a possibilidade de ostentar níveis de vida mais elevados e confortáveis. Seu contingente era dos mais numerosos e, embora talvez pudessem beneficiar-se do convívio mais próximo com seus senhores, pois estavam entre o grupo que mais facilmente conseguia a alforria, também poderiam ser maltratados devido a ciúmes, inveja ou outros sentimentos que acaso seu comportamento ou até aparência física despertasse.

## **2.1 Histórico e evolução no período pós-abolição**

Conforme Moura (1988), as lutas dos escravos e as resistências negras pós-abolição são de suma importância, pois é no ato de negar-se como escravo que o negro readquire e afirma sua condição de humano, contribuindo para a destruição do sistema escravagista.

Com o advento da abolição no Brasil, poucos fazendeiros perceberam que era mais interessante para ambas as partes haver uma negociação baseada nas novas condições de trabalho. Andrews (1989) destaca que para os libertos o que

---

<sup>9</sup> RIBEIRO, Lucas Cabral. Escravidão urbano sul-rio-grandense. Site: [artigos.netsaber.com.br/artigo/11125](http://artigos.netsaber.com.br/artigo/11125), 2009.

mais lhe interessava não era propriamente a ideia de receber salário por seu trabalho, sua maior preocupação era de manter a máxima distância entre a sua nova posição de homem livre e trabalhador e sua antiga condição de escravo. Por isso a não aceitação de continuar na mesma fazenda e nem aceitar trabalhar nas plantações onde havia sido escravo. A exigência feita para trabalharem nas fazendas, segundo esse autor, eram as seguintes:

Os capatazes e feitores não deveriam mais portar chicotes, as mulheres e as crianças deveriam estar isentas das exigências do trabalho e as trancas deveriam ser removidas dos barracões em que os escravos haviam vivido. Onde fosse possível, os ex-escravos preferiam abandonar inteiramente os barracões e morar em cabanas ou choças individuais, situadas longe da casa da fazenda e fora da supervisão direta do fazendeiro (ANDREWS, 1998, p. 88).

Os fazendeiros que perceberam que não poderia haver um meio acordo com os novos trabalhadores, tiveram êxito, segue Andrews, pois o ex-cativo, agora livre e recebendo salário, prestava serviço com a mesma obediência e dedicação de outros tempos. O autor destaca que em uma sociedade fundamentalmente agrária e na qual não havia condições de acesso à propriedade da terra por parte dos trabalhadores negros, para os quais praticamente não eram feitos investimentos em colônias, ou disponibilização de terras pelo estado, não havia outras possibilidades a não ser ficar e tentar negociar novas condições de trabalho ou migrar para as cidades. Ainda, conforme Andrews, muitos dos ex-cativos das fazendas do interior de São Paulo permaneceram o medo dos senhores com a temida crise de mão-de-obra não ocorreu e as colheitas e o trabalho nas fazendas ocorreram sem interrupções.

A República que fascinou grande número de negros que acreditavam que o novo regime de governo iria proporcionar educação e igualdade entre os homens, frustrou e invalidou as negociações entre senhores e libertos que trabalhavam nas fazendas. A decisão do governo de europeizar o Brasil para que deixasse de ser “um lugar atrasado e miscigenado que parecia mais um canto da África que uma nação do Novo Mundo, transformando-o em uma República progressista povoada por europeus e seus descendentes” (ANDREWS, 1998, p.91), provocou desajustes no mercado de trabalho interno e as implicações desse fato foram particularmente negativas entre os beneficiários da abolição, os negros libertos.

O golpe sofrido pela população negra acelerou o processo de êxodo rural, pois o imigrante que chegou ao país custeado pelo governo substituiu e contribuiu para a marginalização do trabalhador negro no campo e nas cidades. Desprezado como trabalhador livre recaiu sobre o próprio negro a responsabilidade de sua situação.

A partir da abolição da escravidão negra no Brasil e com a chegada dos imigrantes europeus, o trabalho assalariado passa a ser uma dimensão estruturante da vida social. Assim, é através das novas relações baseadas no conflito e na divisão da sociedade em classes que ocorre mais uma vez o domínio de um grupo sobre o outro, em que o dominante impõe uma estrutura social baseada nos seus valores. Regidos pela lógica da história social, no Brasil, as classes dominantes travarão uma luta para a manutenção de seus privilégios perpetuando uma relação de conflito, opressão e exploração.

A intensificação do fluxo migratório de trabalhadores negros para outros lugares, especialmente as cidades - pois haviam sido expulsos dos lugares em que tradicionalmente mantinham sua sobrevivência -, juntamente com a imigração européia, transformou a estrutura demográfica, econômica e social. Chalhoub (2001, p.45), ressalta que essas transformações socioeconômicas estavam associadas à transição de relações sociais do tipo senhorial-escravista para relações sociais do tipo burguês-capitalista, pois no mesmo ano de 1850 aconteceu a extinção do tráfico de escravos e a regulamentação da Lei da Terra, que restringia o acesso à terra de modo a vedar ao homem livre pobre a possibilidade de se tornar um pequeno proprietário. Dessa forma foi delineada uma política que possibilitava a continuação da dominação social dos proprietários dos meios de produção sobre as demais camadas sociais. Para realizar efetivamente a subsunção do liberto ou do imigrante pobre ao assalariamento, não basta expropriá-lo,

[...] a imersão do trabalhador previamente expropriado nas leis do mercado de trabalho assalariado passa por dois movimentos essenciais simultâneos e não excludentes: a construção de uma nova ideologia do trabalho e a vigilância e repressão contínua exercidas pelas autoridades policiais e judiciárias (CHALHOUB, 2001, p.47).

O processo histórico que aconteceu no Brasil apresentou um traço continuísta (CHALHOUB, 2001), fundamental em relação aos tempos coloniais e imperiais: a continuação de subordinação social dos negros, no desenrolar das rivalidades

nacionais e raciais das tensões provenientes da competição pela sobrevivência, sendo que dentro deste processo, o grupo populacional negro continuou a ser o grande perdedor.

Corroborando esta teoria, Pesavento (1989) observa que o trabalhador negro urbano continuou a exercer as atividades ditas como mais degradantes da sociedade, pois os imigrantes europeus se recusavam a exercer alguns tipos de trabalho que os colocassem no mesmo patamar do trabalhador negro. A ideia de perdedores é reforçada pela certeza de que o liberto era uma “ameaça social”, portanto, tornavam-se necessárias medidas que pudessem conter a perturbação pública e o mau exemplo destes perante as “famílias de bem” na sociedade.

Segundo Pesavento (p.52/53), no Rio Grande do Sul houve a proposta da criação de colônias agrícolas para que os ex-escravos e os pobres pudessem dedicar-se às atividades da agricultura e da pecuária, pois assim garantiriam seu sustento através de “honrado labor”, permitindo dessa forma a vigilância e a dominação através “da dignificação moral do próprio trabalho na nova ética burguesa” (p.54), mas essa ideia não foi avante. A hipótese de doação de terra aos negros morreu com o projeto das colônias, que teve seu momento de formulação nos anos finais da Monarquia. No novo modo de governar republicano, Pesavento salienta que a ideia de incorporação do liberto no mercado de trabalho não passava pelo campo, “mas pela sociedade urbano-industrial e pelo engajamento daquele como operário” (p.56). Pensamento que se tornou paradoxal já que, no momento da possibilidade de emprego do trabalhador nacional acontecer, este foi substituído pelo imigrante europeu, em que o governo da República investiu para que estes aqui estivessem como mão-de-obra mais qualificada, segundo pensavam.

Seguindo a mesma linha, Andrews (1998) ressalta que a preferência das elites brasileiras tanto no campo como nas cidades pendia para o imigrante, ficando o negro liberto e o trabalhador nacional livre com os empregos de pior remuneração, que a maioria dos imigrantes recusava. Pesavento destaca que as palavras escravo e liberto desapareceram do vocábulo dos políticos da República, referindo-se a todos como trabalhadores, como se a distinção, principalmente da cor da pele não mais existisse. Ou seja, a possível “incapacidade do trabalhador nacional em relação ao de origem imigrante” (PESAVENTO, 1989, p.71) deveria ser negada na teoria, pois na prática ela foi incentivada e apoiada pelo governo vigente.

Pesavento (1989), Chalhoub (2001), Andrews (1998) destacam em seus estudos que, embora de forma precária e muito aquém do imigrante, a presença do negro como proletário, principalmente em empresas no centro do país, foi um fato real, porém, Pesavento alerta para o fato de que no Rio Grande do Sul essa mão de obra, embora presente, não foi tão significativa na produção têxtil.

A ideia da educação formal, profissionalizante ou não defendida pelos republicanos foi reafirmada por uma parcela da comunidade negra que indicava a educação como o caminho para a verdadeira libertação do ex-escravo, que assim encontraria o caminho para a ascensão social. Como ainda não tinham a educação dita necessária e não foram absorvidos pelo mercado de trabalho, o destino da maioria da população negra foi realizar tarefas no trabalho irregular. Biscates foram a solução encontrada para a sobrevivência, mas Pesavento destaca que eventualmente havia “o desempenho de tarefas artesanais independentes por parte dos libertos” (p.77).

Os egressos da escravidão, como parte das classes subalternas, eram alvos das estratégias de dominação da ordem burguesa que se impunha [...] os libertos eram os verdadeiros despossuídos no processo de constituição da força de trabalho livre no sul, [...] a discriminação ideologizada [...] no sul tendeu a ser muito forte, superando inclusive uma necessidade real de integração do ex escravo na ordem urbano – industrial que se erguia. Foi capaz, inclusive de readaptar a proposta republicana positivista do período pré-abolição, segundo o qual o liberto deveria integrar-se como força-de-trabalho nas tarefas industriais (PESAVENTO, 1989, p. 83).

Na tentativa de fugir do estereótipo negativo criado sobre ele na sociedade brasileira e também tentando buscar uma igualdade de oportunidade no mercado de trabalho, o negro encontra na organização grupal forças para superar os obstáculos a ele impostos. De acordo com Moura (1988), embora dominados e oprimidos em um primeiro momento, no período pós-abolição e mesmo antes, a religião foi o grande processo unificador do negro. Mas também em outros espaços associativos ou comunais os negros foram reunir-se para fazer frente aos novos obstáculos da sociedade brasileira que agora impediam seus caminhos.

## **2.2. Os negros em Pelotas: ocupação, organização, oportunidades, discriminação:**

De acordo com a discussão teórica apresentada no capítulo anterior, se faz necessária a inserção do objeto de estudo desta dissertação para um melhor entendimento. Esta investigação é sobre a herança inter e intrageracional de vantagens acumulativas no processo de inserção do negro no mercado de trabalho. Dentro do Brasil, não existe uma linha de demarcação nítida entre brancos e negros, e, embora não se permita um racismo declarado, conforme os autores apresentados, a maioria da população negra sofre com o preconceito e discriminação, principalmente no mercado de trabalho.

As desigualdades que se apresentam em todas as arenas sociais são mantidas desde o período pós-abolição. De acordo com os resultados da pesquisa realizada pelo Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), no período de 2004–2008, na Região Metropolitana de Porto Alegre, a desigualdade entre negros e não-negros no mercado de trabalho não alterou o quadro que persiste na sociedade brasileira há décadas. Embora o percentual de negros empregados tenha aumentado de 11,4% para 15,5% na RMPA no período estudado, o percentual que difere de um grupo racial a outro ainda é muito aquém do desejado.

Essa lenta mobilidade do negro na sociedade brasileira, de acordo com Hasenbalg (2005), acontece em função do racismo e da discriminação sofrida por essa população desde a abolição da escravidão no país, momento em que o trabalho ganhou *status* de propulsor da posição dos indivíduos na estrutura social. Para o autor, o acúmulo de vantagens de uma geração a outra proporciona oportunidades para que a competição no mercado de trabalho possa ser vivenciada através da igualdade de atributos socialmente adquiridos.

A grande maioria da população negra está alijada do principal atributo exigido na sociedade, que é a educação formal, o diploma escolar. Na opinião de Bourdieu, esse diploma é tanto mais ou menos valorizado, dependendo do lugar em que o indivíduo se apresenta na escala social. A desigualdade racial na educação é consequência de inúmeros fatores, e difícil é sair dela com uma carreira de êxito (BARCELOS, 1993 p.23).

Tendo como referência as teorias acima apresentadas, buscamos entender, através da opinião do próprio ator negro, qual a sua percepção na sociedade atual sobre a sua situação. A cor da pele está associada à pobreza na sociedade ou essa visão é somente acadêmica? Há um novo olhar, uma nova percepção do que é ser negro no Brasil, ou as desvantagens cumulativas de origem são sentidas pela nova geração?

A busca de respostas a esses questionamentos foi realizada na cidade de Pelotas/RS, onde há um grande número de residentes negros devido à história do charque, que trouxe um grande contingente de escravos africanos para aqui produzirem toda a opulência e riqueza que eram desfiladas lado a lado, na cidade, com a miséria dos trabalhadores que o fabricavam.

A formação socioeconômica do Rio Grande do Sul, o estado mais ao sul do Brasil, foi marcada profundamente pelas charqueadas, constituindo, principalmente nas três primeiras décadas do século XIX, a maior fonte de riqueza de muitas regiões. Embora houvesse no Estado vários outros locais onde a prática de charquear tenha ocorrido, o grande centro saladeiril do Estado foi a região de Pelotas, tendo a charqueada um papel crucial no desenvolvimento e posterior urbanização desta cidade (FERREIRA, 2001).

A constituição do espaço urbano em Pelotas esteve diretamente vinculada ao desenvolvimento econômico proporcionado pelas charqueadas, confirma Ferreira (2001), devido à fixação a terra, ao grande contingente de escravos e ao desenvolvimento de indústrias derivadas do charque (curtumes, velas, sebos, etc.). A cidade surgiu como aparato administrativo, espaço de representação política, de comércio e de vida social. Pelotas sempre foi conhecida por sua opulência, riqueza e cultura devido à indústria do charque, que se desenvolveu na cidade desde o fim do século XVIII até o início do século XX (MAGALHÃES, 1994).

No século XIX, as charqueadas atingiram seu auge na cidade de Pelotas: em 1873 chegaram a existir trinta e cinco charqueadas na região e é nos últimos trinta anos do Império brasileiro – tomando como marco simbólico os anos de 1860 a 1890 – que o historiador Mário Magalhães (1993) aponta como o período de apogeu da história de Pelotas, ou seja, o período em que a cidade reuniu as melhores condições econômicas, urbanas, sociais e culturais de desenvolvimento.

A elite do sebo e da banha – como eram desdenhosamente conhecidos os ricos pelotenses na época – acumulava riquezas e dispunha de muito tempo disponível. Além disso, por residirem no meio urbano e possuírem uma estreita relação com a Europa, mantinham contato com o que acontecia no mundo, o que lhes permitiu alguma leitura, sociabilidade, requinte e uma aproximação com as artes. A preocupação dessa classe começou com a possibilidade da abolição da escravidão e a impossibilidade de manter os cativos através da coerção, pois a vida útil destes era curta em função do desgaste do trabalho. A possibilidade de chegada do imigrante não resolvia a questão, pois os europeus nada sabiam da profissão de charquear a carne e, além de inexperientes, provavelmente não gostariam de trabalhar num serviço tão duro quanto aquele. Além disso, havia agora a nova questão do pagamento de salários e, sendo um trabalho sazonal e pesado, haveria a possibilidade de não conseguirem manter a produção e o preço num mercado competitivo como o do charque.

“A atividade charqueadora, da qual Pelotas se constituía o centro, era a que mais concentrava escravos e a possibilidade da Abolição representava uma ameaça concreta a esta atividade, pela dificuldade de substituição de mão-de-obra [...]” (LONER, 2001, p.69). Segundo Pesavento (1989), era justamente esse setor que mais tinha dificuldades de manutenção de sua mão-de-obra, e não havia a possibilidade de concorrer com o charque platino, além dos altos impostos sobre produtos necessários para a salga da carne. Descapitalizados, os charqueadores tinham de enfrentar outro problema, a fuga dos escravos.

A abolição efetivou-se, mas a liberdade anunciada não libertou o cativo, que agora, como homem livre, não tinha posses para adquirir terras, pois a Lei de Terras de 1850 (LONER, 2001) impossibilitava a ocupação de terras. Além disso, na cidade, a perseguição policial era muito forte, pois era necessário coibir a “vagabundagem” que atingia até quem trabalhava. Segundo Loner (p.74), a tentativa de disciplinamento intelectual por parte das classes dominantes foi bem aceita pelos trabalhadores, que acreditavam ser a ignorância sua maior inimiga. A autora destaca que o curso noturno que mais atendeu às camadas pobres e aceitou alunos negros localizava-se no prédio da biblioteca Pública de Pelotas.

A cidade de Pelotas, alicerçada pela sólida prosperidade trazida pela economia do charque, e pelo tempo ocioso que esta fonte de recursos garantia a filhos e filhas da elite, terminou desenvolvendo um tipo de

sociedade aristocrática e senhorial, com a valorização da cultura e belas artes, e um grande refinamento em termos de costumes (LONER, 2001, p. 92).

Aqui buscamos compreender somente a ideia de organização do povo negro. A organização negra apresentada à sociedade no passado, através dos quilombos e que hoje se manifesta no Movimento Negro que luta por igualdade de direitos e de oportunidades é reafirmada por Loner (2001). A autora afirma que, em função do processo discriminatório que viviam os negros no período pós-abolição até 1930 – períodos de abrangência de seus estudos – estes organizaram associações de luta e resistência nas cidades de Pelotas e Rio Grande, no sul do país.

Nesse momento de transição, não só para o liberto como para toda a sociedade, Loner ressalta a importância do associativismo para a interação dos trabalhadores negros e brancos no novo sistema capitalista que se instaurava. Explorados, sem amparo de qualquer espécie para si e seus familiares, os trabalhadores buscaram, como escreve a autora, “criar a rede de amizades, interesses corporativos e representação, necessárias para sua sobrevivência pessoal e coletiva” (LONER, 2001, p.94).

Loner ressalta a importância deste associativismo, iniciado durante a vigência da escravidão, que reuniu negros e não-negros na luta pela abolição do regime escravocrata. Essas associações de brancos e negros mantiveram laços de luta e amizade até 1891. A autora acredita que talvez, em função do novo regime de governo instalado, se diluíram posteriormente.

O associativismo negro mereceu capítulo à parte, em seu livro “Construção de classe” (2001), pois de acordo com a autora, o preconceito, a discriminação vivenciada por esse grupo populacional (que em função de sua antiga atividade nas charqueadas constituía-se no maior grupo com disponibilidade de mão-de-obra na cidade) levou a necessidade de união para lutar, na tentativa de superar as barreiras impostas pela sociedade branca (LONER, 2001, p.239). A luta para socializar-se é a tarefa que coube ao próprio negro desempenhar em seu benefício.

A luta que dura até os dias atuais para inserir-se no mercado de trabalho, encontrou no associativismo sua maior força através de clubes onde os negros pelotenses e rio-grandinos procuravam reafirmarem-se enquanto grupo e estabelecer metas para superarem a condição de pária que “sempre foi menos

valorizada do que a situação de operário, mesmo que a segunda implicasse em trabalho pesado e pouca remuneração“ (LONER, 2001, p.240). Para reforçar a necessidade de luta em conjunto, a autora argumenta que as possibilidades de tornar-se artesão, de ser beneficiado pela proteção de seus patrícios como acontecia com o imigrante europeu ou a sorte de realizar um bom casamento eram realidades distantes e praticamente impossíveis aos negros naquele momento.

No estudo realizado por Andrews em São Paulo na mesma linha que Loner, o autor argumenta que houve esforços negros na tentativa de buscar oportunidades iguais aos não-negros, e isso aconteceu na maioria dos estados brasileiros, mas, acrescenta que estes associativismos foram vistos e julgados como perigosos para os “bons” cidadãos. Os ataques publicados na imprensa paulista e carioca nos anos de 1947 e 1950, respectivamente, argumentaram o seguinte;

Teatro negro, jornal negro, clubes negros... Agora já se fala mesmo em candidatos negros ao pleito de outubro. Pode-se imaginar um movimento pior ou mais danoso ao espírito indiscutível da nossa formação democrática? Vale a pena combatê-lo desde logo, sem prejuízo dos direitos que os homens de cor reclamam e nunca lhes foram recusados. (ANDREWS, 1998, p.285).

O texto, como comenta o autor, demonstra o medo da “insurreição” negra em uma sociedade dita democrática que discrimina, mas se diz preocupada com um racismo às avessas. Tanto Loner, nas cidades de Pelotas e Rio Grande, como Andrews, no sudeste do país, apresentam o associativismo negro como prática necessária para a luta que se reforçava a sua frente mais uma vez. Assim como em Pelotas, em Rio Grande ou no Brasil a “raça”, o mercado de trabalho e a educação foram as maiores preocupações dos dirigentes das associações negras com a esperança de que uma vez adquiridos esses atributos, a desigualdade entre negros e não-negros na sociedade brasileira desapareceria.

O associativismo negro analisado por Loner em Pelotas acontecia através de entidades recreativas, bailantes, carnavalescas, musicais, esportivas, de representação política, beneficentes, teatrais, assim como a edição de três jornais negros: A Alvorada, A Vanguarda, A Cruzada - com o primeiro tendo uma longevidade que supera qualquer outro da mesma época na imprensa negra brasileira, pois de 1907 veio até a década de 1960.

Esta luta, embora invisível a toda sociedade mostrou que o negro não era aquele indivíduo passivo e maleável apresentado na historiografia gaúcha e

nacional, e que estava disposto a combater o preconceito e a discriminação vivenciadas para se inserir na estrutura de classes. Em Pelotas, essa luta fortaleceu-se nas associações operárias, nas associações de raça, em função da dupla militância em que viviam os negros que percebiam a necessidade de fortalecimento do grupo, que eram vinculadas a atividades recreativas, de representação ou beneficente. (LONER, 2001)

As associações culturais e carnavalescas criadas, a maioria depois de 1917, apresentou grupos distintos na sociedade. Clubes como o Depois da Chuva, o Fica Ahi pra ir Dizendo, o Chove não Molha, e Quem ri de nós tem Paixão classificou, dentro do senso comum, os freqüentadores do Clube Fica Ahi pra ir Dizendo como o clube de uma possível elite negra. Essa “elite” era composta por simples trabalhadores que reproduziam o “mundo branco” em seu meio, e que como trabalhadores estavam divididos em diversas categorias, e que, segundo Loner, era um número significativo.

“Na última década do Império, os escravos eram cerca de 6.000 no município. Com a abolição e a República, muitos deles permaneceram na região, desenvolvendo as mesmas atividades que anteriormente nas charqueadas e também se empregando em fábricas, na construção civil e nos trabalhos do porto. Praticamente eles eram encontrados em todo tipo de trabalho manual, especialmente naqueles mais árduos e estafantes. Diferentemente de seus companheiros brancos, os trabalhadores negros enfrentavam obstáculos maiores à ascensão social, e assim, ao longo do tempo, estiveram presentes em todas as profissões, incluindo os operários de fábricas, chapeleiros, construtores civis, empregados em indústrias de conservas e alimentação, tipografias, etc.” (LONER, 1999, p.3).

Conforme Loner (2001), o período republicano, na cidade de Pelotas, foi marcado por várias greves, em que a reivindicação maior era lutar por melhores condições de trabalho, aumento salarial, redução da jornada de trabalho, como também lutar contra os altos custos de vida para a maioria da população (p. 287). Com o passar do tempo, a região sul do RS foi ficando atrasada, seu desenvolvimento desacelerou e a industrialização ficou baseada em produtos agropecuários e, com isso, ela também passou a ter menos emprego, menos oportunidades para as pessoas.

Por outro lado, a cidade de Pelotas hoje é um grande pólo de serviços, especialmente em termos de escolas e educação. Daí vem o paradoxo: muitas pessoas têm bastante educação formal, mas não tem empregos condizentes. O fato

de haver abundante mão-de-obra com maiores probabilidades de qualificação ainda acarreta para os negros da região um permanente desemprego ou subemprego.

Spolle (2010) argumenta, em sua tese, que a população negra no Rio Grande do Sul sempre enfrentou maiores dificuldades em sua inserção no mercado de trabalho e para ascender dentro da estrutura social, o que de acordo com o autor confina parte dessa população em “determinado *locus* social do trabalho desqualificado e informal” (SPOLLE, 2010, p.76). Um dos locais que mais absorveu mão de obra negra no período pós-abolição foi a zona portuária da cidade de Pelotas e de Rio Grande. Ainda conforme Spolle, o processo de modernização dos portos nos anos 80 trouxe sérias consequências para os trabalhadores.

Passados cento e vinte e dois anos da abolição da escravatura no Brasil, encontramos pessoas que continuam tentando melhorar a vida e inserirem-se no mercado de trabalho e outras, que em função da avançada idade, acreditam que se filhos e netos estudarem poderão ter melhor sorte na vida do que aquela que eles almejavam, mas essa esperança continua sem que consigam questionar a sociedade que os levou a essa situação, introjetando o problema como um fracasso unicamente seu.

Eu não aprendia nada, ai eu deixei de estudar e eu fui muito maltratada no colégio, pois os outros me chamavam de burra e tudo era muito difícil. E também eu precisava ajudar na lida da casa. A gente era muito pobre todo mundo tinha que fazer uma parte. Além de tudo a escola era muito longe, pois a gente morava pra fora, no campo e também tinha que ajudar na roça. [...] eu casei e tinha que ajudar o marido na roça [...] ai a gente veio pra cidade para os filhos estudarem e melhorarem de vida [...] não a coisa continuou muito difícil, às vezes acho que foi pior, [...] não, eu nunca fui discriminada por ser negra, e mesmo eu não conheço quase ninguém, não saio muito de casa e as pessoas daqui são muito boas, todo mundo se ajuda e ninguém está preocupado com a cor do outro até por que isso é bobagem (Ana, 69 anos de idade, viúva, 7 filhos).

Através do depoimento da senhora Ana fica evidenciado o modo de vida do negro que vem do campo em busca de melhores condições, e como essa mudança acarreta maiores dificuldades para quem não possui os atributos socialmente exigidos para inserir-se no mercado de trabalho. “A cidade é uma forma de divisão social do trabalho que separa o campo da cidade e que joga quem foi expropriado de seus meios de vida na convivência com os expropriadores”. Essa frase, escrita pelo ex-presidente da república Fernando Henrique Cardoso, está no prefácio do livro “A Espoliação Urbana” de Lúcio Kowarick (1979) e corrobora com o depoimento acima citado.

A urbanização marcada pela expansão do modo de produção capitalista provocou uma concentração populacional em que a introdução dos indivíduos nos valores e práticas da vida social, que inclui suas vivências na família, na sociedade, no mercado de trabalho e em outros espaços tornou-se um processo complexo. As cidades são centros de atração pela possibilidade de emprego, educação, saúde, lazer, etc., mas ao mesmo tempo provocam a auto-segregação de seus habitantes, afastando-os dos bens que os atraíram.

O próximo depoimento aqui registrado é de uma senhora que tinha 96 anos de idade na época em que concedeu esta entrevista a Della Vecchia (p.197), viúva, mãe de onze filhos, com os quais não tinha contato, e que se mudou para Pelotas cerca de vinte anos, antes da data da entrevista.

Quando era tempo de plantação, o patrão lavrava e eu botava planta. Quando era tempo de capina, capinava junto com ele... tempo de colhê também eu sempre andava na volta... nem, nem justava mais empregados, contando comigo. [...] Era eu que fazia tudo. Fazia tudo, [...] tudo, as vez eu digo assim, eu não conto o que eu passei na minha vida porque há gente que não acredita que gente passasse isso, nesses, noutros tempos, agora... [...] Agora a gente...agora a gente tem voz livre, mas de primeiro... (DELLA VECCHIA, 1994, p.197)<sup>10</sup>.

De acordo com Simão (2002, p.63), enquanto a sofisticação e elegância foram características do cotidiano dos senhores da sociedade pelotense, o mesmo não se pode dizer quanto às condições de vida e de trabalho dos cativos, principalmente os que trabalhavam nas charqueadas. Conforme o relato acima, é possível perceber que, mesmo após a abolição, as condições de vida e de trabalho do negro no campo não mudaram de forma significativa e que a possibilidade de uma estratégia de reconversão de capitais para garantia de uma mobilidade ascendente fica comprometida para as gerações futuras devido ao baixo nível de capital simbólico do passado.

Eu tenho o segundo grau completo, sempre estudei em escola pública me formei em 1997 e não continuei estudando por que não achei necessário e nem este estudo que eu tenho ajudou pra que eu conseguisse um emprego, estou desempregada e com muita dificuldade pra conseguir, embora hoje em dia esteja complicado pra todo mundo até pra quem tem estudo [...] minha mãe fez o primeiro grau, [...] do lar [...] pai mesmo nível de estudo da mãe e sempre foi agricultor [...] irmãos [...] empregos ruins, mas são honestos [...] marido tem o mesmo nível que eu, e trabalha de vendedor. (Diana, 47 anos de idade, sem filhos).

---

<sup>10</sup> Idem p. 60

“A cor da pele opera como um elemento que afeta negativamente o desempenho escolar e o tempo de permanência na escola” (HASENBALG, 2005, p. 191), em termos de ganhos ocupacionais e de renda, a probabilidade de cada indivíduo atingir certas posições é condicionada pela forma como a variável educação e renda se relacionam e a relação destas com o tom da pele. Os depoimentos acima descritos revelam que, no processo de inserção do negro no mercado de trabalho, não houve uma evolução positiva e, sim, uma estagnação da situação vivenciada já com os negros no período pós-abolição. Essa situação se perpetua, pois nos depoimentos colhidos atualmente, mesmo com algum grau de escolaridade formal, a posição na estrutura do mercado de trabalho não se modificou.

### **CAPÍTULO 3 – A ÓTICA NEGRA**

Identities são construídas dentro de um campo de possibilidades histórica e culturalmente circunscritos de forma que os indivíduos apreendem os códigos de sua socialização em um processo contínuo, por meio das relações que estabelecem com universos sociais e culturais distintos. Vivendo em meio ao universo urbano, que é marcado pelas diferenças sociais, raciais, culturais, enfim, em um ambiente permeado de contradições, encontramos nosso(s) entrevistado(s) imerso(s) em suas concepções a respeito de si mesmos e de suas relações com o universo que transitam.

Nos capítulos anteriores, procuramos demonstrar que existem vários obstáculos que impossibilitam a ascensão da maioria de indivíduos negros na cidade de Pelotas. As desigualdades nos níveis educacionais, de renda e nas oportunidades de inserção no mercado de trabalho se reproduzem desde as gerações passadas, agindo continuamente sobre os indivíduos, que podem ter pouca ou nenhuma visibilidade das consequências que o preconceito ou a discriminação racial produz em suas vidas. Neste capítulo, apresentamos as características dos nossos entrevistados e a análise feita acerca de seus depoimentos.

### 3.1 Características do grupo estudado

Características Sociais dos Entrevistados													
Nome	Sexo	Idade	Estado civil	Filhos	Instrução dos avos	Instrução da mãe	Instrução do pai	Instrução do entrevistado	Profissão do pai	Profissão da mãe	Profissão do entrevistado	Renda	Entrada no mercado de trabalho
Ana	f	69	Viúva	7	Analfabetos	Analfabeta	Analfabeto	3ª Série/Primário	Agricultor	Agricultora	Aposentada	1 Mínimo	12
Bete	f	22	Solteira	1	Não Sabe	1º Grau Completo	2º Grau Completo	Fund. Completo	Funcionário Municipal	Domestica	Doméstica	1 Mínimo	Não Declarado
Carmem	f	38	Solteira	5	Analfabetos	Analfabeta	Analfabeto	3ª Série/Primário	Funcionário Municipal	Faxineira	Diarista	350	10
Diana	f	47	Casada	n	Não Sabe	1º Grau Completo	1º Grau Completo	Médio Completo	Agricultor	Do Lar	Desempregada	500	Não Declarado
Ernesto	m	42	Viúvo	1	Analfabetos	3ª/Série	3ª/4ª Série	Médio Completo	Mecânico	Domestica	Serviços Gerais	1 Mínimo	15
Flavia	f	17	Solteira	1	Não Sabe	3º Grau Completo	Fund. Incompleto	Médio Incompleto	Frentista	Professora	Baba	1.600	14
Geovana	f	16	Solteira	n	Semi Analfabeto	Médio Completo		Fund. Incompleto	xxxxxxx	Domestica	Estudante	2 Salários	Não Trabalha
Horacio	m	53	Casado	n	Analfabetos	Analfabeta	Analfabeto	3ª Série/Primário	Agricultor	Agricultora	Carpinteiro	1.000,00	13
Ingrid	f	57	Viúva	3	Analfabetos	Analfabeta	Analfabeto	3ª Série/Primário	Serviço Geral		Pensionista	500	12
Jose	m	70	Viúvo	4	Analfabetos	Analfabeta	Analfabeto	Técnico	Agricultor	Agricultora	Bombeiro/Aposentado	3.000,00	10
Kauã	m	48	Solteiro	1	Analfabetos	5ª Série	5ª Série	Técnico Em Eletrônica	Agricultor	Agricultora	Técnico Em Eletrônica	900	12
Laura	f	20	Solteira	n	Não Sabe	Semi Analfabeta	Analfabeto	Fundamental Incompleto	Operador De Máquina	Domestica	Desempregada/ Domestica	2 Salários	14
Mario	m	20	Casado	n	Analfabetos	3ª/ Série	5ª Série	Médio Completo	Operador De Máquina	Do Lar	Auxiliar De Cozinha	2 Salários	19
Nara	f	16	Solteira	n	Não Sabe	F. Completo	5ª Série	Cursando .E. Médio	Pedreiro	Cozinha	Estudante	600	xxxxxxx
Olga	f	35	Casada	n	Não Sabe	5ª Série	Médio Completo	Médio Completo	Sargento/Brigada	Do Lar	Do Lar	700	18
Paulo	m	19	Solteiro	n	1º G. Incompleto	1º Grau Completo	1º Grau Completo	Médio Completo	Serviço Geral	Domestica	Estudante	1,200.00	Não Trabalha
Renata	f	30	Casada	1	Analfabetos	4ª/Série	Fund. Incompleto	Médio Completo	Mecânico	Faxineira	Desempregada	900	18
Silvia	f	27	Casada	1	Analfabetos	Médio Completo	Fund. Incompleto	Médio Completo	Vendedor	Vendedora	Vendedora	1,500.00	19
Tereza	f	41	Solteira	2	Analfabetos	5ª Série	Fund. Completo	Médio Completo	Vigilante	Domestica	Manicure	1,400.00	16
Vivi	f	28	Casada	2	Analfabetos	4ª/Série	5ª Série	Médio Completo	Pedreiro	Cozinha	Desempregada	850	13

Nesta pesquisa a metodologia utilizada foi a de questionário diretivo em que através de questões específicas buscamos entender se a herança inter e intrageracional de desvantagens acumuladas, (como a falta de diplomas escolares, os rendimentos auferidos, a inserção no mercado de trabalho e a ascensão das gerações passadas) trouxe novas perspectivas, novas estratégias de reconversão de atributos socialmente adquiridos de forma a modificar a estrutura da escala social para este grupo especificamente ou se é possível perceber que a diferença em suas vidas é passível de generalização na luta por novas posições sociais para o negro na cidade de Pelotas.

Para tentarmos compreender os mecanismos que incidem sobre o contingente de indivíduos negros, bem como a sua situação na estrutura de classes no município ouvimos um grupo constituído por homens e mulheres totalizando vinte pessoas, que se identificaram como negras sendo que as variáveis educação e renda foram primordiais para que se pudesse estabelecer um padrão de vida e de mobilidade social do grupo estudado.

Embora o grupo pesquisado seja reduzido, por tratar-se de uma experiência qualitativa e não quantitativa, alguns significados podem ser extraídos. A reação de cada entrevistado à situação do negro na sociedade pelotense varia quanto a intensidade, explicitação e níveis de consciência. Essas reações são definidas como necessidade do que podemos chamar de estratégias de sobrevivência.

Nosso universo pesquisado corresponde a quinze mulheres e cinco homens com idades variando de dezesseis a setenta anos. Esta discrepância entre idades aconteceu por que os momentos em que a pesquisadora podia realizar as entrevistas coincidiam com o horário comercial. Em função de trabalhar como professora substituta neste período os horários não eram adequados, pois encontrava em casa jovens, desempregados, estudantes ou aposentados. Aos finais de semana poucos se dispuseram a conversar sobre suas vidas, em função de estarem reunidos com a família.

Todos entrevistados são moradores do bairro Fragata. Inicialmente pensamos fazer uma comparação com indivíduos negros que alcançaram ascensão social, mas infelizmente, aquelas famílias que tivemos acesso, não se dispuseram a fazer parte da pesquisa em questão, alegando não gostarem de expor suas vidas.

Foi especialmente dentro do bairro Fragata, por ser considerado um dos mais antigos e populosos, mais especificamente nos arredores da vila Gotuzzo (que em alguns pontos concentra maior pobreza e elevado número de moradores vivendo em terrenos de posse e também se encontra grande número de residentes negros) que buscamos entender os caminhos percorridos por indivíduos negros na tentativa de se inserir no mercado de trabalho na cidade de Pelotas.

Embora outros bairros da cidade tenham as mesmas características, em função do tema proposto optamos por este local por conhecê-lo antecipadamente e ter acesso para realizar algumas entrevistas, sendo que as demais foram indicadas pelos moradores que identificavam no outro a sua própria história. O caminho percorrido pela maioria dos entrevistados é, de acordo com os próprios, de muita dificuldade e com poucas perspectivas de mudança.

Conforme a tabela acima é possível perceber que a trajetória dos filhos pouco difere da dos pais em relação ao nível educacional e profissional. A idade que muitos começaram a trabalhar impossibilitou que continuassem seus estudos, embora a maioria perceba a necessidade desse atributo socialmente adquirido, colocam que a dificuldade de aprendizagem, o cansaço depois de um dia de trabalho, a falta de interesse pelos estudos fez com que permanecessem na mesma estrutura social que seus pais.

Os dados apresentam a dificuldade da maioria dos indivíduos negros adquirirem capital cultural, o abandono da escola ou a dificuldade em prosseguir seus estudos após o ensino médio, perpetuando a situação vivenciada pelos pais de tal forma que a profissão exercida por grande parte dos nossos entrevistados continua sendo aquelas que não trazem prestígio, como também não remuneram adequadamente seus trabalhadores.

Poucos pais conseguiram um nível educacional melhor, mas os filhos alegam que mesmo quem tem um melhor nível educacional está na fila do desemprego. Embora reconheçam a importância dessa educação nas suas vidas, a estagnação e a conformidade de que “sou pobre e não tem o que fazer”, faz destes indivíduos seres conformados com uma situação que não é só deles.

Sabemos que é necessário buscar possibilidades de ascensão social, sendo branco ou negro, mas as condições de vida que o negro tem na sociedade, com

certeza também é afirmada a cada dia pelo racismo camuflado que ainda temos. A origem social afeta a realização ocupacional de negros e não-negros, juntamente com o capital cultural e as redes sociais adquiridas ao longo da vida escolar tanto dos pais quanto dos filhos.

Há, de acordo com Hasenbalg (2005), dois motivos que precisam ser levados em consideração na hora de analisarmos a menor realização profissional dos indivíduos negros na sociedade: sua pouca qualidade educacional em virtude de terem de começar a trabalhar mais cedo geralmente para ajudar no sustento da casa, e os efeitos da discriminação racial na admissão e promoção de pessoas negras dentro da estrutura ocupacional (p.221). As colocações profissionais e a remuneração recebida por nossos entrevistados apresentam que o ciclo de desvantagens cumulativas ainda tem a “raça” ou a cor da pele como barreira intransponível para a maioria desse segmento populacional.

De acordo com Pastore (1979), a mobilidade social pode ser usada como um indicador do desenvolvimento de uma sociedade. De modo geral, alerta o autor, “quando a sociedade parte para um novo estágio e inicia a mobilidade social, isso tende a gerar satisfações e descontentamentos. A mobilidade, ao mesmo tempo em que indica os canais de acesso para uns aponta as rigidezes para outros” (p. 6). Dessa forma, a conquista de novas posições ou a luta para manter a posição ocupada na estrutura social faz com que os indivíduos ou grupos de indivíduos usem o poder e o prestígio necessários nesse processo.

Nas palavras de Pastore (p.10), a mudança estrutural e individual que permite uma ascendência em dada sociedade está ligada às transformações econômicas, o volume de emprego e o surgimento de novas ocupações, como também a intensidade dos atributos adquiridos pelos indivíduos, destacando a educação formal, experiência, informação, e o relacionamento, ou seja, redes que podem “ajudar” para que os critérios atribuídos como a herança, cor, religião ou filiação política contribuam na valoração de cada grupo ou indivíduo.

A construção das diferentes identidades e a busca de atributos socialmente aceitos é marcada por percepções e noções acerca das regras e condições que o indivíduo cresceu e desenvolveu sua cultura. Para Hall (1997<sup>a</sup>) os sentidos e significados compartilhados na cultura são construídos constantemente em variados

meios e instituições sociais que produzem efeitos diferenciados onde os critérios ou parâmetros utilizados para determinar quem pertence a este ou aquele grupo são heterogêneos, ambíguos, maleáveis e diferem no tempo e no espaço.

Para apresentar as características do grupo negro estudado na cidade de Pelotas, começamos por destacar o percentual da população residente no município por cor ou raça.

**Tabela 7 - População residente por cor ou raça – RS/Pelotas – 1991 e 2000**

População residente por cor ou raça					
Unidade da Federação, Região Metropolitana e Município	Cor ou raça	Variável X Ano			
		População residente (pessoas)		População residente	
		1991	2000	1991	2000
Rio Grande do Sul	<b>Total</b>	9.138.463	10.187.842	100	100
	<b>Branca</b>	7.942.100	8.817.727	<b>86,91</b>	<b>86,55</b>
	<b>Preta</b>	394.038	527.144	<b>4,31</b>	<b>5,17</b>
	<b>Amarela</b>	4.913	9.656	0,05	0,09
	<b>Parda</b>	766.625	762.365	<b>8,39</b>	<b>7,48</b>
	<b>Indígena</b>	14.481	38.718	0,16	0,38
	<b>Sem declaração</b>	16.306	32.232	0,18	0,32
Pelotas - RS	<b>Total</b>	291.100	323.158	100	100
	<b>Branca</b>	247.580	269.097	85,05	83,27
	<b>Preta</b>	21.648	31.172	<b>7,44</b>	<b>9,65</b>
	<b>Amarela</b>	80	457	0,03	0,14
	<b>Parda</b>	20.980	20.395	<b>7,21</b>	<b>6,31</b>
	<b>Indígena</b>	384	977	0,13	0,3
	<b>Sem declaração</b>	428	1.060	0,15	0,33

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991 - 2000

Na tabela acima, é possível perceber que a soma da população de pardos e pretos no município de Pelotas é maior que a proporção válida para todo o Estado. Por haver sido um pólo econômico na época da charqueada, a entrada de negros escravos foi expressiva conforme dados apontados por Simão (2005, p.69). A porcentagem da população escrava e branca em Pelotas no ano de 1833 era de 51,7% e 36% respectivamente. Buscar saber de que forma os descendentes destes negros estão inseridos na estrutura de classes na sociedade pelotense, através de atributos socialmente adquiridos, principalmente a variável educação, que sempre foi

a esperança de ascensão do negro, propagada pelo Movimento Negro e todos que lutaram em prol deste grupo populacional, é nossa proposta.

Ao se analisar os dados coletados pelo IBGE (2000) sobre a renda na cidade de Pelotas é possível perceber a relação entre pobreza e desigualdade racial que persiste nos dias atuais, como o foi no passado. A tabela abaixo explicita a relação pobreza e raça no período analisado.

<b>TABELA 8</b>						
<b>Pessoas de 10 anos ou mais de idade por cor ou raça, sexo, classes de rendimento nominal e grupos de idade</b>						
<b>Município = Pelotas – RS</b>						
<b>Pessoas de 10 anos ou mais de idade</b>						
<b>Ano = 2000</b>						
<b>Classes de rendimento nominal mensal</b>	<b>Brancos</b>		<b>Pretos</b>		<b>Pardos</b>	
	<b>Pessoas</b>	<b>%</b>	<b>Pessoas</b>	<b>%</b>	<b>Pessoas</b>	<b>%</b>
<b>Até 1 salário mínimo</b>	<b>36.432</b>	<b>16</b>	<b>2.210</b>	<b>19</b>	<b>3.935</b>	<b>24</b>
<b>Mais de 1 a 5 salários mínimos</b>	<b>76.076</b>	<b>34</b>	<b>4.379</b>	<b>37</b>	<b>5.015</b>	<b>31</b>
<b>Mais de 5 salários mínimos</b>	<b>33.009</b>	<b>15</b>	<b>826</b>	<b>7</b>	<b>971</b>	<b>6</b>
<b>Sem rendimentos</b>	<b>81.146</b>	<b>36</b>	<b>4.369</b>	<b>37</b>	<b>6.429</b>	<b>39</b>
<b>Total</b>	<b>226.664</b>	<b>100</b>	<b>11.785</b>	<b>100</b>	<b>16.352</b>	<b>100</b>

Elaborada a partir dos dados do IBGE – Censo Demográfico 2000

Nota: Salário mínimo utilizado: R\$ 151,00 (Spolte, 2010, p.82).

Quando se trata de condições negativas, infelizmente o percentual do indivíduo negro é maior. Como vimos na tabela acima, 63% dos pardos e 56% de pretos (denominações do IBGE) são os que recebem até um salário mínimo. De um até cinco salários mínimos há de acordo com os dados do instituto uma igualdade de valores recebidos por todas as categorias de cor/raça. A maior diferença fica nos extremos. Os negros são maioria entre os que recebem até um salário, e são

minoria entre os que recebem maiores salários, isto é mais de cinco salários mínimos.

A pobreza atinge todos os grupos raciais no Brasil, mas atinge com mais intensidade a pretos e pardos na classificação do IBGE. Esta desigualdade esta relacionada com a posição ocupada no mercado de trabalho por negros (aqui somados pretos e pardos) com baixo nível de escolaridade formal. O depoimento abaixo é esclarecedor de como a herança inter e intrageracional das desvantagens acumuladas atingem os indivíduos.

[...] Eu trabalhava muito. Dava comida pra fora, tinha penção, tinha casa de minha mesmo [...] mas eu sempre trabalhando pra te meus filhos sustentados, por que minhas filhas estudaro, as guria tiraro diploma de professor. Não são professora hoje porque elas não quisero. Sempre tinha ..... pra professora negra não tinha, nesse... não tinha professora negra. Não quisero sabê de professora. [...] as gurias tavam empregada; elas durmiam na casa dos patrão (DELLA VECCHIA, 1994, p.329/330 entrevistada com 105 anos de idade na época)<sup>11</sup>

As chances de ascensão por meio da educação formal no passado era tão remota que alguns desanimavam antes mesmo de tentar e se acomodavam em uma situação de sobrevivência.

De acordo com Pastore (1979) a escolarização tem a capacidade maior ou menor de promover o homem, sendo a potência desta escolarização condicionada pela natureza do mercado em que o indivíduo está inserido. As possibilidades de ascensão abertas para os sujeitos de baixa origem social podem vir através da educação formal e proporcionar-lhes percorrer grandes distâncias sociais.

Segundo a análise de Dubar, “pode-se fazer do *habitus* não o produto de uma condição social de origem, mas o de uma trajetória social definida com base em várias gerações e, mais precisamente da inclinação da trajetória social da descendência” (DUBAR, 2005, p.80).

Contudo, a necessidade do trabalho e a desvalorização do pouco ou nenhum estudo formal fazem com que o ciclo de pobreza continue mantendo o percentual de indivíduos negros na base da escala social, e o *habitus* de origem se sobressaia sobre o indivíduo.

---

<sup>11</sup> Idem p. 60

Os dados coletados deste grupo nos mostram uma homogeneidade em relação à origem social, à precária inserção no mercado de trabalho, sendo que conseqüentemente a renda dessas famílias tende a permanecer muito baixa, impedindo que a busca de qualificação possa ser alcançada, pois essa é uma mercadoria cada vez mais cara na sociedade. As ações da maioria dos entrevistados são negativas em relação à educação formal, há um percentual elevado de baixa escolaridade e mesmo os que conseguiram terminar o ensino médio garantem não terem conseguido melhor emprego porque “para quem nasce pobre, as coisas são muito difíceis”.

Diferentemente de Pastore (1979), Bourdieu (1998) alerta para o fato de que o diploma escolar tem o mesmo valor que o indivíduo tem na escala social, e que os processos de ensinar e aprender não estão desvinculados das bases materiais, econômicas, sociais, culturais ou do modo de produção social da existência de cada indivíduo, e especialmente de cada grupo social. Família e escola, para o sociólogo francês, são instituições que consolidam, produzem e reproduzem as relações sociais dominantes em uma sociedade.

Eu acho que existe um pouco de discriminação com negros sim, mas eu não sei, acho que nunca fui discriminada. Eu não consigo um bom emprego é por que eu não tenho estudo e ai fica difícil de conseguir, se tivesse muita discriminação os negros não estavam trabalhando na televisão e tem bastante, agora tem essa moça que é linda e é a mocinha da novela das oito da TV Globo que é a Thais de Araujo, ela é atriz e rica, com certeza nunca sofreu nada. As pessoas não gostam é de pobre, eu também não gosto, mas sou o que fazer? (Carmem, 38 anos).

De acordo com o depoimento acima, a pobreza é apontada como única responsável pelas desigualdades sociais, além da crença de que se o negro for rico na sociedade brasileira ele estará livre dos preconceitos de raça. Dessa forma, o preconceito racial confunde-se com o preconceito de classe, sendo que o segundo camufla de tal forma o primeiro que este passa despercebido na sociedade principalmente pelas próprias vítimas do racismo.

Figueiredo (2001) aponta exatamente o contrário dessa fala. De acordo com a autora, o fato de o negro estar socialmente “fora do lugar de origem” faz com que o preconceito racial seja ao mesmo tempo mais sentido e menos combatido, pois, segundo Andrews (1998), o negro que já adquiriu certa posição social não quer enfrentar os desafios de mexer com algo que “não vai adiantar nada”. Esconder-se

é uma estratégia para evitar confrontos raciais. O depoimento de uma empresaria negra da cidade de Pelotas corrobora a afirmação de Andrews.

Agora eu já consigo ficar mais tempo fora da loja, porque infelizmente em Pelotas há uma dificuldade das pessoas aceitarem que tu, negro, és proprietário. Então eu não apareço muito para não ter aquele choque, aquela coisa de troca (RIBEIRO, 2007, p.38).

Goffman (1997) diz que o estigmatizado ele tende a ocultar todas as possibilidades de identificação, de forma que os demais indivíduos não possam fazer um pré-julgamento baseado naquilo que pensam que sabem sobre ele.

Spolte (2010) ressalta que a situação do negro em Pelotas é similar à do resto do Brasil e que a resistência da incorporação do negro à sociedade de classes e a permanência da marca étnica dificultam a sua incorporação no mercado de trabalho, concordando com Loner (1999), que argumenta que esta “marca” determinou que a inserção do negro no mercado de trabalho no período pós-abolição acontecesse em trabalhos específicos e desvalorizados na sociedade. Presentes no setor de serviços, nos transportes e em várias atividades fabris da cidade, os trabalhadores negros sofreram, também, com o paulatino processo de estagnação na cidade, que ao longo do século XX foi-lhes retirando postos de trabalho.

[...] estudei até a 3ª série do colégio depois não estudei mais porque a gente morava no interior e tinha que trabalhar e mesmo eu não conseguia aprender as lições e a minha mãe e o meu pai não sabiam para me ajudar, assim eu fiquei trabalhando na roça e ajudando eles. Depois eu cresci e vim para a cidade e comecei a trabalhar de tudo um pouco e me aposentei como carpinteiro. [...] quando eu comecei a trabalhar o estudo nem fez falta, pois eu sabia fazer o serviço, sempre aprendi a trabalhar ligeiro, [...] meus acho que nunca estudaram, moravam pra fora e as coisas eram muito difíceis (Horácio, 53 anos sem filhos).

Mais uma vez, o discurso recai sobre o fato de ser pobre e não haver conseguido estudar, além da ideia da grande dificuldade de aprendizagem que perpassa muitos discursos. Valemos-nos de Bourdieu para explicar de que forma o sistema escolar trata os diferentes grupos sociais.

A ação do sistema escolar somente alcança sua máxima eficácia na medida em que exerce sobre os indivíduos previamente dotados pela educação familiar de uma certa familiaridade com o mundo da arte. Na verdade, tal processo se desenvolve como se a ação escolar, que só atinge de forma bastante desigual (mesmo do ponto de duração) as crianças das diferentes classes sociais e cujo êxito junto aos que atinge também é muito desigual, tendesse a duplicar e a consagrar, por meio de suas sanções, as desigualdades iniciais (BOURDIEU, 1992<sup>a</sup>, 304).

Na medida em que se conhecem os indicadores de origem e posição social dos entrevistados é possível estabelecer relações entre si, percebendo-se que a utilização de características e recursos sociais comporta sempre (CORADINI, 2001) uma “transfiguração” através de um processo de imposição e incorporação de determinados princípios de classificação na sociedade. Se por um lado esses indicadores servem como medida de posições sociais, por outro, interessa também que se compreendam as condições de sua reconversão em recursos estratégicos na posição que os agentes ocupavam e os significados que podem adquirir nessa esfera. Essa reconversão sempre depende de diferentes lógicas sociais, vinculadas às variadas esferas em que os interesses e os valores associados a determinadas características podem adquirir significados contrários. Assim, as condições sociais para se inserirem como profissionais (CORADINI, 2001) estão relacionadas às possibilidades de legitimação profissional e da relação entre universos práticos e universos simbólicos.

Conforme Coradini, um recurso significativo para ascensão à elite, a consagração profissional e social, começa com o prestígio associado ao nome de família, assim como um inestimável capital de amigos que formam uma rede desde os tempos de escola, que possibilitam notabilidade ao indivíduo, e que pode ser acionada reciprocamente e, quando necessário, acentua as qualidades e revaloriza a imagem do “apadrinhado”.

O acionamento dessas redes ocorre particularmente nas situações iniciáticas ou de ruptura, ou seja, naqueles pontos de trajetória em que são necessárias reorientações de investimentos e recursos sociais novos para as reconversões tendo em vista o ingresso em uma nova situação social e/ou institucional. É o caso, por exemplo, do ingresso na carreira profissional, na carreira política, etc. ou então, nas diferentes nomeações que compõem as hierarquias destas carreiras (CORADINI, 1998, p. 222/223).

Como muitos dos nossos entrevistados não possuem o recurso de uma rede de relacionamentos, construída na trajetória escolar, que poderia ser acionada na hora da inserção no mercado de trabalho, a opção é aceitar empregos que não exigem qualificação e que além de pagar menos, não trazem prestígio algum a quem o executa. O bom nome da família defendido por Bourdieu e Coradini, associado a rede de relacionamentos converte-se em recursos que a maioria da população negra não tem, até mesmo em função do baixo nível escolar.

De acordo com Dubar (2005, p: 86), a desigualdade de recursos reverte-se em reprodução social, pois ao mesmo tempo em que as crianças que tem pais formados são inclinadas e incentivadas a formação escolar, as que os pais não têm essa formação são inclinadas ao fracasso escolar e esse fato, segundo o autor, está muito mais correlacionado com o grau de escolaridade dos pais do que propriamente ao volume do capital econômico da família. Dessa forma, os pais que possuem poder econômico incitam seus filhos a buscar os diplomas mais rentáveis no mercado educacional, que se tornam condições de obter as melhores carreiras profissionais, restando ao grupo com menor poder aquisitivo uma luta maior em que a superação das dificuldades tem que suplantar as dificuldades de sobrevivência.

As estratégias, os recursos utilizados para a inserção no mundo do trabalho dos nossos entrevistados, embora possível apenas em um limite muito estreito e em um alto grau de generalidade, que a seguir apresentaremos, representam os princípios de legitimação, usados para seu ingresso em atividades profissionais, colhidos através da análise biográfica e ressaltados pela importância que representam no seu presente.

Investir esses recursos em possibilidade de mobilidade social depende do ponto de partida de cada indivíduo. Pastore destaca que a entrada precoce no mercado de trabalho é um mau começo na carreira e quanto mais tarde esse ingresso, melhor o começo profissional dos indivíduos (p. 89). Do grupo estudado para esta pesquisa, a inserção no mercado de trabalho varia seu início dos 10 aos 19 anos de idade, isto é, 95% dos entrevistados começaram a trabalhar muito cedo pela necessidade, o que, na análise de Pastore, dificulta a ascensão profissional, pois distancia o indivíduo da busca de outros atributos socialmente adquiridos.

Pastore defende a ideia de que a entrada precoce no mercado de trabalho tende a manter o indivíduo na mesma posição de entrada. Analisando nossa pesquisa, percebemos que ela corrobora com esta probabilidade, pois a pouca idade que a maioria de nossos entrevistados possuía quando ingressou no mercado de trabalho e a posição que hoje ocupa ou na qual se aposentou, é praticamente a mesma. As mulheres trabalham como domésticas, diaristas, faxineiras, estão desempregadas, ou fazem “bicos” para conseguir algum dinheiro, mesmo aquelas que têm ensino médio completo.

A posição na escala social se reproduziu na vida dos filhos e, em muitos casos, continua na vida dos netos, conforme nos confirma o relato abaixo:

[...] eu tenho o segundo grau completo, [...] não continuei estudando por dificuldades financeiras, nunca tive problemas pra aprender as coisas [...] com o estudo que eu tenho só consegui trabalho de serviços gerais, que é fazer faxina [...] o meu filho está agora na 7ª série (19 anos) [...] e não entende que precisa estudar pra melhorar na vida, ele trabalha como eu em serviços gerais [...] mãe sempre foi doméstica e meu pai sempre trabalhou de mecânico (Ernesto 42 anos, faxineiro, um filho).

O depoimento do senhor Ernesto apresenta que a herança inter e intra geracional se reproduz em algumas famílias de forma remodelada, isto é, mesmo tendo o ensino médio completo, o depoente acredita não ser possível conseguir um emprego melhor. Embora a exigência de estudo formal seja uma realidade em nossa sociedade, e ele reconhece este fato, seu filho segue o caminho já percorrido pela família do entrevistado, isto é, também não está progredindo, ao contrário, está estacionado no mesmo patamar até onde sua família consegue chegar.

Conforme Dubar (2005, p. 87/88), através do capital cultural é possível manter e reproduzir as posições na escala social de forma a tornar a dominação econômica menos ameaçada pelas lutas das classes dominadas. A conversão de capital econômico em capital cultural é um ciclo que faz do campo escolar um elemento cada vez mais essencial da reprodução do poder, permitindo as classes dominantes consolidar sua legitimação simbólica: “quanto às classes populares, não podem senão se resignar com o mínimo de êxito de suas crianças, que se traduz por uma reprodução de sua posição (inferior) de origem” (p. 87).

Prandi<sup>12</sup>, citado por Guimarães (2002, p.87/89), argumenta que o negro no Brasil não tem ideologia ou consciência de raça e que este pauta seu discurso de identidade no mito da democracia racial, “de tal maneira que sua cor não seria um fator relevante da organização de sua conduta ou do nosso entendimento desta” (p.85). De acordo com Prandi a crença na existência de uma “normalidade” de um comportamento dentro da ideia de democracia racial permitiria que o indivíduo negro percorresse uma trajetória bem sucedida na sociedade brasileira, mesmo que pudesse reconhecer que sofria preconceito por conta da cor da sua pele.

---

<sup>12</sup> Prandi, Reginaldo (1996). “Raça e voto na eleição presidencial de 1994”. Rio de Janeiro: Estudos *Afro-Asiáticos*, nº 30, PP. 61-78. Prandi refere-se ao fato que a discriminação social sofrida pelo negro na sociedade brasileira é vista como episódica e marginal.

Embora as estatísticas mostrem que o negro na sociedade brasileira continua na base da pirâmide social e que a herança inter e intrageracional continuam a reproduzir-se, é necessário destacar que houve uma caminhada do segmento negro no país, assim como na cidade de Pelotas.

Por ser considerado um país em que não existiria uma linha de cor nítida, ou seja, um país que não impedia a ascensão social de indivíduos negros a cargos oficiais ou a posições de riqueza e prestígio, a propagação de uma suposta democracia racial difundiu-se, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Dentro do Brasil moderno, a construção mítica de uma sociedade sem preconceitos e discriminações raciais levou estudiosos europeus, americanos e brasileiros a considerarem a escravidão aqui como “mais humana e suportável” (GUIMARÃES, 2002, p.139/140).

Vista pela ótica de uma pseudo-igualdade, a democracia racial torna-se uma espécie de instrumento que legitima as desigualdades e impede as transformações. A miscigenação e a ascensão do mulato no Brasil, de acordo com Gilberto Freire, trouxeram a negação do preconceito racial na mobilidade social dos negros. Dessa forma, o comportamento, denominado “conformismo negro”, não seria a ausência de discriminação, mas “o fato de esta não ser realçada ou considerada um obstáculo insuperável” (GUIMARÃES, 2002, p. 86). O comportamento de “embranquecimento”, realçando a aculturação ou a absorção pelo negro de certos padrões de comportamento das classes médias e altas, significa que não haveria, na sociedade brasileira, espaço para o negro nessas classes. De acordo com Figueiredo (1999), também citada por Guimarães, há um novo conformismo negro no Brasil que se traduz em outras formas:

[...] o negro que, mesmo sabendo que sua cor faz parte do jogo permanente das representações sociais, definindo oportunidades desiguais, faz, ainda assim, uma trajetória de ascensão social sem a necessidade de mobilizar politicamente a cor (FIGUEIREDO, 1999, in GUIMARÃES, 2002, p. 86)<sup>13</sup>.

O grande questionamento que se faz é: por que os indivíduos negros com a mesma formação escolar não conseguiram uma posição melhor no mercado de trabalho? Qual o critério utilizado na sociedade brasileira para determinar qual o tom de pele que pode receber as recompensas da sociedade capitalista?

---

<sup>13</sup> Figueiredo, Ângela. (1999). *Novas elites de cor: estudo com os profissionais liberais negros em Salvador*. Salvador: Universidade Federal da Bahia (dissertação de mestrado em Sociologia).

Dos vinte entrevistados para esta pesquisa, somente três pessoas pensam que existe “algum” preconceito em relação à cor do indivíduo. Essa não-percepção de que a cor da pele, na cidade de Pelotas como no país, é um empecilho para ascensão da maioria da população negra faz com que a reprodução das estruturas de classe possa manter-se inalterada.

Penso que existe um pouco [de preconceito] sim, as pessoas brancas que são ricas nem olham pra gente, mas negro que tem dinheiro é pior, fica como se tivesse um rei na barriga, fica igual ao branco e nem olha pro pobre. Ainda mais quando o pobre é negro (Ernesto, 42 anos, faxineiro).

O depoimento do senhor Ernesto corrobora a afirmação de Figueiredo (2002) que a luta para ascensão do negro na sociedade brasileira tem acontecido de forma individual, pois o preconceito acontece, paradoxalmente, até do negro contra o negro, fazendo com que os estereótipos se reproduzam e se perpetuem na sociedade.

Andrews destaca em seus estudos que depois de alcançada determinada posição social, o negro incorpora a ideologia do branco na sociedade e afasta-se daqueles que não condizem com sua nova posição na estrutura de classes. Procurando escapar de qualquer associação possível com a massa negra, era dentro dos clubes sociais afro-brasileiros que expressavam a sua superioridade frente aos *lumpen* dos negros (ANDREWS, 1998, p. 280).

Assim como Andrews, Loner (2001) destaca que em Pelotas no período pós-abolição, a tentativa do negro de viver de acordo com os valores da sociedade tradicional e dominante fazia com que o grupo que participava ativamente das lutas na incorporação do negro na sociedade criticasse a “falta de consciência dos irmãos de cor”, reforçando o estigma do negro. A autora ressalta que a luta do indivíduo negro para sua inserção no mundo do trabalho acontecia de forma individual, portanto lenta.

Hoje não tem tanto, mas sempre existiu, a gente era barrado em muitos lugares, mas eu tive sorte que na corporação a cor da pele não contava e sim o caráter e a honestidade das pessoas. O negro precisa estudar para valorizar a sua raça e poder conseguir bons empregos e mostrar que é tão bom como o branco (Jose, 70 anos, aposentado como bombeiro).

De acordo com a fala deste senhor, “sua sorte” foi conseguir inserir-se no serviço público, onde a cor da pele não foi usada como barreira a sua entrada na corporação, destacando que educação é essencial para o negro poder ser “tão bom”

como o branco, pois embora não tenha “tanto”, o preconceito de raça, ou da cor da pele ainda é praticado no país.

Sansone (2003) explicita em seus estudos que é através do serviço público que a população negra tem as melhores chances de inserção tanto no mercado de trabalho como na perspectiva de mudança na escala social. Como vivem exclusivamente de seus rendimentos, a possibilidade de acúmulo de bens é mais difícil, mas a qualidade de vida é superior aos demais negros que vivem de serviços que ainda hoje quase os coloca na condição de pária. O depoimento acima, do senhor José, corrobora para a afirmativa de Sansone. O serviço público, sempre esperado como solução do desemprego para muitos, acaba por ser uma das poucas possibilidades de realização do grupo negro em função da estabilidade e da igualdade de direitos adquiridos.

A maioria dos pais dos nossos entrevistados eram pessoas que vieram do interior em busca de melhores condições de vida, principalmente para os filhos, mas que esbarraram na falta de estudos para que pudessem conseguir um emprego melhor para si e os filhos em função da falta de um diploma escolar condizente com as exigências do mercado. A educação formal sempre foi a principal bandeira do movimento negro no Brasil, pois através dela pode haver a possibilidade de o negro concorrer a determinadas vagas no mercado de trabalho em igualdade de condições de atributos socialmente adquiridos. Nossos entrevistados reconhecem a necessidade da educação formal para inserção no mercado de trabalho, alguns compreenderam essa falta e voltaram ou começaram a estudar depois de adultos e tentam mostrar a seus filhos e descendentes a importância dos estudos na sociedade atual.

Sou técnico em eletrônica, formado em 1992 exerço a profissão e o estudo foi muito importante na hora de buscar uma colocação no mercado de trabalho. Os contatos que fui fazendo já durante o curso foi fundamental na hora de me colocar e todos precisam ter capacitação e aproveitar as oportunidades que elas aparecem [...] parei de estudar, talvez se não tivesse parado não tinha passado tanto trabalho na vida [...] eu morei em Santa Catarina e voltei [...] e lá não senti tantos olhares atravessado por eu ser negro, aqui as pessoas parece que estão sempre prontas para duvidar de ti (Kauã, 48 anos, separado, um filho).

O depoimento do senhor Kauã confirma outro problema que passa despercebido pela maioria dos negros entrevistados: o preconceito racial que ainda é muito forte na cidade, pois, embora Hasenbalg afirme não mais ser possível

explicar as condições de vida da população negra no país em virtude do passado escravista, e sim em função do racismo que ficou de herança das relações entre senhor e cativo, na cidade de Pelotas a opulência de outrora teima em querer manifestar-se na forma de reprodução de desigualdades que mantém esse grupo na base da pirâmide social.

[...] a vida não muda muito não, é sempre a mesma coisa para o pobre. Eu acho o estudo importante e sempre incentivei os meus filhos para estudarem, eu sonhava em vê-los formado, mas ninguém conseguiu. [...] não conheço e nunca sofri nada em relação a minha cor, acredito que eu não consegui nada melhor na vida por que eu não estudei e por isso continuo pobre e a discriminação é contra o pobre e não a cor da pessoa (Iva, 57 anos, viúva).

A certeza da incompetência em alcançar seus objetivos faz com que essas pessoas aceitem simplesmente o fato de estarem no patamar em que se encontram sem questionar ou supor que outros mecanismos podem ter contribuído para a situação atual. O discurso não muda, a cor da pele, de acordo com os depoentes, não influenciou em nada, a incapacidade de estudar e conseguir uma melhor colocação profissional e a continuação na vida de pobreza é de responsabilidade individual.

Loner confirma em seus estudos que no período pós-abolição a educação era vista como o instrumento de maior valorização social e o meio capaz de retirar da situação de miserabilidade e marginalização que vivia o negro (p. 258). A integração do negro na sociedade por meio do trabalho assalariado tinha desafios maiores que os colocados perante os demais trabalhadores. A autora ressalta que a desvantagem do negro estava justamente naquilo que ele lutava para esquecer, sua condição de ex-cativo.

Mesmo sendo homem livre, o indivíduo negro era tratado como criminoso, hostil, arruaceiro, com vícios e que não tinha para onde ir. Por haver sido seus senhores, a elite pelotense achava-se no direito de tratar esse indivíduo como ainda sendo seu subordinado. Loner comenta que quem mais festejou a paz com o fim da Revolução Federalista no Sul do Brasil, foram os negros, pois a perseguição e a obrigação de terem de servir às tropas não respeitou, em nenhum momento, sua condição de homem livre. Para comemorar a “liberdade”, a festa de comemoração do dia 13 de maio do ano de 1894, foi preparada pelas mulheres, enquanto que seus

maridos, filhos, companheiros e irmãos escondiam-se para escaparem do recrutamento forçado (LONER, 2001, p.259).

Na luta para fazer valer seus direitos de cidadão livre, um dos maiores recursos na busca de capital cultural, econômico, foi a constituição de associações em que uma rede, entre aqueles que lutavam no combate às desigualdades, pacientemente começasse a ser tecida (p.261).

De acordo com Loner, grande parte da população negra do extremo sul no período da República Velha, advinda das charqueadas, encontrou dificuldades de inserção na sociedade competitiva, como também sua incorporação na sociedade de classes não se efetivou plenamente.

A situação do negro na República Velha era extremamente débil. Imerso numa sociedade acostumada a tratá-lo como escravo, frágil em seus apoios culturais e econômicos, abandonado quando da abolição pelos seus parceiros brancos, ele teve que pacientemente tecer uma ampla rede de associações, clubes e jornais, que, ao mesmo tempo, organizassem e conscientizassem os elementos da raça negra, dando-lhes respaldo em momentos de crise (LONER, 2001, p.260).

O constrangimento e as humilhações de que foram alvo preferido pela polícia e elite local, no passado, parecem ainda hoje manifestarem-se na forma de manutenção de uma estrutura na qual ainda não foi permitida a entrada do negro. A baixa colocação no mercado de trabalho, a necessidade de muito cedo ter de começar a trabalhar, a dificuldade de conciliar trabalho e estudo, a remuneração muito aquém do necessário para sobrevivência da família, faz do negro na sociedade pelotense um ser frágil pela persistência das condições que são impostas a todos brancos e negros pobres, mas, como afirma Spolle (2010), “com maior prejuízo do grupo negro”.

Mesmo constrangido, e com dificuldades de inserção em determinados tipos de emprego, o negro no passado, na cidade de Pelotas, não se limitou passivamente a aceitar a discriminação, uma vez que foi capaz de imprimir dinâmica à própria vida e buscar alternativas para se afirmar enquanto grupo (LONER, 2001).

Toda essa luta ocorrida para inserção do negro na sociedade de classes e a busca de visibilidade no mercado de trabalho não se traduziu, nos dias atuais, em melhores condições de vida para grande parte deste segmento populacional. Ao declararem que são pobres, esses atores mostram a resignação e a certeza de que essa situação depende única e exclusivamente da luta de cada um a cada dia para

sua sobrevivência e de seus familiares. O fato de começarem a ter de trabalhar muito cedo - a maioria começou com 12 anos de idade - para ajudar no sustento da família, não é em nenhum momento questionado como uma barreira imposta socialmente para que se mantenham no “lugar” que foi definido para o negro na sociedade desde os tempos de escravidão.

Todos nossos entrevistados acreditam que para melhorar sua posição ou conseguir inserir-se no mercado de trabalho, o essencial é a educação formal, embora os que têm ensino médio completo não tenham conseguido passar de auxiliares de serviços gerais ou, no máximo, de empregada doméstica no caso das mulheres. O fato de atuarem em áreas precárias não lhes permite investir em uma melhor educação, assim, a reprodução da pobreza em que vivem torna-se algo “natural” e não lhes permite buscar uma nova possibilidade no mercado de trabalho por não possuírem a qualificação exigida.

A educação de qualidade, ou a aquisição do diploma de uma instituição de renome ajuda na hora de buscar um emprego, embora de acordo com Bourdieu (1992), o diploma vale o quanto vale seu detentor, ou seja, se o diploma vem acompanhado do “bom” nome de família é certo que as redes de solidariedade dos pares e a “indicação” para o cargo serão atendidas. Alguns indivíduos negros conseguem, conforme Figueiredo (2004), sair do local determinado para ele na sociedade brasileira, mas o racismo o acompanha, e ele começa a desculpar as ofensas recebidas para não ter de enfrentar algo que pode lhe custar muito caro, a posição social no mundo dos brancos.

O fato de a maioria dos negros não conseguir “sair do lugar determinado a eles” - isto é, as piores colocações no mercado de trabalho - faz do discurso de responsabilidade própria o discurso disseminado na sociedade de que se não venceu os obstáculos a incapacidade é do indivíduo.

Embora a educação seja o principal meio de ascensão social do negro na sociedade brasileira, em termos de ganhos ocupacionais e de renda, ela não se transformou para nossos entrevistados no ganho esperado de recompensas simbólicas e materiais. Dentro de cada região, a população negra experimenta a desigualdade educacional que influencia diretamente na ocupação profissional, sendo que a baixa representatividade de negros nas escolas e universidades

brasileiras evidencia a dificuldade de acesso e de permanência desta população nos bancos escolares.

Esta realidade torna-se paradoxal na cidade de Pelotas, pois aqui é um polo de educação reconhecido no país. As relações entre a produção e a distribuição do produto social e a distribuição de produtos simbólicos ou de prestígio formam grupos de *status* pelos quais a honra se distribui numa comunidade e pertence à ordem social. As recompensas materiais correspondem às diversas posições na estrutura social de forma que mantenham a sobrevivência de um sistema concebido na preservação das relações de exploração econômica e dominação política. Como recompensas materiais têm-se principalmente os salários recebidos pelo trabalhador e a diferenciação desses em qualquer momento, corresponde à hierarquia do trabalho instituído na sociedade.

A luta para a conquista de “um lugar” na sociedade perpassa a cultura, de forma que esta pode transformar-se em um meio de luta ou, como argumenta Hall (2006), a eficácia do sistema dominante pode transformar esta ferramenta em um princípio estruturador da sociedade, ou seja, as pessoas reproduzem o que as oprime por não entenderem “a lógica” da dinâmica social.

Na concepção do autor, é necessário observar o processo histórico de uma sociedade e usar as instituições escolares para disciplinar e policiar a fronteira entre o que teve de ser incorporado e a reorganização necessária para o aprendizado de novos significados culturais.

Na análise da aquisição de recursos para a melhoria de vida que realizamos com indivíduos que se classificam como negros na cidade de Pelotas, podemos perceber que a falta de perspectivas de trabalho e a discriminação racial operam na caminhada desses atores. A não percepção do racismo camuflado acarreta uma culpa que não é somente do ator social, pois esse racismo é uma estrutura estruturante da realidade vivida por todos, a todo o momento.

A mudança no mundo do trabalho trouxe consequências para todos na sociedade capitalista, mas uns são mais atingidos que outros e os negros na sociedade têm sido mais atingidos há mais tempo, já que essa realidade de desigualdades de oportunidades tem sido a herança inter e intra geracional que o negro recebe de seus antepassados.

O acúmulo de desvantagens no mercado de trabalho, na educação, nos rendimentos e, conseqüentemente, nas oportunidades de inserção na sociedade de classes faz com que a trajetória de vida percorrida por nossos entrevistados apresente uma estagnação na vida de parte da população negra na cidade de Pelotas, uma quase conformação de que “sou pobre, não há o que fazer”, sem que se perceba que esse é o discurso de uma classe dominante que responsabiliza o perdedor por sua derrota, mas que não permite que todos possam usar dos mesmos meios para travar a luta pela conquista de seus espaços.

## **CONCLUSÃO**

Ao buscar analisar e perceber quais os recursos e estratégias que poderiam ser utilizados por indivíduos negros para transpor os obstáculos para reconversão de recursos sociais, educacionais e econômicos, visando à construção de uma carreira, apresentou-se três constatações distintas: primeiro o baixo nível educacional dos pais reflete-se nos filhos, confirmando a teoria de Bourdieu, que ressalta que a aquisição de capital cultural está intimamente ligada ao capital econômico, sendo uma etapa necessária para a reprodução da outra.

Embora a cidade de Pelotas seja um pólo educacional, com escolas e universidades gratuitas, a entrada nesses estabelecimentos não é de fácil acesso a todos os indivíduos, principalmente para aqueles que não dispõem de tempo e condições de construir uma carreira baseada em dos principais atributos socialmente adquiridos na sociedade: a educação.

A conexão existente entre o sistema escolar e o mercado de trabalho faz com que os diplomas sejam a porta de entrada nas posições de trabalho na sociedade brasileira legitimando o “lugar” de cada indivíduo na estrutura de classes. Para a maioria da população de baixa renda, o problema não está em enfrentar os estudos formais, mas sim sair com um diploma na mão e que este tenha a validade necessária para sua inserção no mercado de trabalho.

O segundo ponto que encontramos em nossa pesquisa está diretamente relacionado à ideia de pobreza e, portanto, ligado à socialização do indivíduo. Berger e Luckmann destacam que a interiorização, ou seja, a interpretação da realidade começa quando o indivíduo assume o sentido dos acontecimentos vivenciados por outros.

Dessa forma, o *habitus* como processo de construção da socialização constitui formas sociais de individualidades em cada geração, em cada sociedade. Embora difícil, de acordo com Dubar, a possibilidade de ruptura com dada trajetória torna-se uma realidade, pois as estratégias individuais podem romper o ciclo das posições herdadas.

Para Hasenbalg, o problema está além das estratégias que podem ser utilizadas, mas que não estão ao alcance de todos. O autor aponta para a reprodução das desigualdades justamente porque a conquista dos atributos socialmente adquiridos, - que fazem a diferença para quem não carrega consigo o “bom” nome da família - perpassa as instituições que regulam a premiação dos melhores na sociedade, isto é, a escola e o mercado de trabalho, juntamente com a prática da discriminação e do preconceito racial.

Isso nos leva a terceira percepção que tivemos ao longo deste trabalho. A invisibilidade da discriminação racial para a maioria dos entrevistados. Assim, reforça-se nos sujeitos a idéia de que as condições vividas dependem única e exclusivamente de si mesmos, sem levar em consideração a estrutura da sociedade que usou meios de manter privilégios, conquistados quando não havia competição entre brancos e negros na sociedade brasileira.

A pobreza que se confunde com o racismo camuflado da sociedade brasileira não é percebida como um fato social produzido e, portanto, passível de ser contornado. Isso faz com o problema da discriminação racial não seja percebido e se manifeste principalmente no mercado de trabalho como um entrave na conquista de novas oportunidades em todas as arenas sociais.

Conforme Hasenbalg, a condição de escravo no passado não pode continuar na sociedade brasileira como a explicação plausível para a atual situação da imensa desigualdade que ainda persista entre brancos e negros no país. Mas, infelizmente, parece que essa condição do passado está enraizada no inconsciente da população brasileira e foi introjetada pelo próprio negro de tal forma que a estagnação dentro de uma vivência de pobreza é aceita como um fato “natural”.

Essa herança das desvantagens acumuladas, da falta de atributos socialmente adquiridos, que perpassa geração a geração, fazendo com que as histórias se repitam, apresenta a herança inter e intrageracional como uma barreira

para que a efetiva condição de cidadão seja restituída ou conquistada pelo negro. Não é mais possível que continuemos como um país de maior desigualdade social e que em função do preconceito racial o indivíduo negro continue sendo relacionado a trabalhos de pouca qualificação, onde a cor da sua pele seja fator determinante como sinônimo de sujeitos propensos à criminalidade ou, no máximo, contribuindo para a preservação de uma cultura africana que já foi totalmente aculturada.

Sabemos que de modo geral há mudanças nos dados estatísticos que apontam que as diferenças entre negros e não-negros diminuiu na educação, na inserção no mercado de trabalho e nos rendimentos auferidos, embora importantes para a redução das condições desfavoráveis dos negros na sociedade e mais especificamente no mercado de trabalho, também sabemos que essas mudanças são paulatinas e que é preciso desmistificar a idéia de inferioridade do negro como trabalhador, pois a realização do homem moderno depende grandemente da sua vinculação ao trabalho, uma vez que este é ao mesmo tempo fator de sobrevivência, de humanização, de integração social, de autoestima e de utilidade social.

## REFERÊNCIAS

ANDREWS, George Reid. **Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

ANTUNES, Ricardo; Alves, GIOVANNI. As Mutações no Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, nº 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

BERGER, Peter I.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis, Vozes, 1985.

BOURDIEU, Pierre. Reprodução Cultural e Reprodução Social. IN BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992 p.295-336.

\_\_\_\_\_. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **A Distinção**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque***. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

CORADINI, Odaci Luiz. **Panteões, Iconoclastas e as Ciências Sociais**. IN: **FÉLIX L.O. & ELMIR, C. P. (org) Mitos e Heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

DUBAR, Claude. **A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FIGUEIREDO, Ângela. Fora do Jogo: a experiência dos negros na classe média brasileira. **Cadernos Pagú** (23), julho-dezembro de 2004, p. 199-228.

\_\_\_\_\_. **São Quase Todos Brancos de Tão Ricos?** Trajetórias e Percepção das Diferenças entre os Empresários Negros. IN: Reunião da ANPOCS, 24, 2000. Rio de Janeiro, 2000.

FREIDSON E. **Elementos de uma Teoria do Profissionalismo.** IN: FREIDSON, E. **Renascimento do Profissionalismo.** São Paulo, Edusp, 1998, p. 84 – 129.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

\_\_\_\_\_. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 1985.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia.** São Paulo: Editora 34, 2002.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, Charqueadas e Olarias:** um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2001.

HALL, Stuart. Notas Sobre a Desconstrução do “Popular”. IN HALL, Stuart. **Da Diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

LAHIRE, Bernard. **Retratos Sociológicos: Disposições e Variações individuais.** Porto Alegre: Artemed, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 1985.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de Classe:** operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Unitrabalho, 2001.

LONER, Beatriz Ana. Classe Operária: Mobilização e Organização em Pelotas: 1888 – 1937. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, Porto Alegre: 1999. 2 vol.

MAESTRI FILHO, Mário J. O Escravo Africano no Rio Grande do Sul. IN DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. **RS: Economia e Política.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 29-53.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro.** São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele, GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de Hoje.** São Paulo: Global, 2006.

PASTORE, José. **Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Emergência dos Subalternos**: trabalho livre e ordem burguesa. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS: FAPERGS, 1989.

SANSONE, Lívio. **Negritude sem Etnicidade**: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Salvador: EDUFBA, 2003.

SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (orgs.). **RS Negro**: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

SIMÃO, Ana Regina Falkembach. **Resistência e Acomodação**: a escravidão urbana em Pelotas, RS. Passo Fundo: UPF, 2002.

SPOLLE, Marcus Vinicius. **A mobilidade social dos negros no Rio Grande do Sul**: os efeitos da discriminação racial nas trajetórias de vida. Porto Alegre, UFRGS, Tese (Doutorado em Ciências Sociais), 2010.

RIBEIRO, Joclem M. S. F. **A trajetória de mulheres negras no mercado de trabalho em Pelotas**. Pelotas, UFPEL. Monografia (Graduação em Ciências Sociais), 2006.

RIBEIRO, Lucas Cabral. **Escravidão urbana sul-rio-grandense**. Site: artigos.netsaber.com.br/artigo 11125, 2009.

STROZENBERG, Ilana; CONTINS, Márcia. Negros no Contexto. **Revista Sociologia Ciência e Vida**. Ano I, nº 11, 2007, p. 42 a 51.

VECCHIA, Agostinho Mario Dalla. **Vozes do Silêncio**: depoimentos de descendentes de escravos do Meridiano Gaúcho. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 1994. Volumes 1 e 2.

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)

## **ANEXOS**

**Entrevistas realizadas para a pesquisa do Mestrado em Ciências Sociais.****Questionário:**

1. Nome:
2. Qual é a sua raça/etnia?
3. Idade:
4. Estado Civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Viúvo ( ) Divorciado
5. Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino
6. Filhos:            Idades:
7. Casa própria ( )            Alugada ( )            Outra: Número de moradores: 1
8. Tempo de moradia neste endereço:
9. Nível de educação do entrevistado:
10. Sabe ler e escrever?
11. Escolas que frequentou: Privada ( )            Pública ( )
12. Qual o curso?
13. Quando se formou? Qual o ano?
14. Por que não se formou?
15. Qual o nível educacional do seu esposo (a)?
16. Qual o nível educacional dos seus pais?
17. Qual o nível educacional dos seus filhos?
18. Por que seus filhos não estudaram mais?
19. Os estudos ajudam para a melhoria de vida?
20. Qual a ocupação profissional do (a) senhor (a)? E do seu esposo (a)?
21. Com que idade começou a trabalhar? Por quê?
22. Houve dificuldades para conseguir emprego?
23. Qual a profissão dos seus pais?
24. Qual a profissão dos seus filhos?
25. Foi mais fácil para eles conseguirem emprego?
26. Sempre morou na cidade ou veio do interior?
27. Por que vocês vieram viver na cidade? A vida melhorou?
28. Qual sua renda mensal?
29. Qual seu lazer?
30. Em algum momento da sua vida já se sentiu discriminado (a) por ser negro (a)?

31. Qual a situação que o senhor(a) se sentiu discriminado?

32. Se o senhor(a) se sentiu discriminado qual sua reação?